

Heinz Roland Jakobi
(Organizador)

Fragmentos *da* História da Medicina *em Rondônia*



Temática
EDITORA

Fragmentos
da **História da Medicina**
em Rondônia

Copyright © by Heinz Roland Jakobi



Rua Marechal Deodoro, 1956 C Centro
CEP: 76804-098 Porto Velho-RO
(69) 99246-7839 (WhatsApp)

Preparação de originais e revisão
Abel Sidney

Capa e diagramação
Rogério Mota

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

J25 Jakobi, Heinz Roland.

Fragmentos da história da medicina em Rondônia. / Heinz Roland Jakobi (org.) ... [et al.] – 1. ed. – Porto Velho : Temática Editora, 2023.

3.608 Kbytes

ISBN 978-65-85808-30-9 (Livro eletrônico)

1. Medicina em Rondônia. I.Título.

CDD 920.9
CDU 929:61-051

Heinz Roland Jakobi
(Organizador)

Fragmentos
da **História da Medicina**
em Rondônia

1ª edição

Temática Editora
Porto Velho – Rondônia, 2023

A Deus
por ter nos ofertado o dom da “cura”
e a missão do cuidar caridoso ao próximo.

Aos nossos **Pais**
por ter nos ofertado a nossa vida e a nossa educação.

Aos nossos **Professores**
por ter nos ensinado o caminho a percorrer.

Aos nossos **Alunos**
por ter nos permitido transmitir o pouco que sabemos.

Aos nossos **Familiares**
por ter-nos doado à Medicina e ao Ensino.

Ao **Dr. Joaquim Tanajura**
pela sua incansável luta na valorização do Alto Madeira.

Agradecimentos

Às instituições **entidades, associações e faculdades médicas** que tanto contribuíram para o desenvolvimento da saúde e da medicina de nosso estado de Rondônia

A todos os grandes historiadores, jornalistas, pesquisadores e escritores de ficção histórica do Noroeste do Brasil, em especial: *Neville B. Craig, Yêdda Pinheiro Borzacov, Viriato Moura, Abnael Machado, Dante Ribeiro da Fonseca, Antonio Loureiro [AM], Emmanoel Gomes, Ricardo Leite, Francisco Matias, Marco Teixeira, Antônio José Souto Loureiro, Júlio Olivar, Marco Antônio Domingues Teixeira, Waldirney Lopes, Euro Tourinho, William Haverly Martins, Emanuel Pontes Pinto, Anísio Gorayeb, Antônio Cândido da Silva, Lourismar Barroso, Walfredo Tadeu, Aleksander Palitot, Júlio Olivar, Francisco das Chagas, Abel Sidney, Mário Sávio, José Felinto, entre outros...*

EPÍGRAFE

“Se há um livro que você quer ler,
mas que ainda não foi escrito,
então você deve escrevê-lo.”

Toni Morrison

“Não esmorecer, para não desmerecer”.

Lema da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e seus Afluentes

Dr. Joaquim Tanajura

*“Árdua é a missão de desenvolver e defender
a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a de nossos
antepassados em conquistá-la e mantê-la!”*

Gen. Ex. Rodrigo Octávio

17^a Brigada de Infantaria de Selva

*“Oh! Como é bom e agradável...
Ver os acadêmicos de medicina
responderem com precisão e riqueza de detalhes
aos itens avaliadores do conteúdo programático ministrado...
É como as águas do Mamoré que descem pelo Madeira
nutrindo o vale do Alto Madeira...
Para o bem dos destemidos pioneiros
destas paragens de Rondon na Amazônia”.*

Jakobi, HR

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	13
Os ciclos médicos em Rondônia – <i>à guisa de introdução</i>	15
Linha do Tempo da Medicina em Rondônia	17
A Medicina e o desbravamento do Noroeste do Brasil	63
O Real Forte do Príncipe da Beira	87
Tratado de Petrópolis	91
A malária nas explorações pioneiras da futura Rondônia	93
Santo Antônio do Rio Madeira, a história esquecida	99
A decisiva presença médica na construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré	107
A saúde na construção da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré	111
Cemitério da Candelária, o cemitério dos heróis esquecidos da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré	115
Hospital da Candelária: a luz no fim do túnel	119
As doenças amazônicas e os trabalhadores	121
A Comissão Rondon e seu serviço sanitário	127
Região do Madeira: Santo Antônio, em 1911	131
Dr. Tanajura, o médico que salvou Rondon	141
Manifestação ao Dr. Joaquim Tanajura	149

Joaquim Augusto Tanajura [1878-1941]	153
O Navio Satélite e Santo Antônio do Madeira	155
Desterrados da Amazônia	159
A Revolta da Chibata [1910]	161
Rondon: além da linha telegráfica – A Revolta da Chibata	169
Médicos Militares no Noroeste do Brasil	175
Presença médica no cenário político-cultural e educacional de Rondônia	189
Unidades Públicas de Saúde do passado de Porto Velho (1929-1982) ...	197

Prefácio



Yêdda Pinheiro Borzacov¹

Agradeço sensibilizada ao eminente literato e médico Heinz Roland Jakobi. Ele é uma personalidade de proa da vida literária rondoniense e sócio efetivo da Academia de Letras de Rondônia. Com ele, temos a honra de conviver e desfrutar de sua amizade. É também membro da Academia Maçônica de Letras de Rondônia. Sinto-me honrada por prefaciá-lo seu livro *Fragmentos da história da medicina de Rondônia*, dignificante trabalho que me chegou às mãos quando coincidentemente concluía a obra *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: saúde e outros aspectos de sua história*, título sugerido pelo historiador e amigo Dante Ribeiro da Fonseca.

A leitura de *Fragmentos da história da medicina de Rondônia* revela a senda da ciência médica no Brasil, revive as cinzas do passado, haurindo ensinamentos para os problemas do presente e melhor amanhã do futuro. Há também um registro detalhado do atual cenário da medicina.

Ao ler o livro, lembrei-me da expressão do poeta Fernando Pessoa: “Navegar é preciso” e Heinz Roland Jakobi de maneira firme e segura, navega pelos caminhos das pesquisas e escritos, publicando trabalhos

¹ Yêdda Pinheiro Borzacov participa da Academia de Letras de Rondônia, do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia, do Memorial Jorge Teixeira, do Instituto de Pesquisa e Estudo Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro e da Academia Histórica Militar Príncipe da Beira.

em veículos de comunicação e em livros que enriquecem o acervo litero-histórico de Rondônia. Consta-se que a assistência médica foi, como o é, no campo das grandes empreitadas de engenharia, reduzir despesas, preservar a saúde dos recursos humanos e potencializar o resultado traduzido pela realização dos objetivos dentro dos custos compatíveis com a ordem econômica, social e política vigentes. Como exemplo, Heinz Roland Jakobi cita os trabalhos na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Percival Farquhar contratou médicos com ampla experiência em doenças tropicais para trabalharem no Hospital da Candelária.

Registros especiais merecem os exemplos dos médicos Carl Lovelace, profissional competente que conquistou a admiração e o respeito de toda a equipe de saúde do Hospital da Candelária e daqueles que necessitavam dos seus serviços médicos ou ainda dos que privavam do seu convívio e de Oswaldo Gonçalves Cruz, contratado em 1910 para realizar uma inspeção na área do trecho percorrido pela ferrovia, estudar suas condições sanitárias e indicar as medidas necessárias para amenizar ou eliminar as moléstias, sobretudo a malária que havia aumentado entre os operários.

O autor, familiarizado com as ciências médicas, combina sua inclinação natural para estudos que exigem equilíbrio, responsabilidade e consciência profissional, familiarizado às ciências médicas, demonstra sensibilidade didática ao condensar estudos de análise histórica desse trecho da região oeste da planície amazônica, revelando o esforço e o sentimento patriótico, das condições de infraestrutura científica de ontem e hoje, exercidas pelos homens de ciência, que contribuíram e os que contribuem com a solidariedade da sua inteligência, a cota de sacrifício para o desenvolvimento da assistência médica em Rondônia.

Aplaudimos a obra *Fragmentos da história da medicina de Rondônia*, que não é apenas um grande livro, é um livro que tem talento e sentimento humanitário.

Os ciclos médicos em Rondônia

– à guisa de introdução

Prof. Dr. Heinz Roland Jakobi

Segundo o médico e historiador Viriato Moura em sua obra *50 anos nos trilhos da ética* a história da medicina em Rondônia transcorreu em três ciclos marcantes: 1907-1930; 1931-1982 e a partir de 1983. Baseados nesta classificação cronológica ampliamos a sua sistematização para quatro ciclos históricos da medicina de Rondônia descritos abaixo com as atividades mais relevantes de cada época.

Primeiro ciclo [antes do Séc. XVII-1929] - O desbravamento do Noroeste do Brasil

- Entradas e Bandeiras
- Santo Antônio do Rio Madeira
- Porto Velho dos Militares
- Comissão Rondon e seu serviço sanitário
- Construção da Ferrovia Madeira-Mamoré – Hospital da Candelária
- Dr. Joaquim Tanajura
- Quebra da Bolsa de Valores em Nova York

Segundo ciclo [1930-1982] - A implantação dos serviços médicos

- As casas hospitalares: Hospital São José; Maternidade Darcy Vargas; Posto de Puericultura Dra. Ludma Trotta; Hospital Pronto Socorro

Orlando Marques; Hospital Locomotor; Sanatório Colônia Jaime Aben-Athar; Hospital Santa Marcelina; Fundação SESP; Clínica Estrela; Hospital Regional de Guajará-Mirim; Instituto de Medicina Especializada; Hospital e Maternidade São Paulo.

- Contribuição das Forças Armadas para a medicina regional
- O problema da malária nas explorações pioneiras da futura Rondônia
- Servidores da Sucam (Soldados da Malária) intoxicados pelo DDT
- Mineradoras Jacundá e Oriente Novo
- Construção da Hidroelétrica de Samuel
- Conselho Regional de Medicina – Cremero
- Associação Médica de Rondônia
- Cooperativa de Trabalho Médico de Rondônia – Unimed

Terceiro ciclo [1983-2001] - *O desenvolvimento médico*

- Hospital de Base Ary Tupinambá Penna Pinheiro
- Pronto Socorro João Paulo II
- Pronto Socorro Cosme e Damião
- Hospital Regional de Buritis
- Centro de Medicina Tropical de Rondônia – Cemetron
- Sindicato Médico de Rondônia – Simero
- Sociedades médicas

Quarto ciclo [2002-] - *A autossuficiência no ensino e pesquisa médica*

- Hospital Regional de Cacoal
- Faculdades de medicina [UNIR, Fimca, UniSL, Facimed e Unesc]
- Residência médica
- Academia de Medicina de Rondônia [Jakobi]
- Pesquisas [Cepem, Ipepatro, Fiocruz Noroeste]
- Construções das hidroelétricas de Santo Antônio e de Jirau

LINHA DO TEMPO DA MEDICINA EM RONDÔNIA

Primeiro ciclo [Séc. XVII-1929]

O desbravamento do Noroeste do Brasil

- Séc. XVI** Medicina brasileira indígena envolta em aspectos místicos. Cirurgiões-barbeiros realizam procedimentos cirúrgicos.
- 1500** João Faras, também conhecido como João Emeneslau ou Mestre João, foi um médico e astrólogo português presente na expedição comandada por Pedro Álvares Cabral. Aportou no Brasil em abril de 1500. É considerado o primeiro profissional de Medicina a pisar em solo brasileiro.
- 1543** Brás Cubas, fidalgo português, chegou ao Brasil junto com a expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza. Funda, em Santos, a primeira Santa Casa de Misericórdia do Brasil.
- 1549** Jesuítas chegam ao Brasil e trazem as práticas médicas para o tratamento das doenças europeias que afligiam os indígenas. As enfermarias jesuíticas se espalham pelo Brasil.
- 1541-42** Francisco de Orellana, explorador e conquistador espanhol, navega todo o rio Amazonas na busca do *El Dorado*, conforme registrado por muitos historiadores. Há quem afirme que ele pretendia encontrar a “Canela”, uma nação rica em canela e outras especiarias.
- 1639** Realizada a expedição de Pedro Teixeira ao rio Cayari, a que chamou de rio Madeira.
- 1640** Introduzida na Europa, pelos Jesuítas, o tratamento da febre e da malária com quinino, a partir da casca do arbusto Cinchona, abundante na Amazônia andina, especialmente no Peru. Em 1677, já estava inscrita na London Pharmacopoeia.

- 1648-51** Bandeira de Antônio Raposo Tavares. A expedição percorreu mais de 10 mil quilômetros em três anos, tendo usado o curso do rio Paraguai, do rio Grande, do rio Mamoré, do rio Madeira e do rio Amazonas.
- 1648** Guilherme Piso, holandês, um dos pioneiros da medicina tropical, escreve *De Medicina Brasiliense* e a primeira parte do *Historia Naturalis Brasiliae*, em coautoria com George Marcgraf.
- Séc. XVIII** Surgiram os primeiros cirurgiões diplomados no Brasil.
- 1701** Giácomo Pylarini, ao lado de Emmanuel Timoni, observaram e divulgaram, na Inglaterra, as técnicas de inoculação de varíola praticadas em Constantinopla, o que antecipa o processo de vacinação.
- 1723** Realizada a Expedição Francisco de Melo Palheta [Expedição Palheta], que denominou o rio Cayari de rio da Morte seguindo do Pará até a Bolívia. Tendo por incumbência oficialmente descobrir o rio Madeira, percorrendo-o de sua foz na margem direita no rio Amazonas, até o local de sua origem, tomando posse para Portugal, sai de Belém do Grão-Pará em 11 de novembro de 1722. Chega à foz do rio Madeira em 2 de fevereiro de 1723. No dia 10, reinicia a subida do rio Madeira, alcançando a confluência dos rios Beni e Mamoré, seus formadores.
- 1723** A cachoeira de Santo Antônio era denominada Aroaya pelos indígenas. O sargento-mor Francisco de Melo Palheta a denomina São João. O Padre João Sam Payo, em 1728, instala na margem direita do rio Madeira, em frente a essa, a missão de Santo Antônio das Cachoeiras, passando o nome da missão a ser extensivo à cachoeira.
- 1734** É descoberto ouro no rio Madeira, em Mato Grosso, iniciando o Ciclo do Ouro.
- 1742** Manoel Félix de Lima comprova haver comunicação pluvial entre o Mato Grosso e o Pará utilizando-se o rio Madeira.
- 1747** James Lind descobre que cítricos previnem o escorbuto.

- 1749** José Gonçalves da Fonseca parte do Pará, de canoa, e alcança as minas de ouro do Mato Grosso.
- 1751** O médico francês Jean Baptiste Andrileu atende no rio Madeira
- 1752** [30/06] Dom Rolim de Moura manda o padre Agostinho Lourenço fundar uma missão no vale do rio Guaporé. O local escolhido é a Casa Redonda, frequentada pelos aventureiros paulistas desde 1743, tendo chegado no dia 12 de julho de 1752. A localidade ficava na margem esquerda do rio Guaporé (lado espanhol), a poucos minutos de viagem da foz do rio Corumbiara, na época denominada Cavaleiro, à margem direita do rio Guaporé (lado português). Após excursionar visitando as missões espanholas, regressa à Vila Bela, repassando ao governador minucioso relatório sobre tudo que observou. Retorna à Casa Redonda em 3 de junho de 1754, construindo em setembro uma capela de pau a pique e coberta de palha, dedicada a São José, dando o nome desse santo, a missão fundada.
- 1757** O juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão funda o arraial Nossa Senhora da Boa Viagem, às margens da Cachoeira de Salto Grande, no rio Madeira, posteriormente denominada Cachoeira do Teotônio. O nome de Teotônio da Silva Gusmão fora dado à Cachoeira de Laguerite (nome indígena) pelo engenheiro Francisco José de Lacerda e Almeida, em expedição ao rio Madeira, denominando-a Salto de Teotônio.
- 1759** A maior parte das enfermarias jesuíticas é transformada em hospital militar.
- 1753** James Lind publica o *Traité sur le scorbut* (Tratado sobre o escorbuto).
- 1769** Inicia-se o Ciclo do Cacau, comercializa-se nos rios Madeira e Mamoré o tabaco, a castanha, o quinino e o látex.
- 1776/83** Realizada a construção do Real Forte do Príncipe da Beira. Em 20 de junho de 1776, é colocada a pedra fundamental da construção da citada edificação militar. Incumbido pela

obra esteve o engenheiro Domingos Sambucetti, que morreu de malária, antes do seu término. Finalizou a construção o sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros do Exército, Ricardo Franco de Almeida e Serra. Está localizado no município de Costa Marques, à margem direita do rio Guaporé. A construção do Forte do Príncipe da Beira foi uma consequência direta do Ciclo do Ouro e marcou o primeiro processo de colonização do espaço físico que se constituiu, depois, como sendo o estado de Rondônia.

1771 É fundada a Academia Científica Brasileira no Rio de Janeiro, apoiada pelo vice-rei Marquês do Lavradio e sancionada pelo governo português. Em 1779, o mesmo governo a fecha, sob suspeição de subversão por seus membros. A Academia fora idealizada pelo vice-rei, visando o desenvolvimento de novas culturas para a América portuguesa, reunindo estudiosos, cientistas e pesquisadores das diversas áreas. A criação da academia foi uma das primeiras tentativas de se propor uma difusão maior com uma associação. A academia era composta de nove membros onde se dedicavam à história natural, química, farmácia, agricultura e medicina. Sendo extinta a Academia Científica Brasileira em 1779.

1774 Joseph Priestley isola o ar deflogisticado (oxigênio).

1779 Extinção da Academia Científica Brasileira.

1796 Edward Jenner desenvolve a primeira vacina eficaz contra varíola.

1796 Morre o governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Dom João de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, vítima de maculo, corrupção ou mal do bicho, uma diarreia com protrusão anorretal, retite inflamatória, causa gangrena e morte.

1808 [fevereiro] Criação da primeira escola superior de Medicina. Escola de Anatomia e Cirurgia da Bahia. Criação da segunda

- escola superior de Medicina - Escola de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro, em abril de 1808.
- 1812/15** Ocorrem as primeiras reformas dessas duas escolas médicas, que passam a ser chamadas Academias Médico-Cirúrgicas.
- 1813** Lei que eleva as escolas superiores de Medicina à categoria de Academia de Medicina e Cirurgia.
- 1820** O princípio ativo, o quinino, é extraído, isolado e batizado pelos químicos franceses Pierre Joseph Pelletier e Joseph Bienaimé Caventou.
- 1822** Independência do Brasil. No Império do Brasil surgem os médicos formados nas escolas nacionais. Até 1822, os médicos recebiam diplomas de Portugal.
- 1825** Simón Bolívar liberta a Bolívia dos espanhóis.
- 1826** Dom Pedro I confere independência e poder às Academias de Medicina e Cirurgia para a oficialização do diploma dos alunos formados no Brasil. As Escolas tinham influência do academicismo francês, mas a pesquisa era influenciada pela escola alemã.
- 1829** Criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.
- 1832** A Regência Trina Permanente transforma as Academias de Medicina e Cirurgia em Faculdades de Medicina, adotando as regras e programas da Escola Médica de Paris, com cursos com duração de seis anos.
- 1839** Descoberta da vulcanização da borracha pelos inventores Charles Goodyear e Hancock. Inicia-se o Ciclo da Borracha na Amazônia.
- 1846** Expedição de prospecção dos rios Madeira e Mamoré é realizada pelo Engenheiro boliviano José Augustin Palácios. A Bolívia como era grande produtora de charuto, quinino, charque, gado, cacau e látex, não possuía uma saída para o Pacífico ou Atlântico, foi sugerida a construção de uma ferrovia nos rios Madeira e Mamoré.

- 1850** Dom Pedro II cria a Junta Central de Higiene.
- 1850s** Explosão produtora da borracha nos seringais da floresta amazônica por meio da migração de legiões de nordestinos, desencadeando a 1ª grande epidemia amazônica de malária. As doenças que assolavam a Região Noroeste do Brasil, em especial as margens dos rios Madeira e Mamoré eram a febre amarela, tifo, impaludismo [malária], cólera, sífilis, leishmaniose, maculo, corrupção ou mal do bicho [diarreia com protrusão anorectal, retite inflamatória, causa gangrena e morte], entre outras como a varíola, sarampo, escorbuto, tuberculose e impinges, ataques de índios, e os acidentes com animais peçonhentos e os animais da floresta.
- 1852** Criação do Hospital Dom Pedro II, no Rio de Janeiro.
- 1852** [junho] O Tenente Lardner Gibbon [EUA], vindo de canoa da Bolívia até o Pará, redige e edita cartas geográficas, observações astronômicas, sondagens dos rios e apontamentos sobre navegação, clima e temperatura da Região. As 19 cachoeiras entre Guajará-Mirim e Santo Antônio eram obstáculos em 3.600 km, dos quais 390 km eram insalubres e macilentos do Madeira ao Mamoré, quando todos exploradores adoeceram de febre de Chagres [malária do Canal do Panamá] em Girão. Mesmo assim, recomenda a construção de uma rodovia com a duração da jornada de 59 dias.
- 1853** John Snow estuda o desenvolvimento de uma epidemia de cólera.
- 1854** O currículo do ensino médico brasileiro passa a ter 18 disciplinas. Determina-se a instalação de laboratórios e anfiteatros – e que a direção da faculdade de Medicina seja exercida por um diretor juntamente com uma congregação de lentes.
- 1856** Louis Pasteur afirma que a fermentação é produto da ação de microrganismos.

- 1857** Surgimentos das sociedades beneficentes e seus respectivos hospitais.
- 1859** O currículo do ensino de Medicina no Brasil passa a ter 26 disciplinas. O juramento religioso é abolido. O ingresso das mulheres ao curso de medicina e a livre frequência dos alunos nas aulas são autorizados.
- 1861** Expedição de prospecção do rio Madeira realizada pelo general boliviano Quintín Quevedo, indicando ferrovias para ultrapassar as cachoeiras dos rios.
- 1861** Expedição de prospecção do rio Madeira realizada pelo engenheiro brasileiro. João Martins da Silva Coutinho.
- 1861** O general Quintín Quevedo indica canalizar e estabelecer a navegação nas cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré.
- 1866** Declarada a Guerra do Paraguai e um destacamento militar se instala próximo a Santo Antônio das Cachoeiras do Rio Madeira, denominado Porto dos Militares, depois denominado Porto Velho.
- 1866** Criação da Gazeta Médica da Bahia.
- 1867** Joseph Lister publica sua obra sobre cirurgia asséptica.
- 1867** [27/3] É assinado pelo imperador D. Pedro II e pelo presidente boliviano Mariano Melgarejo o primeiro tratado de limites entre os dois países, o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação. O Gen. Quintín Quevedo segue para Nova York, a fim de contratar empresa para a empreitada da construção da estrada via Madeira-Mamoré. Ele se encontra com o Cel. George Earl Church [EUA, 1835-1910].
- 1867** [7/9] É declarada a livre navegação do rio Amazonas aos barcos de todas as nações.
- 1867** [outubro] É realizada a expedição de prospecção do Rio Madeira pela chamada Comissão Keller, dos irmãos engenheiros Franz Keller e seu filho Joseph [Alemanha] – Ele recomenda canalizar os rios com comportas, ou a construção de estrada macadami-

zada, ou de ferro, mas os projetos serão titânicos! Ele compila um mapa do rio, procedendo a cuidadosas sondagens. Descreve os selvagens, alguns antropófagos, as feras e insetos nocivos que encontra no trajeto. Descreve a alta mortalidade dos viajantes pelo Madeira, vítimas de febre. Mesmo com o quinino, todos os desbravadores sofrem de malária e muitos vêm a falecer.

1868 [27/8] Cel. George Earl Church recebe a concessão da National Bolivian Navigation Company do Governo boliviano, por meio do Gen. Quintín Quevedo, e se necessário construir uma ferrovia.

1870 Neste ano, Louis Pasteur e Heinrich Hermann Robert Koch publicam, em momentos diferentes, suas teorias microbianas acerca das doenças infecciosas.

1870 [20/4] D. Pedro dá concessão pessoal ao Cel. Church para a navegação pelos rios brasileiros e uma estrada de ferro de Santo Antônio até Guajará-mirim.

1870 [30/6] Cel. Church organiza a *National Bolivian Navigation Company* em Nova York, incluindo o Gen. Quintín Quevedo como incorporador.

1871 [1/3] É incorporada a empresa *Madeira-Mamoré Railway Company Ltd.*, tendo Church na presidência e, na sequência consegue restabelecer as relações diplomáticas entre a Inglaterra e a Bolívia, a fim de conquistar um empréstimo na Europa.

1871 [18/5] Assina empréstimo com a Erlanger & Co. sob a exigência que a Public Works Construction Company fosse a empreiteira construtora sob fiscalização da financiadora. A Public Works envia dois engenheiros para examinar o traçado projetado para as obras da ferrovia.

1872 [06/07] Chegam 25 engenheiros à Santo Antônio. São construídos navios e lanchas: Silver Spray, vapor Mamoré e Exploradora, casas, oficinas, serraria e a construção do cais em Porto dos Vapores ou Porto Novo.

1872/74 Inicia-se a 1ª Fase da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [EFMM] pelo Coronel americano George Earl Church, pela contratada *Public Works Construction Company*.

1873 Crise no setor de construções ferroviárias nos Estados Unidos da América.

1873 [9/7] Ocorre a rescisão de contrato e reembolso das despesas alegando que: A zona era um antro de podridão onde seus homens morriam qual moscas. E que nem com todo o dinheiro do mundo e

de metade de sua população seria possível construir a estrada. A ação judicial demorou oito anos, com a sentença em 22/11/1876 contra os Autores. Em 1877, foi declarado nulo o contrato com a *Public Works*.

1873 Realizada a construção do cais em Santo Antônio, do Porto dos Vapores ou Porto Novo.

1873 Gerhard Armauer Hansen descobre o bacilo da lepra.

1874 Governo do Amazonas envia médicos e ambulância para a controle de endemia de Varíola e Comissão Fiscalizadora da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [EFMM], doutores Francisco Júlio Xavier, Aprígio de Menezes e Antônio David de Vasconcelos Canabarro.

1874 Os irmãos Keller lançam o livro *Von Amazonas und Madeira*, com xilogravuras e um primeiro relato da região do Madeira.



Cel. George Earl Church

- 1876** O britânico Henry Wickham contrabandeia 70 mil sementes de seringueiras nativas e exclusivas do Brasil.
- 1876** [22/11] Publicada a Sentença Judicial a favor do Cel. Church contra as empresas *Erlanger & Co.* e a *Public Works Construction Company* pelo abandono da obra, tem-se a necessidade de procurar novos empreiteiros, agora nos Estados Unidos da América.
- 1877** [25/10] O Cel. Church assina contrato com a *P&T Collins* [EUA], de Philip e Thomas Collins.
- 1877** Inicia-se o Ciclo da Borracha.
- 1877/79** Inicia-se a 2ª Fase da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [EFMM], quando o Coronel Church contrata *P&T Collins* [EUA]. O Eng. Craig Collins declara que em Santo Antônio os homens morriam como moscas.
- 1878** [29/1] Zarpa da Filadélfia o navio a vapor Metropolis. carregado de material ferroviário e com 246 pessoas a bordo, 24 da tripulação, 25 empregados da *P&T Collins* e 196 passageiros.
- 1878** [31/1] Ocorre o naufrágio, em tempestade, do navio a vapor Metropolis, em Currituk, Carolina do Norte, USA; dez tripulantes e 80 passageiros perecem. Deslocava 500 toneladas de carga.
- 1878** [2/1] O vapor Mercedita, com 227 pessoas a bordo e 500 toneladas de carga. O Dr. E. P. Townsend era o chefe do corpo médico.
- 1878** [14/2] O vapor City of Richmond fica atracado na Filadélfia com 620 toneladas de trilhos e 235 de carvão, aguardando para embarcar os 447 passageiros, contando com a presença dos empreiteiros, Thomas Collins e Charles F. King e suas esposas. Estas damas são infatigáveis nos cuidados aos doentes e se resignam com as agruras a que seriam expostas. O Dr. Isaac T. Coates, de Coatesville, na Pensilvânia, eminente clínico e cirurgião, era naturalista, fora cirurgião do General Custer na Guerra de Secessão e estudou os vulcões na cordilheira dos Andes, tratado como autoridade no assunto. Seu auxiliar, o Dr. Benjamin R. Whittaker, era cirurgião de grande habilidade e conhecido

como *bon vivant*, jovial e possuidor de vasto repertório de anedotas. Com 200 trabalhadores italianos napolitanos, zarpa em 15/2/1878 para a América do Sul.

1878 [19/2] Chegada dos passageiros do vapor Mercedita, no vapor Arari, a Santo Antônio, que possuía apenas quatro construções, duas construídas e abandonadas pelos ingleses. Existia uma antiga serraria inglesa abandonada. Existia o comércio do Senhor Brígido e o Posto Militar do sargento com seis soldados do Império brasileiro. O vapor Mercedita chega apenas em 7/3, pois possui um grande calado e encalhara, necessitando ajuda do vapor Arari.

1878 [23/3] O vapor City of Richmond chega a Santo Antônio trazendo os empreiteiros, Thomas Collins e Charles F. King e suas esposas.

1878 [abril] Há relatos de que os trabalhadores italianos eram preguiçosos, sempre se rebelavam e mais de 75 deles partem por terra para a Bolívia, nunca mais se tendo notícias deles.

1878 [maio] O navio de guerra americano Enterprise, sob o comando do capitão Thomas Selfridge, por ordem do governo dos EUA, deveria entrar no Brasil e subir a hidrovia Amazonas-Madeira para resgatar a expedição da empreiteira *P&T Collins*, que enfrentava grave situação de desabastecimento de víveres, revoltas e fugas de operários, além de confronto com os indígenas. Mr. Thomas Collins se vê ferido por uma flechada e há muitos doentes de malária, tifo e febre amarela. Sob o comando de Thomas Selfridge, segue para a Amazônia, chegando a Belém em maio de 1878, levando quatro meses para mapear 1.300 milhas dos rios Amazonas e Madeira, objeto da questão diplomática já tratada. Talvez por este motivo, ou para se informar desses fatos, é que o navio de guerra americano Enterprise é autorizado a subir o rio Madeira, pelo aviso de 13 de maio de 1878, com uma permissão estendida até Santo Antônio, segundo o côm-

sul americano de Belém, o que não fora comunicado aos presidentes das duas províncias amazônicas. Na realidade, a subida, pelo Amazonas, fora efetuada pela corveta de guerra a vapor e à hélice USS Enterprise. Desafiando a proibição do governo imperial brasileiro, entra no rio Madeira, mas não consegue seguir viagem devido aos platôs, encalhando e tendo de retornar sem cumprir a missão.



Na foto, o navio americano Enterprise ancorado no porto de Nova York - EUA.

O Barão de Maracaju manda uma lancha ao encontro da belonave, proibindo-lhe a subida ao Madeira, no que é desatendido, pois o navio estaria estudando os canais de navegação dos nossos rios. Na volta da região do Alto Madeira, o Enterprise atraca em Manaus, sendo recebido com festas. Os operários italianos e americanos são logo retirados da construção da Madeira-Mamoré, substituídos por nordestinos contratados por José Paulino Von Hoonholtz, irmão do Barão de Tefé, também pagos através da Província do Amazonas.

- 1878** [12/6] As obras da estrada de ferro paralisam. Após quase três meses de trabalho dentro da floresta, a farinha e o quinino acabam. Os trabalhadores sempre atacados por tremores de frio e febre e emagrecimento, devido à disenteria, à malária e à febre biliosa, que atingem todos os trabalhadores. O índice de mortalidade se mostra baixo, mas o número de pessoas incapacitadas para o trabalho é incrivelmente elevado. As fortes doses de quinino enfraqueciam mais os trabalhadores adoentados. Os três médicos da expedição pouco consultavam os maleitosos, que mal se lembravam de consultá-los. O trabalho dos médicos se limita, quase que exclusivamente, a atender os operários de Santo Antônio e redondezas, jamais se afastando por mais dois quilômetros da sede. Ao longo das obras da estrada de ferro, os médicos não se inserem floresta adentro, sendo que a obra atingiria 120 km. Como pouco se procurava os médicos para se tratar, os boletins sanitários oficiais não indicavam o número real de enfermos e doenças. Não existia hospital digno, apenas uma minúscula construção que até 8 de junho serviu para tal fim, acomodava apenas cinco pessoas. Tais enfermos ficam aos cuidados de um oficial irlandês, rústico, de bom coração, conhecido pela alcunha de *Old Mike*, que ministra os remédios na hora certa indicada nas receitas. Muitos medicamentos são ministrados à força, contra a vontade do paciente. Ele também realiza as funções de coveiro.
- 1878** [28/6] Dr. Townsend, médico chefe da obra, anuncia que havia em Santo Antônio 186 homens impossibilitados de trabalhar devido às péssimas condições físicas consequentes do clima.
- 1878** [4/7] Dia memorável na expedição, quando fica concluída a montagem da primeira locomotiva até então vista em toda a bacia amazônica, denominada Coronel Church. Sua fornalha é acesa e ela trafega nos trechos da linha nas vizinhanças de Santo Antônio.



Primeira locomotiva até então vista em toda a bacia amazônica, denominada Coronel Church

- 1878** [5/7] São tantos os adoentados que é necessário pôr de lado a ideia de prosseguir o trabalho das obras da estrada de ferro. Decorrem 117 dias de trabalho, sendo construídos três quilômetros de linha provisória e 800 metros de via permanente. Por 8 km a linha é nivelada e são desmatados 22 km numa largura de 30 metros ao sul de Santo Antônio, tendo sido a localização sido definida e demarcada num percurso de 25 km. Desmata-se uma extensão de 173 km.
- 1878** [17/7] Em carta escrita por Nichols ao Coronel Church, ele relata: “Não devemos ter mais que 50 homens em serviço, atualmente, e mesmo estes estão desanimados pela falta de pagamento. Os empreiteiros Collins e King adoecem seriamente devido à febre.”
- 1878** [19/8] Expira-se o prazo compulsório contratual de permanência dos trabalhadores nas obras da EFMM, que era de seis meses. Ocorre um êxodo dos trabalhadores naquela data. Mas

os empreiteiros só têm obrigação legal de mandá-los de volta aos EUA após dois anos de serviço. As passagens têm que ser quitadas no embarque, o que dificulta o retorno de muitos. O corpo de engenheiros constituído de 57 membros fica reduzido a 26. Nos últimos dois meses, 37 trabalhadores falecem e mais de 300 são postos em tratamento naqueles dias. Os americanos falecidos são sepultados no cemitério dos ingleses e os trabalhadores, ao longo da linha férrea em construção. Em carta escrita por Nichols ao Coronel Church, ele de novo relata: “Dos 700 homens que para cá vieram, acho que não há 200 ou 300 em serviço, os demais estão doentes. Os ataques de índios aos trabalhadores da EFMM são constantes.” O verdadeiro custo das obras excedem em muito as importâncias reclamadas pelos certificados emitidos pelo engenheiro-residente.

1878 [17/9] O vapor Canumã chega a Santo Antônio trazendo a bordo 400 a 500 operários cearenses, quando mais de 200 vêm a morrer, a fugir, ou regressam para o nordeste. Muitos trabalhadores americanos desesperam-se e abandonam a obra e fogem, na tentativa de retorno aos EUA.

1878 [7/10] Nasce a filha da senhora King, Maria Juanita King, em Santo Antônio.

1878 [15/10] Ward escreve em carta que muitos engenheiros abandonaram a obra em barcos ou por conta própria, contando agora apenas com 16 engenheiros e com os trabalhadores cearenses recém-chegados. As obras continuam. Alimentam-se das tartarugas e de seus ovos, comuns na região, fornecidas pelo Senhor Brígido.

1878 [12/11] O casal Collins embarca no vapor Carlo Lima, com destino a Belém do Pará e depois ao Rio de Janeiro. Em 20/22, partem os engenheiros Preston e Clark com diversos operários no vapor Anajás; e em 28/11, o vapor Teotônio leva Whittaker, 12 engenheiros e mais 199 trabalhadores em duas chatas com

destino ao Pará. Em Belém, o embaixador americano recepciona 200 compatriotas, a maioria doentes e paupérrimos.

1878 [11/12] Poucos são os trabalhadores que estão em serviços, possuindo 11 engenheiros, 150 operários norte-americanos e 325 cearenses. Os cearenses não querem mais trabalhar na obra.

1878 [17/12] O engenheiro-chefe da EFMM, O.F. Nichols, parte de Santo Antônio para o Pará, deixando o seu assistente, Franklin A. Snow, a fim de contatar via telegráfica como o Coronel Church, que estava em Londres.

1878 [27/12] Alguns trabalhadores americanos que conseguiram chegar na Filadélfia procuram Philip Collins, no escritório, mas este já se encontra arruinado e não lhes pode pagar. Contudo, Collins providencia o retorno aos seus lares.

1879 [última semana de janeiro] O médico Dr. E. R. Health emite relatório médico que haveria 120 norte-americanos em Santo Antônio, sendo 66 internados em Hospital em tratamento. Na relação de enfermos consta o bebê King, Maria Juanita King, com três meses de idade, com problemas de dentição.

1879 [3/5] Peter Collins e George Gray são atacados e agredidos por selvagens, perto da sede em Santo Antônio. Ambos sofreram graves ferimentos por flechas.

1879 [19/8] Os 60 trabalhadores americanos remanescentes da obra recebem ordens de regressar aos EUA. As obras realizadas no projeto de construção da EFMM da *P&T Collins* são assim resumidas por Neville B. Craig: “514km de extensão total de linhas abertas e levantadas na floresta; localização provisória da linha de Santo Antônio ao Caldeirão do Inferno, numa extensão de 108km; localização definitiva da linha, demarcada no leito numa distância de 58km; localização demarcada ainda não aceita pela companhia de 6,4 km; faixa de terreno de 30m de largura desmatado na extensão de 40 km; composição de serviço correndo de Santo Antônio 6,4 km de trilhos, 30.000 dormentes

assentados e 443 m em 9 pontilhões. Craig também apresenta um balanço final dos recursos humanos e vítimas: dos 941 trabalhadores americanos empregados para a obra, 229 morreram - 23,6%, perderam a vida, apenas 719 destes chegaram a Santo Antônio, 56 faleceram e foram enterrados em Santo Antônio, sendo que 8 trabalhadores faleceram por ataque de índios. Cerca de 200 índios bolivianos e 400 cearenses trabalharam na obra, não se computaram os óbitos entre eles.” A mortalidade dos cearenses se mostra extraordinariamente elevada. Muitos americanos falecem ao tentar retornar em canoas e jangadas ao Pará e muitos falecem nos EUA, devido às doenças contraídas na selva. A *P&T Collins* jamais foi indenizada ou compensada pelas despesas e vai à falência. A senhora Collins é internada em um hospício de alienados e falece logo depois.

1880 Charles Louis Alphonse Laveran, médico militar francês labutando em Constantina na Argélia, observa pela primeira vez um protista, que foi identificado como causa de uma doença, no caso, a malária.

1881 Louis Pasteur desenvolve e testa uma vacina contra antraz.

1881 Juan Carlos Finlay em Havana, Cuba demonstra ser necessário um doente, uma pessoa susceptível e um agente transmissor para poder transmitir a febre amarela. Ele testa e comprova que a espécie *Aedes aegypti*, conhecida primeiro como *Culex fasciatus*, depois *Stegomyia fasciata*, transmite a febre amarela, fato que somente foi aceito após os experimentos conduzidos pela Comissão da Febre Amarela do Exército dos EUA, liderada pelo Dr. Walter Reed, em 1900.

1881 A Junta Central de Higiene é substituída pela Inspetoria Geral de Saúde e Higiene no Rio de Janeiro.

1882 Heinrich Hermann Robert Koch descobre o bacilo da tuberculose.

1882 D. Pedro II envia uma expedição de prospecção do Rio Madeira realizada pelo engenheiro Carlos Alberto Morsing, denominada Comissão Morsing, a fim de auditar e quantificar as obras realizadas pela *P&T Collins*. A Comissão Eng. Carlos Alberto Morsing, nascido na Suécia, educado nos Estados Unidos e naturalizado brasileiro, com um grande corpo de engenheiros, documenta fotograficamente os destroços da EFMM deixados pela *P&T Collins* em Santo Antônio.



Na imagem, observamos uma lancha e um vapor atracados em Santo Antônio, em 1882.



Foto: Equipe de prospecção da Comissão Pinkas, em Santo Antônio em março de 1883.

- 1884** Expedição de prospecção realizada pelo Engenheiro Júlio Pinkas, denominada de Comissão Pinkas, que conclui os trabalhos de prospecção do Rio Madeira. O engenheiro austríaco Júlio Pinkas é subordinado à Morsing e realiza, a pedido do Imperador, os trabalhos de prospecção das obras inacabadas da *P&T Collins*. Parte em 10/1/1883 do Rio de Janeiro, no vapor Espírito Santo, com quinze membros, chegando a Santo Antônio em 19/3/1883. Inicia os trabalhos em 13/4/1883 com 29 homens, localizando a locomotiva Coronel Church. Em maio, mais de 20 homens ficam doentes e são enviados para Manaus. Falecem um engenheiro e três operários. Em 15/8, todos se encontram doentes e, em 19/8/1883, todos partem para Manaus. Retorna em 17/5/1884 com cinco turmas de campo e conclui o levantamento de Collins até Guajará-Mirim, 329 km. Conclui que a obra é exequível!
- 1884** Abolição da livre frequência dos alunos nas aulas. Instituição de uma revista bimestral para a publicação de trabalhos científicos. Aumento dos laboratórios e das exigências aos candidatos a alunos de Medicina. Criação do curso de Odontologia.
- 1885** Louis Pasteur desenvolve a vacina contra a raiva.

- 1889** Primeiro programa de residência médica atribuído a William Halsted, do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade Johns Hopkins, EUA.
- 1889** Shibasaburo Kitasato isola o agente patogênico responsável pelo tétano.
- 1889** A Questão Acreana. Nos fins do Século XIX, milhares buscaram o trabalho em seringais do Acre, incluindo prisioneiros, exilados políticos e trabalhadores nordestinos, que, misturados nos seringais, fundam povoações, avançam e se estabelecem em pleno território boliviano.
- Em 3/1, o governo boliviano resolve tomar posse definitiva do Acre. Funda a vila de Puerto Alonso e instala postos da alfândega para arrecadar tributos originados da comercialização de borracha silvestre. Essa atitude causa revolta entre os quase sessenta mil brasileiros que trabalhavam nos seringais acreanos. Em 3/5, liderados pelo seringalista José Carvalho, do Amazonas, os seringueiros rebelam-se e expulsam as autoridades bolivianas. Em 14/7, o jornalista espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Aurias e seringalistas, apoiados pelo governo do Amazonas, de Belém e Manaus, lideram rebelião política e proclamam a independência; instala o que ele chamou de República Independente do Acre, intitulado-se Imperador do Acre, no local conhecido como Seringal Volta da Empresa, no Acre, terras bolivianas. O governo brasileiro, signatário do Tratado de Ayacucho, de 23 de março de 1867, reconhece o direito de posse da Bolívia, prende Luiz Galvez Rodrigues de Aurias e devolve o Acre ao governo boliviano.
- 1889** [15/11] Proclamação da República Federativa do Brasil. A família imperial é expulsa do Brasil e se exila na Europa.

- 1890** Decreto federal nº 169 estabelece que os Estados devem seguir a legislação federal até a organização de seus próprios serviços sanitários no Brasil.
- 1892** Organização dos Serviços Sanitários no Rio de Janeiro.
- 1895** Wilhelm Conrad Rontgen descobre os raios-x.
- 1897** O médico escocês Ronald Ross demonstra o ciclo de vida completo do parasita da malária nos mosquitos, provando que o mosquito é o vetor da malária em humanos.
- 1899** Criação da terceira faculdade de Medicina, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na República.
- 1899** [14/7] A Questão Acreana – seringueiros brasileiros, comandados pelo jornalista espanhol Luiz Galvez Rodrigues y Arias, proclamam a fundação da República Independente do Acre.

Final do séc. XIX

- Desenvolvimento das pesquisas médicas brasileiras por Oswald Gonçalves Cruz, Adolfo Lutz, Vital Brazil Mineiro da Campanha, Carlos Chagas, Emílio Marcondes Ribas, Gaspar de Oliveira Viana, Miguel da Rocha Lima e outros.
- 1900** É declarada nula a República Independente do Acre, sendo seu líder Luiz Galvez Rodrigues y Arias preso e as terras devolvidas a Bolívia, por pressão norte-americana.
- 1900** 1ª campanha mundial de combate ao *Aedes aegypty* é lançada em Sorocaba, pelo Dr. Emílio Ribas, Diretor do Serviço Sanitário de São Paulo.
- 1901** [11/7] O governo boliviano decide arrendar o Acre a um grupo de capitalistas americanos, ingleses e alemães, formado pelas empresas Conway and Withridge, United States Rubber Company e Export Lumber. Esse consórcio constitui o temível *Bolivian Syndicate*, que recebe da Bolívia autorização para colonizar a região, explorar o látex e formar sua própria milícia, com direito de utilizar a força para atender seus interesses. Obtém

plenos poderes para assumir o controle econômico e exercer a autoridade civil nas terras do Acre.

1902

[6/8] Seringueiros nordestinos, sob comando do gaúcho José Plácido de Castro, iniciam a Revolução Acreana, uma rebelião armada. Plácido, ex-major do Exército, é rebaixado a cabo por haver participado da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, ao lado dos Magaratos. Na época, tinha 29 anos de idade e estava autoexilado há três anos no Acre, trabalhando como seringueiro.

1903

[24/1] Plácido de Castro e os revoltosos acreanos derrotam as tropas bolivianas em Porto Alonso, hoje Porto Acre. Ao alvorecer do dia 24 de janeiro de 1903, às margens do rio Acre, tremula vitoriosa a bandeira acreana. O acre é do Brasil. Em 21/3 é assinado o Tratado de Paz, em La Paz.



Foto: negociadores do Tratado de Petrópolis, da esquerda para a direita: Senador Fernando Guachalla, Ernesto Ferreira, Almirante Guilhobel, Assis Brasil, Cláudio Pinilla, Zacarias de Goes, Barão do Rio Branco, Domício da Gama, Campos Paradedda, Raymundo Pecegueiro do Amaral, Paulo Fonseca e Emilio Fernandes. Rui Barbosa pediu o afastamento da Comissão Brasileira.

Fonte: Mapoteca do Itamaraty.

1903

[17/11] Em consequência da Revolta Acreana, é assinado o Tratado de Petrópolis, na cidade de Petrópolis, à rua Westphalia,

nº 5, no Rio de Janeiro, a repúblicas do Brasil e da Bolívia, pelo Barão do Rio Branco, de permuta e transações. Através dele, o Brasil fica de posse do Acre, assumindo o compromisso de pagar uma indenização de dois milhões de libras esterlinas ao governo boliviano e mais 114 mil ao *Bolivian Syndicate*. O Governo Brasileiro construiria a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em troca do território acreano da Bolívia. Negociadores do Tratado de Petrópolis, da esquerda para a direita: Senador Fernando Guachalla, Ernesto Ferreira, Almirante Guilhobel, Assis Brasil, Cláudio Pinilla, Zacarias de Goes, Barão do Rio Branco, Domício da Gama, Campos Paradedda, Raymundo Pecegueiro do Amaral, Paulo Fonseca e Emilio Fernandes. Rui Barbosa pede o afastamento da Comissão Brasileira. O tratado de Petrópolis, aprovado pelo Congresso brasileiro em 12 de abril de 1904, também obriga o Brasil a realizar o antigo projeto do governo boliviano de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. A Bolívia, aproveitando-se do momento político, coloca na pauta de negociações seu ambicionado projeto. Em contrapartida, reconhece a prioridade de chegada dos primeiros brasileiros à região e renuncia a todos os direitos sobre as terras do Acre. O Tratado de Petrópolis proporciona o surgimento, no Brasil, do primeiro Território Federal: o Acre, em 1903. Com o crescimento da produção de látex, a região acreana produz 47 mil toneladas de borracha silvestre, somente em 1910, o que representou cerca de sessenta por cento de toda a produção amazônica.

- 1903** Oswaldo Cruz assume como Diretor Geral de Saúde Pública e consegue controlar a febre amarela nos três anos seguintes.
- 1904** [31/10] Entra em vigor a Lei de Vacinação Obrigatória, concebida por Oswaldo Cruz. Começa a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro.
- 1905** [12/5] É publicado o edital da licitação das obras da ferrovia pelo governo brasileiro, cumprindo as determinações do Tratado de

Petrópolis. Aberta somente a empresários brasileiros, a concorrência tem dois participantes, os engenheiros Raimundo Pereira da Silva e Joaquim Catramby. Contemplado, soube-se que Joaquim Catramby concorreu com intuítos meramente especulativos, na qualidade de testa-de-ferro do poderoso magnata norte-americano Percival Farquhar, a quem transfere o contrato tão logo recebe a homologação da concorrência. O objetivo de Percival Farquhar era controlar todo o sistema ferroviário da América Latina. Por isso, ele constitui a empresa Madeira-Mamoré Railway Company, na qual investe, inicialmente, onze milhões de dólares, financiados pelo Bank of Scotland, e contrata os serviços do grupo de empreiteiras Robert May e B. Jeckyll. A esse grupo associa-se, posteriormente, o empreiteiro John Randolph. Desta forma constitui-se a empresa May, Jeckyll & Randolph, que, em 1906, instala seu canteiro de obras na localidade de Santo Antônio do Rio Madeira.

1906 Frederick Gowland Hopkins descreve as vitaminas e propõe sua carência como causa de escorbuto e raquitismo.

1907/15 Inicia-se, em 4/3/1907, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas [CLTEMTA, também conhecida por Comissão Rondon] partindo de Cuiabá, levando a linha telegráfica a Porto Velho, Cruzeiro do Sul e Manaus. Diversos médicos participam da expedição: Armando Calazans, Manoel Antônio de Andrade, Joaquim Rabello, Joaquim Tanajura, Paulo Fernandes dos Santos, Murillo de Campos, José Antônio Cajazeira, João Florentino Meira de Faria, Esperidião Gabino; Serapião e Alberto Moore.

1907 [19/4] Autorizada por Percival Farquhar e pelo governo brasileiro, a May, Jeckyll & Randolph transfere suas instalações para o porto amazônico situado sete quilômetros à jusante da cachoeira de Santo Antônio, no local conhecido como Porto Velho, onde implanta o centro administrativo, construindo

o cais, residências para técnicos, e dando início, em junho do mesmo ano, à construção da estação inicial da ferrovia Madeira-Mamoré, quando passa a situar-se em terras do Amazonas. Através do Decreto-lei nº 6.775, de 28 de novembro de 1907, o governo brasileiro autoriza a empresa The Madeira-Mamoré Railway Company Ltda. a funcionar no Brasil. A construção da ferrovia Madeira-Mamoré bate o recorde mundial de acidentes de trabalho e têm centenas de homens mortos ou desaparecidos na imensidão da floresta e nas viagens para a região.

1907 [4/9] Iniciam-se as obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no Porto Velho dos Militares e é instalada a sede da EFMM. Foi construída no período de 1907 à 1912. Nasce a cidade de Porto Velho, no dia da Independência Americana. A May, Jeckyll & Randolph contrata operários espanhóis dispensados das construções ferroviárias que o grupo realizava em Cuba. No entanto, somente setenta e cinco chegam a Porto Velho. O restante desiste no Porto de Belém, em razão das notícias sobre as doenças regionais que ceifavam a vida dos operários e dos constantes ataques dos índios Caripunas aos trechos em obras. Realmente, era muito grave a questão de saúde na região. Em apenas três meses de trabalho já existiam inúmeros operários doentes, o que levou à empresa a construir, entre os povoados de Porto Velho e de Santo Antônio, o Hospital da Candelária, que chegou a ter onze médicos. Mas, nem eles resistiram. Três morreram e dois ficaram inválidos.

1907 Inaugurado o Hospital da Candelária da Madeira-Mamoré Railway Company, instalado numa colina a sete quilômetros de Santo Antônio, com 21 pavilhões de madeira, todos telados cobertos com telha de zinco verde, seis enfermarias de 30m x 11,50m; com 250 leitos hospitalares, sala de cirurgia, dispensário, pomar, criadouro de porcos e aves, cemitério, e a residência dos médicos e enfermeiros. Seu primeiro médico é o Dr. Shivers,

que permanece por 4 meses e então, adoentado, retorna aos Estados Unidos. Outros médicos norte-americanos ali labutaram até 1929: HP Belt, Lovelace, Poncy, Walsh, Whitaker, Walcott e o último W. Emerichi. Entre os anos da construção da EFMM, 1907 a 1912, são realizadas 145.647 internações e 1552 paciente foram a óbito.

1907 Porto Velho é fundada pela empresa americana Madeira-Mamoré Railway Company, em 4 de julho de 1907, dia da Independência dos Estados Unidos, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, comandada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar.

1907 Desenvolve-se a 2ª grande epidemia amazônica de malária no Madeira, decorrente das obras da EFMM.

1907 Publicado nos EUA o Relatório Flexner [Abrahan Flexner, 1866-1959]; pedagogo, não médico, considera a Faculdade de Medicina Johns Hopkins o modelo ideal de formação médica, levando a uma profunda reforma do ensino médico americano e canadense, com reflexos no ensino médico da América Latina.

1908 [8/1] O dia mais chuvoso do ano, com lama e deslizamentos nas obras da EFMM.

1908 [fevereiro-março] A pior crise sanitária na região do Mato Grosso, quando o Dr. Armando de Calazans retorna a Cáceres com o contingente de 228 trabalhadores da Comissão, apenas 27 não tendo caído doentes de malária. Calazans aconselha a prescrição profilática de 30 centigramas de quinino diariamente para cada trabalhador, como combate à malária nos trabalhos da Comissão nos sertões do noroeste.

1909 [3/4] A bordo do vapor Júpiter, Tanajura deixa sua família no Rio de Janeiro e embarca na empreitada que mudaria o curso de sua vida e os futuros rumos da Comissão Rondon. Viajando através dos rios Paraná e Paraguai até chegar à área de atuação da Comissão, desembarca no porto da cidade de Tapirapuã

em 5 de maio; e, daí em diante, segue cuidando dos doentes da Comissão e dos habitantes que buscavam sua ajuda, indo ao encontro de Cândido Rondon, que seguira com a tropa para o Juruena. Apresenta-se a Rondon e verifica que seu estado de saúde inspirava cuidados, pois era portador de malária desde o início da expedição e se automedicava com quinino. Com a piora progressiva do quadro, o Dr. Joaquim prescreve o fim das atividades da expedição em virtude do risco ao Chefe da Comissão. Rondon é intimado a ceder.

1909 [12/9] Joaquim Tanajura sofre ferimento no pé, que se inflama por causa das marchas, provocando febre e dificuldade de andar.

1909 [9/10 e 30/11] Tanajura segue expedição ao Rio Machado ou Rio Gi-paraná ou Rio Ji-paraná. Rondon continua rumo a Santo Antônio do Madeira.

1909 Relatórios dos médicos da EFMM assinalam que 80% de todo o pessoal de trabalhadores adoeceram pela malária. Os médicos do hospital da Candelária, todos norte-americanos, declaram-se sem condições de combater as doenças regionais, por desconhecerem os tipos de males que afetavam os operários da Madeira-Mamoré. Por isto, solicitam que a empresa contratasse os serviços do médico sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz.

1909 [novembro] Ocorre um surto anômalo de malária em toda a região do Alto Madeira.

1909 [dezembro] O Coronel Cândido Rondon e sua Comissão chega em Porto Velho, viaja pela ferrovia ainda em obras e adoece com malária. É tratado pelo Dr. Joaquim Tanajura, médico da Comissão. Nova crise sanitária assola a Comissão e forçou a retirada para Manaus. Piora o quadro clínico de Rondon.

1910 [4/1] Morre aos 74 anos, em Londres, o Cel. George Earl Church.

1910 [15/1] Rondon envia Tanajura ao *Jornal do Commercio*, de Manáos a fim de dar uma entrevista num artigo com o título de “Rumo Feliz”, quando omite as dificuldades enfrentadas por

ele ao longo dos meses em que trabalhara na Comissão, ressaltando, apenas, as saudades da família e, superficialmente, o problema com as doenças. Em sua narrativa sobre os sertões de Mato Grosso, podemos vislumbrar uma espécie de Eldorado jamais explorado. Após isso, Rondon e Tanajura retornam ao Rio de Janeiro com escala na Bahia, onde o médico trata do futuro marechal na residência de sua família.

1910 [16/6] Os médicos Oswaldo Cruz e Belisário Penna zarparam do Rio de Janeiro rumo à zona de guerra sanitária de Porto Velho do rio Madeira. Em 9/97, desembarcam em Porto Velho. Em 6/9, assinam o relatório de Santo Antônio, indicando medidas sanitárias.

1910 [9/7] Os médicos sanitaristas Dr. Oswaldo Cruz e o Dr. Belisário Augusto de Oliveira Pena visitam as obras da Madeira-Mamoré Railway Company, em Porto Velho. Reúnem-se com o médico americano Dr. Carl Lovelace, então Chefe do Serviço de Saúde da Madeira-Mamoré, com sede no Hospital da Candelária, a sete quilômetros de Santo Antônio. Dr. Oswaldo Cruz permanece 28 dias em Porto Velho. Elabora relatório sobre as péssimas condições sanitárias da cidade de Santo Antônio das Cachoeiras do Rio Madeira.

1910 [1/8] Inicia-se a subida da Comissão rumo a Santo Antônio de Madeira. Dr. Paulo Fernandes Santos, 1º Tenente da Armada, é nomeado chefe da enfermaria da Comissão em Santo Antônio.

1911 Criação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, Minas Gerais.

1911 [2/2] Chega a Santo Antônio o navio Satélite, conduzindo em seu porão 444 prisioneiros dos quais 105 são marinheiros revoltosos da armada na conhecida Revolta da Chibata, com 295 marginais e 44 meretrizes, todos oriundos do Rio de Janeiro, Capital Federal. Eles são entregues ao tenente Líbano Augusto da Cunha Matos, da Comissão Rondon, o qual distribui duzen-

tos homens com os proprietários de seringais; e os duzentos restantes e as quarenta e quatro mulheres, ele leva para o acampamento da Comissão, o qual ficava num local na margem direita do igarapé bate-estacas, a uns 200 metros acima da ponte sobre este, na atual estrada de Santo Antônio. As mulheres são libertadas no dia seguinte, com ordem expressa de se dirigirem ao povoado de Santo Antônio; e os homens, de permanecerem no acampamento para trabalhar na construção da linha telegráfica. As mulheres desse grupo tornam-se, em sua maioria, prostitutas em Santo Antônio. A maior parte dos homens entregues à Comissão morre de malária.

1911 [abril] Rondon retorna ao Alto Madeira e dá total liberdade de ação e autoridade ao Dr. Tanajura para emitir as Instruções para o serviço sanitário das Seções Norte e Sul da Comissão, organizando a profilaxia da malária, drenagem do solo, destruição de larvas de mosquitos, aterro, uso compulsório de quinino diário por todos os trabalhadores e exame médico admissional para detectar doenças como tuberculose, sífilis, gonorreia e várias outras. Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas e distribui mosquiteiros. Institui o isolamento dos pacientes e melhora a alimentação do contingente de trabalhadores.

1911 [5/6] Joaquim Tanajura publica artigo no *Jornal do Commercio*, de Manáos, defendendo o saneamento, a educação e a segurança na Região do Madeira: Santo Antônio. Nesse texto, conta as suas experiências como chefe do serviço de saúde da Comissão e relata a situação de Santo Antônio do Madeira. Além disso, o artigo arrola um conjunto de críticas ao que, segundo ele, seriam fatores que estavam a impedir o desenvolvimento da cidade, e apela às autoridades para que algo seja feito com urgência pelo povoado. Contraria as conclusões do Relatório de Oswaldo Cruz sobre Santo Antônio do Madeira. Nesta época, já está domici-

- liado no município e atua como médico em parceria com outro médico, Dr. Francisco Rocha.
- 1911** Desoficialização do ensino no país - Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, na República, a Lei Rivadávia, firma a criação do ensino livre e particular no Brasil.
- 1911** Instaladas as estações radiotelegráficas de Porto Velho e Manaus.
- 1912** Criação da Faculdade de Medicina de São Paulo.
- 1912** [10/2] Morre o Barão do Rio Branco, aos 76 anos, no Rio de Janeiro.
- 1912** [30/4] É concluída e, em 1/8, inaugurada a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Sua primeira viagem é feita pela locomotiva Coronel Church. A conclusão das obras da ferrovia Madeira-Mamoré vem a acelerar o processo de decadência do povoado vizinho, aumentando a importância logística de Porto Velho.
- 1912** Início do colapso econômico da Amazônia, com a superação da produção da borracha amazônica pela asiática, causando queda dos preços.
- 1912** [2/9] Elevação de Santo Antônio do Madeira à condição de município, contando com uma população de 1.800 habitantes.
- 1912/15** Dr. Joaquim Tanajura é eleito o 1º Intendente Municipal de Santo Antônio do Rio Madeira. Tanajura deixou a Comissão Rondon para exercer o cargo de primeiro Intendente do município, em meio a uma crise sanitária na Secção Sul, provocada pela malária e por beribéri. Muda o local da vila para 500 metros acima e procede a rigorosa limpeza e saneamento, aterra e drena águas paradas, saneando o lugar. Funda uma escola pública, trata a água e o esgoto, distribui quinino para a população, coloca telas nas residências, fiscaliza alimentos. Instala fábrica de tijolos e uma linha de bonde; e utiliza a enfermaria da Seção Norte da Comissão Rondon como hospital para os doentes da vila, reduzindo a utilização do Hospital da Candelária da EFMM.

- 1913/14** A expedição científica Roosevelt-Rondon percorre os estados brasileiros de Mato Grosso e Rondônia.
- 1914** [2/10] Porto Velho é elevado à condição de município pela lei nº 757, sancionada pelo então governador do Amazonas, Jonathas de Freitas Pedrosa. Santo Antônio possuía 911 habitantes, entre eles 148 crianças. Só Tanajura atuava como médico.
- 1914** [28/07] Tem início a Primeira Guerra Mundial.
- 1914** [24/12] É nomeado o primeiro superintendente do nascente município, o major do exército Fernando Guapindaia de Souza Brejense (1915-1916). A cidade, até então comandada pela empresa Madeira-Mamoré Railway Company, começa a receber a organização municipal e seus moradores têm que começar a contribuir com os impostos estaduais.
- 1915** Novos rumos para o ensino médico no Brasil e aumento de três para dez as escolas médicas no Brasil.
- 1915** Dr. Meira de Faria, médico da Comissão Rondon, registra um caso de maculo, uma retite gangrenosa epidêmica, fria, doença que se desenvolve entre indígenas das regiões baixas, úmidas e quentes do norte da América do Sul e talvez também nas ilhas do Pacífico Sul; ou, então, a forma branda do paludismo cérebro espinhal.
- 1915** No Governo de Venceslau Brás, a Reforma Carlos Maximiliano restabelece a ordem no campo educacional.
- 1915** [1/2] Encerra-se a Comissão Rondon, com a presença do coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, governadores do Amazonas e Mato Grosso, comemora-se o término da obra e a inauguração da Linha Telegráfica, haja vista a entrada da tecnologia do rádio nas telecomunicações. A primeira transmissão radiofônica do mundo fora realizada em 1906, nos Estados Unidos, por Forest, experimentalmente para testar a válvula tríodo. No Brasil, inicialmente, apenas militares poderiam ter aparelhos de rádio. A lei é revogada por Francisco Sá e a primeira transmissão civil é realizada em 6 de abril de 1919, pela PRA 8, Rádio Clube de

Pernambuco. Roquette-Pinto indica o nome de Rondon para aquelas terras do Norte, hoje Rondônia.

1915 [19/12] Deflagrada a Revolta dos Portugueses, descontentes com as perseguições do delegado da cidade, José Joaquim Guerra, que persegue, prende e espanca comerciantes portugueses, excessos esses que repercutem em Manaus e no consulado.

1916 [janeiro] Com o término do mandato de Tanajura como intendente, este volta a trabalhar na Comissão Rondon, na enfermaria da Seção Norte, fazendo par com o Dr. Pedro Pereira de Aguiar, na seção sul. Tanajura é nomeado Inspetor Honorário do Serviço de Proteção aos Índios do Alto Madeira. O delegado é exonerado do cargo, dias após.

1916 Fundada a Associação Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho e neste local é fundada a Comissão Municipal do Partido Republicano Amazonense, presidida por Joaquim Tanajura, que funda uma escola municipal e um periódico chamado *Alto Madeira* – jornal independente. Funda, inclusive, o Porto Velho Footbaal Club. Dr. Allen Walcott substitui o Dr. Lovelace na direção do Hospital da Candelária e tem boas relações com o intendente Tanajura.

1917 [15/4] Dr. Joaquim Tanajura funda o Jornal *Alto Madeira*.

1917 Dr. Joaquim Tanajura é eleito o 2º Prefeito de Porto Velho, tendo sido prefeito em duas gestões, 1917 e 1922.

1918 [fevereiro] É fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, sob iniciativa de Belisário Penna, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública. A Liga congregava diversos intelectuais de variados ramos da sociedade, desde médicos a políticos, militares, advogados, engenheiros e outros, identificando as doenças como o maior entrave ao desenvolvimento social, político e econômico do país.

- 1919** [20/4] Dr. Joaquim Tanajura funda a Liga Pró-saneamento do Rio Madeira e seus afluentes, filial da Liga Pró-saneamento do Brasil fundada pelo Dr. Belisário Penna.
- 1919** Criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, que viria a ser federalizada em 1950.
- 1920** Primeiras vacinas contra difteria, coqueluche, tuberculose e tétano.
- 1924** Instalação da Superintendência de Porto Velho, no prédio comprado por Joaquim Augusto Tanajura, superintendente, do empresário João Soares Braga. Sede administrativa da Prefeitura até 1964. Em 13 de maio, Tanajura inaugura as redes de água e de energia elétrica.
- 1926** Tanajura consegue eleger seu vice em Porto Velho para o triênio de 1926-1928 e continua no cargo de deputado estadual do Amazonas, mudando-se para Manaus e sendo considerado como o Defensor do Alto Madeira.
- 1927** Pela Lei Municipal 33, a Prefeitura é autorizada a doar à prelazia de Porto Velho uma área para a construção do Hospital São José.
- 1928** Descoberta da penicilina. O bacteriologista britânico Alexander Fleming descobre que o fungo *Penicillium* produz uma substância que tem um efeito antibiótico. No entanto, levaria mais dez anos até que a penicilina pudesse ser produzida em grandes quantidades.
- 1929** [20/4] Em sessão pública realizada na sede da Associação Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho, é fundada a Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e seus afluentes, tendo como seu primeiro presidente Joaquim Tanajura. Sob o lema “Não esmorecer, para não desmerecer.”.

- 1929** [7/9] Inaugurado o Hospital São José, projetado e construído pelo Padre João Nicoletti, com apoio do Bispo Dom Pedro Massa, da Sociedade Beneficente Portuguesa e da Sociedade São Vicente de Paulo. A prelazia de Porto Velho inaugura o Hospital São José, com 18 leitos. Seu primeiro diretor é o Dr. Sebastião Públio Teles Dias sendo o corpo clínico nesta década formado pelos doutores Clodomiro Marques, José Collyer, Kronger Perdigão e Rubens Vale da Costa.
- 1929** [24/10] Ocorre a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e o magnata norte-americano Percival Farquhar e suas empresas entram em grave crise financeira.

Segundo ciclo [1930-1982]

A implantação dos serviços médicos

- 1930** [24/8] É fechado o Hospital da Candelária, que à época contava com 288 leitos.
- 1931** Nacionalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em 10 de julho, a empresa Madeira-Mamoré Railway Co. e suas subsidiárias, pelo disposto no Decreto nº. 20.200, passam a ser administradas pelo governo federal brasileiro, sendo nomeado superintendente da ferrovia o Tenente do Exército Aluísio Pinheiro Ferreira.
- 1934** É criada, então, a primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo [USP].
- 1935** Primeira vacina contra febre amarela.
- 1935** Gerhard Johannes Paul Domagk descobre os sulfamídios.
- 1939** Paul Hermann Müller, químico suíço, descobre a utilidade do DDT como inseticida.
- 1939** [1/9] Hitler invade a Polônia e dá início à Segunda Guerra Mundial.

- 1940** Howard Walter Florey e Ernst Boris Chain completam a fabricação da penicilina.
- 1940** Karl Landsteiner identifica o fator *Rhesus*.
- 1940** O modelo flexneriano começa a ser implantado no Brasil na década de 40.
- 1940** Criação do sistema de Residência Médica no Brasil.
- 1940** O quinino é substituído pela cloroquina como tratamento de eleição, caso não se verifique resistência, tanto para a malária não complicada como para a malária grave. A cloroquina começa a ser usada no Sudeste Asiático e na América do Sul na década de 1950 e, em todo o mundo, na década de 1980.
- 1940** [1/9] O futuro Território Federal do Guaporé, que era composto por três municípios: Porto Velho com 2.341 habitantes; Guajará-Mirim com 1.743 habitantes e Alto Madeira (Santo Antônio) com 50 habitantes, totalizava 4.142 pessoas.
- 1941** [7/9] Inicia-se o Segundo Ciclo da Borracha em decorrência da entrada do Japão na Segunda Guerra Mundial, após o ataque à base naval de Pearl Harbor, localizada no Havaí, impedindo o escoamento da borracha dos seringais da Ásia.
- 1941** [19/6] Morre Joaquim Augusto Tanajura na cidade de São Paulo, onde havia sido internado no Instituto Paulista de Medicina.
- 1942** [26/8] Dr. Mário Pinotti assume a direção do recém-criado Serviço Nacional de Malária (SNM).
- 1943** Iniciada a Batalha da Borracha com a transferência de trabalhadores nordestinos para a Amazônia e para aumentar significativamente sua produção de borracha os governos norte-americano e brasileiro, formando os soldados da borracha. Desencadeia-se a 3ª grande epidemia amazônica de malária.
- 1943** É criado o Território Federal do Guaporé pelo Presidente Getúlio Vargas, transformando Porto Velho em capital.
- 1944** O Governador do Território Federal do Guaporé, Aluísio Ferreira, adquire o Hospital São José e amplia para 100 leitos:

com maternidade, necrotério e capela, refeitório e cozinha. Seu primeiro diretor, nesta nova fase, o Dr. Ary Tupinambá Pinheiro. O Corpo Clínico era formado pelos doutores Maurício Bustani, Rubens da Silveira Brito, José Cotrin, Renato Medeiros, Oswaldo Piana, Florinda Leal Faria, João Fernandes de Souza, Inácio Moura Filho e Ernesto Laudelino de Almeida.

1945 Fim da II Guerra Mundial, promovido pelos países Aliados contra o “Eixo”, com a rendição incondicional da Alemanha em maio, e o Japão em setembro. Os efeitos colaterais sociais e econômicos da guerra continuam repercutindo em todo o mundo, como, por exemplo, a escassez da farinha no Brasil.

1946 Aplicação de cloroquina e Diclorodifeniltricloroetano [DDT] no combate à malária no Território do Guaporé obtém êxito, segundo Relatório do Dr. Ary Tupinambá Pinheiro, médico da EFMM, reduzindo a morbimortalidade por impaludismo.

1946 Instalado o Laboratório e Posto de Higiene e Serviço Especial de Saúde Pública em Porto Velho.

1947 O Serviço Nacional de Malária [SNM] passa a usar o DDT em operações de rotina, sendo utilizado em diversas localidades no Estado do Amazonas e no Guaporé.

1948 [29/10] Inaugurado o Posto de Puericultura Dra. Ludma Trotta, nome da médica filha do então governador do Território, Frederico Trotta, falecida naquele ano.

1948 Inaugurada a Maternidade do Território Federal do Guaporé, em 23 de agosto de 1948, pelo governador Joaquim de Araújo Lima; cujo nome foi alterado para Maternidade Darcy Vargas, em 1951, em homenagem à primeira-dama, que era uma grande defensora da saúde pública. O primeiro médico é o Dr. Lourenço Antônio Pereira Lima, que fixa domicílio em Porto Velho e se torna o seu primeiro médico ginecologista e obstetra, atendendo nessa maternidade. Durante quase quatro décadas, funcionou na Avenida Carlos Gomes esquina com a Rua

- Rui Barbosa. Ela foi desativada em janeiro de 1983, tendo seus serviços transferidos para o Hospital de Base Ary Pinheiro, inaugurado na ocasião.
- 1949** Em 12 de fevereiro de 1949 é fundada a Associação Médico-Cirúrgica do Território do Guaporé, sendo o seu primeiro presidente o Dr. Ernesto Laudelino de Almeida.
- 1951** Criação da Associação Médica Brasileira. Criação do Conselho Federal de Medicina (CFM).
- 1951** Ciclo de Diamantes, com a garimpagem no Rio Machado.
- 1952** Jonas Edward Salk desenvolve a primeira vacina contra poliomielite, anunciada ao público no ano seguinte.
- 1953** [4/8] Morre, aos 89 anos, Percival Farquhar, em Nova York.
- 1954** [13/9] Inaugurado o Sanatório Colônia Jaime Jacinto Aben-Athar.
- 1955** Inicia-se o Ciclo da Cassiterita em Rondônia.
- 1956** Em 17/2, é criado o Território Federal de Rondônia pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.
- 1958** Criada a Campanha de Erradicação e Controle da Malária [CCEM] no Brasil, baseada na aplicação intradomiciliar de DDT.
- 1960** Primeiras vacinas contra poliomielite [oral], sarampo, caxumba e rubéola. A versão combinada MMR (estas três últimas), no entanto, foi licenciada apenas em 1971, nos Estados Unidos.
- 1960** [2/2] O Presidente Juscelino Kubitschek decide construir a então BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho; e Rio Branco, ao longo da linha telegráfica de Rondon, onde é construída a BR-029, Brasília-Acre, abrindo o noroeste brasileiro, trecho que só foi asfaltado em 1983.
- 1963** [27/4] É fundado o Conselho Regional de Medicina do Território Federal de Rondônia pelos doutores Hamilton Raulino Gondim, Raphael Lopes Vaz e Silva e José Cerqueira Cotrim.
- 1965** Criada a Campanha de Erradicação da Malária [CEM] pela OMS.
- 1966** Instalação do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, em 21 de fevereiro, com a missão de restaurar a BR 29.

- 1967** Christian Neethling Barnard realiza com sucesso o primeiro transplante cardíaco.
- 1970** Criada a Superintendência de Campanha de Saúde Pública [SUCAM].
- 1970s** Surge o Movimento Sanitário no Brasil.
- 1972** [17/7] É desativada a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
- 1975** Inauguração do Hospital Santa Marcelina, na Colônia Jaime Aben-Athar, e do Pronto Socorro Orlando Marques.
- 1976** Fundada a Associação Médica de Rondônia, sendo seu primeiro presidente o Dr. Joviano Alves de Macedo.
- 1977** A artemisinina, descoberta a partir da planta *Artemisia annua* pelo cientista chinês Tu Youyou, tornando-se, em 1979, reconhecida como tratamento para a malária do tipo *falciparum*.
- 1978** [setembro] Conferência de Alma-Ata, na República do Cazaquistão (ex-república socialista soviética), organizada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), dirigindo-se a todos os governos, na busca da promoção de saúde a todos os povos do mundo, com o lema Saúde Para Todos, no ano 2000.
- 1980** Desencadeada a 4ª grande epidemia amazônica de malária com a colonização da Amazônia no Programa de Integração Nacional, a descoberta de ouro no rio Madeira e a abertura da rodovia Transamazônica.
- 1981** Primeira vacina contra Hepatite B.
- 1981** É criado o Estado de Rondônia pelo Presidente da República General João Batista Figueiredo.
- 1981** Volta a trafegar, com fins turísticos, a EFMM, num pequeno trecho em Porto Velho.
- 1982** Instalação do Estado de Rondônia, em 4 de janeiro.
- 1982** Criada pela Lei nº 7011 a Universidade Federal de Rondônia [UNIR].

Terceiro ciclo [1983-2001]

O desenvolvimento médico

- 1983** [12/1] É inaugurado o Hospital de Base Ary Tupinambá Penna Pinheiro, pelo Governador Jorge Teixeira, secretário de Saúde, Dr. José Adelino da Silva, tendo, como primeiro Diretor Geral, o Dr. Viriato Moura. Dr. Jason Silva realiza o primeiro parto normal do hospital, na parturiente, senhora Maria Marques da Silva.
- 1983** [9/12] Funda-se a primeira Cooperativa de Trabalho Médico do Estado – UNIMED Rondônia.
- 1984** Ciclo de extração de ouro com a garimpagem no rio Madeira.
- 1984** O governador Jeronimo Santana adquire o Hospital João Paulo II e inaugura o Pronto Socorro João Paulo II, em Porto Velho.
- 1985** O Centro de Pesquisa em Medicina Tropical [CEPEM] inicia suas atividades em Costa Marques, associado com a Universidade de Brasília [UnB], para testar a vacina contra a malária. Em 1994, é transferido para Porto Velho. Instalado num bloco anexo ao Centro de Medicina Tropical – CEMETRON.
- 1986** Inaugurado o Hospital da Guarnição pertencente ao Exército Brasileiro.
- 1986** 8ª Conferência Nacional de Saúde, com o projeto de construção de um sistema público de saúde, pautado em uma concepção ampliada e no lema Saúde como direito de todos e dever do Estado.
- 1988** Aprovação da nova Constituição Brasileira.
- 1988** Em 14 de fevereiro, é inaugurado o Centro de Medicina Tropical de Rondônia [CEMETRON].
- 1988** Fundação do Sindicato Médico do Estado de Rondônia, sendo seu primeiro presidente o Dr. Orlando Teodoro Ramalho.
- 1988** [11/6] Fundação da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia de Rondônia – SOGIRO, hoje Associação de Obstetrícia e

- Ginecologia de Rondônia – ASSOGIRO, sendo o seu primeiro presidente o Dr. Heinz Roland Jakobi.
- 1990** Criação do SUS – propiciando a criação do Programa Saúde da Família (PSF), e o Ministério da Saúde define o PSF como a estratégia inicial de reorientação do modelo assistencial.
- 1990** Ocorre a fusão da Fundação SESP e da SUCAM, originando a Fundação Nacional de Saúde [FNS/FUNASA].
- 1991** A Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), Conselho Federal de Medicina (CFM) e mais nove instituições relacionadas à profissão médica constituem a Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação das Escolas Médicas (Cinaem), com a finalidade de avaliar a educação médica e fomentar o aperfeiçoamento do sistema de saúde.
- 1998** Transformação do Ensino Médico no Brasil, com a adesão significativa das escolas médicas do país para um movimento de mudanças cujo objetivo maior seria o real atendimento das necessidades de saúde da população.
- 1998** Aprovada pelo Congresso a criação do Instituto de Pesquisa em Patologia Tropicais de Rondônia (IPEPATRO), idealizado pelo professor e pesquisador Luiz Hildebrando Pereira da Silva. Hoje o IPEPATRO é a FIOCRUZ Noroeste.
- 2000** Municipalização das Ações de Combate à malária, agora de responsabilidade das Vigilâncias Sanitárias Municipais.
- 2000** [1/3] Inauguração do Pronto Socorro Infantil Cosme e Damião no prédio da Maternidade Irmã Dulce, no governo de José de Abreu Bianco.
- 2000** [23/4] Inauguração do Hospital Regional de Buritis pela Secretária de Estado da Saúde, no governo de José de Abreu Bianco.
- 2001** [19/3] Fundação da Associação Nacional de Medicina do Trabalho [ANAMT], seccional de Rondônia, sendo o seu primeiro Presidente o Dr. Hamilton Ferreira Teixeira.

Quarto ciclo [2002-]

A autossuficiência – Ensino e pesquisa médica

- 2002** Início do Curso de Medicina da Universidade Federal de Rondônia [UNIR].
- 2004** Início do Curso de Medicina das Faculdades Integradas Aparício Carvalho [IMCA].
- 2003** [29/5] Hospital de Base realiza o primeiro transplante de rim. O médico urologista Alessandro Correa Prudente dos Santos, especializado em transplante renal, atuou como chefe da equipe cirúrgica.
- 2005** Início do Curso de Medicina das Faculdades São Lucas, hoje Centro Universitário São Lucas [2016].
- 2005** A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é parcialmente tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- 2005** Criação do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-SAÚDE) para os cursos de Medicina, mas também para os de enfermagem e odontologia.
- 2006** A EFMM é tombada como Patrimônio Nacional.
- 2006** Início do Curso de Medicina das Faculdades de Ciências Biomédicas de Cacoal [FACIMED].
- 2006** [1/7] Inauguração da Maternidade Municipal Mãe Esperança sendo sua primeira diretora a dra. Ida Peréa.
- 2006** Implantado o Programa de Residência Médica no Hospital de Base Ary Pinheiro pelo governo Ivo Cassol na gestão do Secretário de Saúde, Milton Moreira, no Hospital de Base Ary Pinheiro quando era diretor o Dr. Amado Rahhal.
- 2006** Realizado o primeiro implante de marcapasso cardíaco sob o comando do cardiologista José Carlos Mulaski no Hospital de Base Ary Pinheiro.
- 2008** Realizada a primeira cirurgia cardíaca no Hospital de Base Ary Pinheiro pelo cirurgião cardiovascular Dr. Arleto Zacarias Silva

- Júnior, chefe da equipe de cardiologia do Hospital de Base Ary Pinheiro.
- 2008** [julho] Início das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.
- 2008** [18/10] [Dia do Médico], fundada a Academia de Medicina de Rondônia sendo eleito o seu primeiro presidente Dr. Viriato Moura, Secretário Dr. Heinz Roland Jakobi e Tesoureiro Dr. Gabriel Lima Monteiro de Rezende.
- 2009** [março] Início das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Jirau.
- 2010** [31/3] Inauguração do Hospital Regional de Cacoal da Secretaria Estadual de Saúde.
- 2010** Criação do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde).
- 2012** Implantado o Programa de Residência Médica na Maternidade Municipal Mãe Esperança.
- 2012** Em julho, foi inaugurado o Hospital do Câncer de Porto Velho Barretinho, hoje Hospital de Amor.
- 2015** [7/4] Hospital de Base comemora o primeiro transplante de pele realizado pela Dra. Flávia Lenzi, médica cirurgiã plástica.
- 2015** [11/12] Inaugurado o Hospital de Urgência e Emergência [HEURO] em Cacoal da Secretaria Estadual de Saúde.
- 2018** [maio] Início do Curso de Medicina da Associação Educacional de Cacoal – UNESC em Vilhena.
- 2018** [6/7] A primeira cirurgia cardíaca, uma valvuloplastia mitral foi realizada com sucesso no interior, no Hospital Cândido Rondon (HCR) em Ji-Paraná, pelos cirurgiões cardíacos doutores Francisco Sidney e Daniel Trompieri.
- 2018** É realizado acordo judicial que dá início à revitalização do complexo ferroviário EFMM.
- 2019** [9/7] Início festivo de passeio turístico de litorina laranja no trecho de 2,3 km a partir da Igreja de Santo Antônio.

- 2019** [dezembro] O novo Coronavírus (SARS CoV-2) é reconhecido como agente etiológico de um grave quadro de pneumonia, na cidade de Wuhan, na China. O vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, identificado em 2020, tendo parentesco com o vírus da SARS-CoV. O SARS-CoV-2 tem alta infectividade e provoca, nos casos graves, uma tempestade de citocinas devido a uma reação excessiva do sistema imunológico ao vírus.
- 2020** [fevereiro] O surto de Covid-19 é inicialmente definido por uma série de epicentros em mudança - incluindo Wuhan, China; Irã; norte da Itália; Espanha e Nova York. Após isso, o SARS-Cov-2 chega ao Brasil e, em 6 de fevereiro de 2020, é exarada a Lei nº 13.9795, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de Covid-19.
- 2020** [26/4] O Governador de Rondônia, Marcos José Rocha dos Santos, emite o Decreto nº 24.979, quando é declarado Estado de Calamidade Pública em todo o território estadual.

A Medicina e o desbravamento do Noroeste do Brasil

O primeiro ciclo da História da Medicina em Rondônia, compreendido didaticamente desde os tempos remotos do século XVII até 1930, é denominado como *O Desbravamento do Noroeste do Brasil*.

No século XVI, a medicina brasileira indígena era envolta em aspectos místicos. Inexistiam escolas de medicina e tampouco médicos. Os cirurgiões-barbeiros que foram surgindo realizavam procedimentos cirúrgicos grosseiros.

João Faras, também conhecido como João Emeneslau ou Mestre João, foi um médico e astrólogo português presente na expedição comandada por Pedro Álvares Cabral. Aportou no Brasil em abril de 1500. É considerado o primeiro profissional de Medicina a pisar em solo brasileiro.

Inaugurada no ano de 1540, a Santa Casa de Misericórdia de Olinda foi uma instituição hospitalar da cidade de Olinda, Pernambuco. Foi o primeiro hospital do Brasil e funcionou em prédio anexo à Igreja da Misericórdia. Sua dissolução ocorreu em 1860, quando da incorporação à Santa Casa de Misericórdia do Recife. Em 1543, Brás Cubas cria a Santa Casa de Misericórdia do Brasil na cidade de Santos, no Estado de São Paulo.

Em torno de 1549, os Jesuítas chegam ao Brasil e trazem as práticas médicas para o tratamento das doenças europeias que afligiam os índios. As enfermarias jesuíticas se espalham pelo Brasil.

Entre 1541 e 1542, o Capitão Francisco de Orellana, explorador espanhol, navega todo o rio Amazonas na busca do El Dourado. Há quem afirme que ele pretendia encontrar a “Canela”, uma nação rica em canela e outras especiarias.

O Noroeste do Brasil era praticamente desconhecido, habitado por índios e negros escravos fugitivos e alguns religiosos.

Em 1639, é realizada a expedição de Pedro Teixeira, ao rio Cayari, a que chamou de rio Madeira.

Em 1640, é introduzida na Europa, pelos Jesuítas, o tratamento da febre e da malária com quinino, a partir da casca do arbusto Cinchona, abundante na Amazônia andina, especialmente no Peru. Em 1677, já estava inscrita na *London Pharmacopoeia*.

Entre 1648 e 1652, o bandeirante Antônio Raposo Tavares [1598-1658] realiza uma grande expedição que percorre mais de 10.000 quilômetros, durante três anos. Partindo de São Paulo, dirige-se ao sul, à região de Itatim, de onde segue para o oeste e para o norte, descendo o rio Amazonas até sua foz, no Atlântico. Dos 1.200 homens componentes da bandeira, apenas 58 chegam a Santo Antônio de Gurupá, nas proximidades de Belém. O objetivo da expedição de Antônio Raposo Tavares era não só chegar às minas peruanas, como também estabelecer uma ligação com a bacia amazônica, no que obteve sucesso. Sua expedição consegue, pela primeira vez, ligar as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas. As bandeiras de apressamento decorreram da conquista do Maranhão pelos holandeses, que desestabilizara o tráfico de escravos negros da África para a colônia portuguesa na América. Os holandeses passam a monopolizar a vinda de africanos para a Colônia, trazendo escravos apenas para o Nordeste holandês. Os senhores de engenho da Bahia e do Rio de Janeiro, áreas não dominadas pelos holandeses, passam a ter dificuldades em obter escravos negros para suas lavouras, sendo obrigados a recorrer aos índios capturados pelos paulistas. As bandeiras de apresamento permitem a sobrevivência dos paulistas, fornecem escravos para a região açucareira, percorrem o interior alargando o território sob o domínio português e detêm a expansão espanhola representada pelos jesuítas.

Publicada em 1648, *Historia Naturalis Brasiliae* foi escrita em colaboração entre Willem Piso e Georg Marcgraf. Essa obra é dividida em duas partes principais: a primeira, focada em descrições da fauna e flora do Brasil,

foi escrita principalmente por Marcgraf, enquanto a segunda, que trata mais especificamente da medicina e das práticas indígenas relacionadas, foi escrita por Piso e é muitas vezes referida como *De Medicina Brasiliense*.

No século XVIII, as práticas médicas e cirúrgicas ainda estavam fortemente ligadas às atividades dos cirurgiões-barbeiros e aos conhecimentos e práticas tradicionais, que não envolviam diplomas no sentido formal e institucional que passou a ser estabelecido no século XIX.

Em 1723, é realizada a Expedição Francisco de Melo Palheta [Expedição Palheta], que denomina o rio Cayari como “Rio da Morte” seguindo do Pará até a Bolívia. Tendo por incumbência, oficialmente, descobrir o rio Madeira, percorrendo-o de sua foz na margem direita no rio Amazonas, até o local de sua origem, tomando posse para Portugal, sai de Belém-do-Grão-Pará em 11 de novembro de 1722. Chega à foz do rio Madeira em 2 de fevereiro de 1723. No dia 10, reinicia a subida do rio Madeira, alcançando a confluência dos rios Beni e Mamoré, seus formadores.

Em 1723, a cachoeira de Santo Antônio é denominada Aroaya pelos indígenas. O sargento-mor Francisco de Melo Palheta a denomina São João. O Padre João Sam Payo, em 1728, instala, na margem direita do rio Madeira, em frente a essa, a missão de Santo Antônio das Cachoeiras, passando o nome da missão a ser extensivo à cachoeira.

Por volta de 1732, o ouro de aluvião em Cuiabá já apresentava sinais de esgotamento e a busca de novos veios conduz ao vale do rio Guaporé (1733-1734).

Em 1734, é descoberto ouro no Rio Madeira, em Mato Grosso, e inicia-se o Ciclo do Ouro.

Em 1742, Manuel Félix de Lima desce os rios Guaporé, Madeira e Amazonas, abrindo caminho até Belém do Pará, provando a comunicação pluvial de Mato Grosso e o Pará. Pouco depois, são descobertos, em sucessão, diamantes em Goiás (1746) e Mato Grosso (1747). A fecundidade destas novas jazidas vem a ser responsável pelo desmembramento da Capitania de São Paulo (Carta-régia de 9 de março de 1748), sendo, assim, criadas as Capitanias Gerais de Goiás (com sede em Vila Boa) e de Mato

Grosso; esta última, tendo como governador e Capitão-general D. Antônio Rolim de Moura Tavares (1751-1764), e sede em Pouso Alegre, depois Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, capital da capitania a partir de 19 de março de 1752.

Em 1749, José Gonçalves da Fonseca parte do Pará, de canoa, e alcança as minas de Mato Grosso.

Em 1751, o médico francês Jean Baptiste Andriheu atende clientes no rio Madeira.

Em 30 de junho de 1752, Dom Rolim de Moura manda o padre Agostinho Lourenço fundar uma missão no vale do rio Guaporé; o local escolhido é na casa Redonda, frequentada por aventureiro paulistas desde 1743, ao qual chega no dia 12 de julho de 1752. A localidade fica na margem esquerda do rio Guaporé (espanhola), a poucos minutos de viagem da foz do rio Corumbiara, na época denominada Cavaleiro, na margem direita do rio Guaporé (português). Após excursionar visitando as missões espanholas regressa à Vila Bela, repassando minucioso relatório ao governador sobre tudo que observa.

Em 3 de junho de 1754, o padre Agostinho Lourenço retorna à casa Redonda, construindo em setembro uma capela de pau a pique e coberta de palha, dedicada a São José, dando o nome desse santo, a missão fundada.

Em 1757, o juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão funda o arraial Nossa Senhora da Boa Viagem, às margens da Cachoeira de Salto Grande, no rio Madeira, posteriormente denominada Cachoeira do Teotônio. O nome de Teotônio da Silva Gusmão é dado à Cachoeira de Laguerite (nome indígena), pelo engenheiro Francisco José de Lacerda e Almeida, em expedição ao rio Madeira, denominando-a Salto de Teotônio. Após uma traição dos colonizadores, todos são massacrados pelos índios Mura.

Em 1759, a maior parte das enfermarias jesuítas é transformada em hospital militar.

Em 1769, inicia-se o Ciclo do Cacau, comercializando-se, no rio Madeira e Mamoré, o tabaco, a castanha-do-pará, o quinino e o látex.

Em 1771, é fundada a Academia Científica Brasileira no Rio de Janeiro, apoiada pelo vice-rei Marquês do Lavradio e sancionada pelo governo português. Em 1779, o mesmo governo a fecha sob a suspeição de subversão por seus membros. A Academia é idealizada pelo vice-rei, visando o desenvolvimento de novas culturas para a América portuguesa, reunindo estudiosos, cientistas e pesquisadores das diversas áreas. A criação da academia foi uma das primeiras tentativas de se propor uma difusão maior com uma associação. A academia era composta de nove membros onde se dedicavam a história natural, química, farmácia, agricultura e medicina. Sendo extinta a Academia Científica Brasileira em 1779.

Em 20 de junho de 1776, é lançada a pedra fundamental da construção do Real Forte do Príncipe da Beira, situado na margem direita do rio Guaporé, no município de Costa Marques, estado de Rondônia, na fronteira com a Bolívia. O engenheiro Domingos Sambucetti, que veio a falecer de malária, estava a cargo das obras. A construção do Real Forte do Príncipe da Beira é realizada de 1776-1783. Está localizado no município de Costa Marques, à margem direita do rio Guaporé, com o Rio Beni. Seu engenheiro chefe, Domingos Sambucetti, morre de malária antes da conclusão das obras. A construção do Forte do Príncipe da Beira é uma consequência direta do Ciclo do Ouro e marca o primeiro processo de colonização do espaço físico que constitui o Estado de Rondônia. Sob a chefia do intendente Domingos Sambucetti, engenheiro italiano a serviço da Coroa portuguesa, como dissemos, falecido em 1780, vítima de malária. Em seu lugar assume o capitão José Pinheiro de Lacerda, substituído em 1781 pelo sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros do Exército português, Ricardo Franco d'Almeida Serra.

Em 1796, morre o governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Dom João de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, vítima de maculo, corrupção ou mal do bicho, uma diarreia com protrusão anorretal, retite inflamatória, causa gangrena e morte, que era endêmica na região Noroeste do Brasil.

Em 18 de fevereiro de 1808, é criada a primeira escola superior de Medicina, Escola de Anatomia e Cirurgia da Bahia, por influência do médico pernambucano Correia Picanço, nove meses antes da fundação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua criação dá-se logo após a chegada de Dom João VI ao país (quando da transferência da corte portuguesa), sob o nome de Escola de Cirurgia da Bahia.

Em abril de 1808, é criada a segunda escola superior de medicina, a Escola de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro. O que ocorre, nesse ano, pelo médico pernambucano Correia Picanço logo após a chegada do príncipe regente D. João. Entretanto, somente em 29 de setembro de 1826 é autorizada pelo imperador Pedro I do Brasil a emitir diplomas e certificados para os médicos que faziam tal curso no Brasil, ainda que a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro tivesse sido fundada 13 anos antes, em 1813. A transformação em Faculdade de Medicina ocorre em 1832, através de lei sancionada durante a Regência Trina.

Em 1812 e 1815, ocorrem as primeiras reformas dessas duas escolas médicas, que passam a ser chamadas Academias Médico-Cirúrgicas. Na tentativa de incentivar e qualificar a formação médica no Rio de Janeiro, várias iniciativas são realizadas. Novas cadeiras vão sendo criadas, na Escola na Corte, por meio de decretos do Príncipe-Regente D. João, como a cadeira de terapêutica cirúrgica e particular, em 20 de setembro de 1808, e a de medicina operatória e arte obstétrica, em 25 de janeiro do ano seguinte. Ainda nesta perspectiva de qualificação, a Ordem Régia de 5 de dezembro de 1810 dispõe que três alunos da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro sejam enviados a Edimburgo (Escócia) para receberem ensinamentos cirúrgicos, e que de lá devem dirigir-se a Londres para aperfeiçoamento com cirurgiões londrinos.

Por outro lado, havia também uma preocupação com a qualificação dos residentes em outras colônias do Império Português, como dispunha a Ordem Régia de 1812 em relação à vinda de jovens de colônias portuguesas (dois de Angola e dois de São Tomé e Príncipe) na África, para estu-

dar cirurgia e medicina na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro.

O alvará de 2 de março de 1812 cria a Junta de Direção Médico-Cirúrgica e Administrativa do Hospital Real Militar e Ultramar do Rio de Janeiro, à qual cabe a inspeção das aulas ministradas no Hospital. Frei Custódio de Campos Oliveira, Presidente da Junta, é o inspetor das aulas, obedecendo os estatutos escolares de Coimbra, já que inexistia um estatuto específico para a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro.

Vicente Navarro de Andrade (Barão de Inhomirim), médico e professor de Coimbra, é designado para elaborar um projeto de regimento próprio para a Escola. Neste sentido, publica, em 1812, o Plano de Organização de uma Escola Médico-Cirúrgica, mas não obtém sua aprovação. Pelo decreto de 1º de abril de 1813, o governo manda executar outro projeto, o Plano dos Estudos de Cirurgia, de autoria do Manoel Luiz Álvares de Carvalho, Diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia na Corte. Durante todo esse período, e até as primeiras décadas do século XX, torna-se comum a viagem de médicos para a Europa, especialmente França, Alemanha e Inglaterra, com o objetivo de aprofundar seus estudos e de observar o progresso do ensino médico naqueles centros.

A lei de 3 de outubro de 1832 transforma as academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia em escolas ou faculdades de medicina.

Até 1822, os médicos recebiam diplomas de Portugal. Com a Proclamação da Independência do Brasil, no Império do Brasil, surgem os médicos formados nas escolas nacionais.

Em 1826, Dom Pedro I confere independência e poder às Academias de Medicina e Cirurgia para a oficialização do diploma dos alunos formados no Brasil. As Escolas tinham influência do academicismo francês, mas a pesquisa era influenciada pela escola alemã.

Em 30 de junho de 1829, é criada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. O objetivo principal que norteou sua criação é o de viabilizar o crescimento das diversas áreas da medicina e de ampliar a participação

desses profissionais junto ao Governo Imperial em questões referentes à higiene e políticas de saúde pública.

Em 1831, é lançada a primeira publicação médica do Brasil: os Seminários de Saúde Pública, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (posteriormente transformada em Academia Imperial de Medicina), os quais dão origem aos Anais da Academia Nacional de Medicina, editados até os dias atuais.

Em 3 de outubro de 1832, a Regência Trina Permanente transforma as Academias de Medicina e Cirurgia em Faculdades de Medicina, adotando as regras e programas da Escola Médica de Paris, com cursos com duração de seis anos.

Em 1839, com a descoberta da vulcanização da borracha pelos inventores Charles Goodyear e Hancock, inicia-se, como já vimos, o Ciclo da Borracha na Amazônia.

Em 1846, ocorre a expedição de prospecção dos rios Madeira e Mamoré, realizada pelo Engenheiro boliviano José Augustin Palácios. A Bolívia, como grande produtora de charuto, quinino, charque, gado, cacau e látex, não possuía uma saída para o Pacífico ou Atlântico; é, então, sugerida a construção de uma ferrovia nos rios Madeira e Mamoré.

A Junta Central de Higiene Pública, órgão administrativo do governo Imperial, é criada pela lei nº 598, de 14 de setembro de 1850, por votação e aprovação da Assembleia Geral. Em 1851, o seu regulamento é apresentado pelo Decreto de nº 858, a partir de então, a referida Junta tem o Central acrescentado ao seu nome, devido à incorporação dos serviços de Inspeção de Saúde do Porto do Rio de Janeiro e o Instituto Vacínico. Assim, fica centralizado sobre o poder público da Junta todo e qualquer assunto que remeta à gestão sanitária do Império.

Na década de 1850, a explosão produtora da borracha nos seringais da floresta amazônica por meio da migração de legiões de nordestinos, desencadeando a 1ª grande epidemia amazônica de malária. As doenças que assolavam a Região Noroeste do Brasil, em especial as margens dos rios

Madeira e Mamoré, já foram descritas acima, bem como ataques de índios, e os acidentes com animais peçonhentos e os animais da floresta.

Em junho de 1852, o Tenente norte-americano Lardner Gibbon desce de canoa da Bolívia até o Pará, redige e edita cartas geográficas, observações astronômicas, sondagens dos rios e apontamentos sobre navegação, clima e temperatura da Região. As 19 cachoeiras entre Guajará-Mirim e Santo Antônio são obstáculos em 3.600 km, dos quais 390 km são insalubres do Madeira ao Mamoré, quando todos exploradores adoeceram de febre de Chagres [malária do Canal do Panamá] em Girão. Mesmo assim, recomenda a construção de uma rodovia com a duração da jornada de 59 dias.

Em 1854, com o currículo do ensino médico brasileiro passando a ter 18 disciplinas, determina-se a instalação de laboratórios e anfiteatros, e que a direção da faculdade de Medicina seja exercida por um diretor juntamente com uma congregação de lentes. Já em 1859, o currículo do ensino de Medicina no Brasil passa, como já vimos, a ter 26 disciplinas. O juramento religioso é abolido. O ingresso das mulheres ao curso de medicina e a livre frequência dos alunos nas aulas são autorizados.

Em 1861, ocorre a expedição de prospecção do rio Madeira realizada pelo General boliviano Quintín Quevedo, indicando ferrovias para ultrapassar as cachoeiras dos rios. E no mesmo ano ocorre outra expedição de prospecção do rio Madeira, realizada pelo engenheiro brasileiro João Martins da Silva Coutinho.

Um dos defensores da ideia da construção de uma estrada de ferro, contornando as cachoeiras do Madeira e trazendo parte da Bolívia para órbita da Amazônia Brasileira é o major João Martins da Silva Coutinho, após sua viagem àquele rio a bordo do Pirajá, que saíra de Manaus, a 1º de julho de 1861.

Ainda na primeira metade do século XIX (1846), José Justin Palácios sugere que o governo boliviano criasse uma rota para o Atlântico cruzando a bacia amazônica, surgindo aqui a ideia de se construir uma ferrovia. Em contraponto a Palácios, Quentin Quevedo sugere que o trecho encachoei-

rado do Madeira poderia ser canalizado, permitindo assim a navegação pelo Madeira, que, por sua vez, alcançaria o Mamoré, em 1861.

Em 1867, Brasil e Bolívia assinam o Tratado de Ayacucho. Segundo esse, a Bolívia ficaria livre para navegar também pelo Rio Madeira.

O mundo vivia sob a influência do Imperialismo. Na América, de maneira especial os EUA faziam sua presença ser sentida através do seu poderio econômico e manutenção da hegemonia política, fato que se torna claro e evidente com a Doutrina Monroe e o Big Stick. Nesse contexto, George Earl Church, no ano de 1868, recebe a concessão de explorar a navegação em rios bolivianos.

Em 22 de setembro de 1866, é Declarada a Guerra do Paraguai e um destacamento militar se instala próximo de Santo Antônio das Cachoeiras do Rio Madeira, denominado Porto dos militares, depois denominado Porto Velho. Esta é a origem do termo da atual capital do estado de Rondônia, o Porto Velho dos militares, pois o Porto dos Vapores ou Porto Novo seria construído pelos ingleses em julho de 1872, com o cais concluído em 1873, junto à Vila Santo Antônio das Cachoeiras, no início das obras de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Em 27 de março de 1867, é assinado pelo imperador D. Pedro II e pelo presidente boliviano Mariano Melgarejo o primeiro tratado de limites entre os dois países, o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação. O Gen. Quintín Quevedo segue para Nova York, a fim de contratar uma empresa para a empreitada da construção da estrada via Madeira-Mamoré. Encontra-se com o Cel. George Earl Church [EUA, 1835-1910].

Em 7 de setembro de 1867, é declarada a livre navegação do rio Amazonas aos barcos de todas as nações.

Em 27 de agosto de 1868, o Coronel George Earl Church recebe a concessão da National Bolivian Navigation Company do Governo boliviano, por meio do Gen. Quintín Quevedo, e se torna necessário construir uma ferrovia.

Em 20 de abril de 1870, D. Pedro II dá concessão pessoal ao Cel. Church para a navegação pelos rios brasileiros e uma estrada de ferro de Santo Antônio até Guajará-mirim.

Em 30 de junho de 1870, o Cel. Church organiza a National Bolivian Navigation Company em Nova York, incluindo o Gen. Quintín Quevedo como incorporador.

Em 1 de março de 1871, é incorporada a empresa Madeira-Mamoré Railway Company Ltd. Tendo Church na Presidência e, na sequência, conseguindo restabelecer as relações diplomáticas entre a Inglaterra e a Bolívia, a fim de conquistar um empréstimo na Europa.

Em 18 de maio de 1871, é assinado o empréstimo junto à Erlanger & Co., sob a exigência que a Public Works Construction Company fosse a empreiteira construtora sob fiscalização da financiadora. A Public Works envia dois engenheiros para examinar o traçado projetado para as obras da ferrovia.

Em 19 de janeiro de 1872, é assinado, entre o Governo Imperial Brasileiro e a Public Works Construction, de Londres, um contrato para a construção da Madeira-Mamoré Railway, no valor de 600.000 libras, dos quais essa empresa já recebera 50.000, rescindindo-o, a 23 de julho de 1873, embora já houvesse uma picada de 192 quilômetros aberta por Don Inácio Arauz, conforme comunicação do engenheiro Edward D. Mathews.

Em 6 de julho de 1872, chegam 25 engenheiros a Santo Antônio. São construídos navios e lanchas: Silver Spray, vapor Mamoré e Exploradora, casas, oficinas, serraria e a construção do cais em Porto dos Vapores ou Porto Novo.

Em 1872, inicia-se a 1ª Fase da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [EFMM] pelo militar e herói americano, Coronel George Earl Church [foto], pela contratada Public Works Construction Company.

Em 1873, surge a crise no setor de construções ferroviárias nos Estados Unidos da América.

Em 9 de julho de 1873, ocorre a rescisão de contrato e reembolso das despesas, alegando-se que: a zona era um antro de podridão onde seus

homens morriam qual moscas. E que nem todo o dinheiro do mundo e de metade de sua população seria possível construir a estrada. A Ação judicial demorou oito anos, com a sentença em 22/11/1876 contra os Autores. Em 1877, é declarado nulo o contrato com a Public Works.

Em 1873, é realizada a construção do cais em Santo Antônio do Porto dos Vapores ou Porto Novo.

Em 1874, o Governo do Amazonas envia médicos e uma ambulância para a controle de endemia de varíola e como uma Comissão Fiscalizadora Sanitária das obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [EFMM].

Em 22 de novembro de 1876, é publicada a Sentença Judicial a favor do Cel. Church contra as empresas Erlanger & Co. e a Public Works Construction Company pelo abandono da obra, com a necessidade de procurar novos empreiteiros, agora nos Estados Unidos da América.

Em 25 de outubro de 1877, o Cel. Church assina contrato com a *P&T Collins* [EUA] de Philip e Thomas Collins

Em 1877, inicia-se o Ciclo da Borracha.

Em 1877, inicia-se a 2ª Fase da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré [EFMM] quando o Coronel Church contrata *P&T Collins* [EUA]. O Eng. Craig Collins declara que em Santo Antônio os homens morriam como moscas.

Em 2 de janeiro de 1878, o vapor Mercedita, com 227 pessoas a bordo e 500 toneladas de carga. O Dr. E. P. Townsend era o chefe do corpo médico.

Em 29 de janeiro de 1878, zarpa da Filadélfia o navio a vapor Metropolis carregado de material ferroviário e com 246 pessoas a bordo, 24 da tripulação, 25 empregados da *P&T Collins* e 196 passageiros.

Em 31 de janeiro de 1878, o navio a vapor Metropolis naufraga durante uma tempestade no Currituk, Carolina do Norte, USA, quando 10 tripulantes e 80 passageiros pereceram. Deslocava 500 toneladas de carga.

Em 19 de fevereiro de 1878, a chegada dos passageiros do vapor Mercedita, no vapor o vapor Arari, a Santo Antônio, que possuía apenas quatro construções, duas construídas e abandonadas pelos ingleses. Existia

uma antiga serraria inglesa abandonada. Existia o comércio do Senhor Brígido e o Posto Militar do sargento com seis soldados do Império brasileiro. O vapor Mercedita chega apenas em 7/3, pois possui um grande calado, e encalha, necessitando ajuda do vapor Arari.

Em 23 de março de 1878, o vapor City of Richmond chega a Santo Antônio trazendo os empreiteiros, Thomas Collins e Charles F. King e suas esposas.

Existiam 800 trabalhadores, na construção da estrada, sendo 300 bolivianos e 500 americanos e italianos, que, pela falta de pagamento e más condições de vida, se rebelam contra Thomas Collins, em Santo Antônio, sendo presos onze deles, mandados para Manaus, para o competente inquérito.

Em abril de 1878, os trabalhadores italianos eram vagarosos, sempre se rebelavam e mais de 75 deles partiram por terra para a Bolívia, nunca mais se teve notícias deles.

Em 1890, é emitido Decreto federal n. 169 estabelece que os Estados deveriam seguir a legislação federal até a organização de seus próprios serviços sanitários no Brasil.

Em 1892, ocorre a Organização dos Serviços Sanitários no Rio de Janeiro.

Em 1889, desenrola-se a Questão Acreana. Nos fins do Século XIX, milhares buscaram o trabalho em seringais do Acre, incluindo prisioneiros, exilados políticos e trabalhadores nordestinos misturavam-se nos seringais, fundavam povoações, avançavam e se estabeleciam em pleno território boliviano. Em 03/01, o governo boliviano resolveu tomar posse definitiva do Acre. Fundou a vila de Puerto Alonso, e instalou postos da alfândega para arrecadar tributos originados da comercialização de borracha silvestre. Essa atitude causou revolta entre os quase sessenta mil brasileiros que trabalhavam nos seringais acreanos. Em 03/05, liderados pelo seringalista José Carvalho, do Amazonas, os seringueiros rebelaram-se e expulsaram as autoridades bolivianas. Em 14/07, o jornalista espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Aurias e seringalistas, apoiados pelo Governo do Amazonas de Belém e Manaus, liderou rebelião política e proclamou a

independência e instalou o que ele chamou de República Independente do Acre, intitulado-se Imperador do Acre, no local conhecido como Seringal Volta da Empresa no Acre, terras bolivianas. O governo brasileiro, signatário do Tratado de Ayacucho, de 23 de março de 1867, reconheceu o direito de posse da Bolívia, prendeu Luiz Galvez Rodrigues de Aurias e devolveu o Acre ao governo boliviano.

É Proclamada a República Federativa do Brasil em 15 de novembro de 1889 e a família imperial é expulsa do Brasil e se exila na Europa.

Em 14 de julho de 1899, na Questão Acreana, os seringueiros brasileiros comandados pelo jornalista espanhol Luiz Galvez Rodrigues y Arias, proclamaram a fundação da República Independente do Acre.

No final do Século XIX ocorre grande desenvolvimento das pesquisas médicas brasileiras por Oswald Gonçalves Cruz, Adolfo Lutz, Vital Brazil Mineiro da Campanha, Carlos Chagas, Emílio Marcondes Ribas, Gaspar de Oliveira Viana, Miguel da Rocha Lima e outros.

No início de 1900, ocorre a 1ª campanha mundial de combate ao *Aedes aegypty* foi lançada em Sorocaba, pelo Dr. Emílio Ribas, Diretor do Serviço Sanitário de São Paulo.

Em 1900, é declarada nula a República Independente do Acre, sendo seu líder Luiz Galvez Rodrigues de Arias preso em março e as terras devolvidas a Bolívia, por pressão norte-americana.

Em 11 de julho de 1901, o governo boliviano decidiu arrendar o Acre a um grupo de capitalistas americanos, ingleses e alemães, formado pelas empresas Conway and Withridge, United States Rubber Company, e Export Lumber. Esse consórcio constituiu o temível Bolivian Syndicate que recebeu da Bolívia autorização para colonizar a região, explorar o látex e formar sua própria milícia, com direito de utilizar a força para atender seus interesses. Obtiveram plenos poderes para assumir o controle econômico e exercer a autoridade civil nas terras do Acre.

Em 6 de agosto de 1902, seringueiros nordestinos, sob comando do gaúcho José Plácido de Castro iniciam a Revolução Acreana, uma rebelião armada. Plácido era ex-major do Exército, rebaixado a cabo por haver

participado da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, ao lado dos Magaratos. Na época, tinha 29 anos de idade e estava autoexilado há três anos no Acre, trabalhando como seringueiro.

Em 24 de janeiro de 1903, Plácido de Castro e os revoltosos acreanos derrotam as tropas bolivianas em Porto Alonso, hoje Porto Acre. Ao alvorecer do dia 24 de janeiro de 1903, às margens do rio Acre, tremulou vitoriosa a bandeira acreana. O acre era do Brasil. Em 21 de março é assinado o Tratado de Paz em La Paz.

Em 17 de novembro de 1903, em consequência da Revolta Acreana, é assinado o Tratado de Petrópolis, na cidade de Petrópolis, à rua Westphalia, nº 5, no Rio de Janeiro, a repúblicas do Brasil e da Bolívia, pelo Barão do Rio Branco, de permuta e transações. Através do qual o Brasil ficou de posse do Acre, assumindo o compromisso de pagar uma indenização de dois milhões de libras esterlinas ao governo boliviano e mais 114 mil ao *Bolivian Syndicate*. O Governo Brasileiro construiria a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em troca do território acreano da Bolívia. Negociadores do Tratado de Petrópolis, da esquerda para a direita: Senador Fernando Guachalla, Ernesto Ferreira, Almirante Guilhobel, Assis Brasil, Cláudio Pinilla, Zacarias de Goes, Barão do Rio Branco, Domício da Gama, Campos Paradedá, Raymundo Pecegueiro do Amaral, Paulo Fonseca e Emilio Fernandes. Rui Barbosa pediu o afastamento da Comissão Brasileira. O tratado de Petrópolis, aprovado pelo Congresso brasileiro em 12 de abril de 1904, também obrigou o Brasil a realizar o antigo projeto do governo boliviano de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. A Bolívia, aproveitando-se do momento político, colocou na pauta de negociações seu ambicionado projeto. Em contrapartida, reconheceu a prioridade de chegada dos primeiros brasileiros à região e renunciou a todos os direitos sobre as terras do Acre. O Tratado de Petrópolis proporcionou o surgimento no Brasil, do primeiro Território Federal: o Acre, em 1903. Com o crescimento da produção de látex, a região acreana produziu 47 mil toneladas de borracha silvestre, somente em 1910, o que representou cerca de sessenta por cento de toda a produção amazônica.

Em 1903, o Dr. Oswaldo Cruz assumiu como Diretor Geral de Saúde Pública e conseguiu controlar a febre amarela nos três anos seguintes.

Em 31 de outubro de 1904, entra em vigor a Lei de Vacinação Obrigatória, concebida por Oswaldo Cruz. Começa a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro.

Em 12 de maio de 1905, foi publicado o edital da licitação das obras da ferrovia pelo governo brasileiro, cumprindo as determinações do Tratado de Petrópolis. Aberta somente a empresários brasileiros, a concorrência teve dois participantes, os engenheiros Raimundo Pereira da Silva e Joaquim Catramby. Contemplado, soube-se que Joaquim Catramby concorreu com intuítos meramente especulativos, na qualidade de testa-de-ferro do poderoso magnata norte-americano Percival Farquhar, a quem transferiu o contrato tão logo recebeu a homologação da concorrência. O objetivo de Percival Farquhar era controlar todo o sistema ferroviário da América Latina. Por isso, ele constituiu a empresa Madeira-Mamoré Railway Company, na qual investiu, inicialmente, onze milhões de dólares, financiados pelo Bank of Scotland, e contratou os serviços do grupo de empreiteiras Robert May e B. Jeckyll. A esse grupo associou-se posteriormente o empreiteiro John Randolph. Desta forma constituiu-se a empresa May, Jeckyll & Randolph que, em 1906, instalou seu canteiro de obras na localidade de Santo Antônio do Rio Madeira.

Em 4 de março de 1907 inicia-se a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas [CLTEMTA, também conhecida por Comissão Rondon] partindo de Cuiabá levando a linha telegráfica a Porto Velho, Cruzeiro do Sul e Manaus. Diversos médicos participaram da expedição Armando Calazans, Manoel Antônio de Andrade, Joaquim Rabello, Joaquim Tanajura, Paulo Fernandes dos Santos, Murillo de Campos, José Antônio Cajazeira, João Florentino Meira de Faria, Esperidião Gabino; Serapião e Alberto Moore. É concluída em 1915.

Em 19 de abril de 1907, é autorizada por Percival Farquhar e pelo governo brasileiro, a May, Jeckyll & Randolph transferiu suas instalações para o porto amazônico situado sete quilômetros a jusante da cachoeira

de Santo Antônio, no local conhecido como Porto Velho, onde implantou o centro administrativo, construiu o cais, residências para técnicos, e deu início, em junho do mesmo ano, à construção da estação inicial da ferrovia Madeira-Mamoré, quando passava a situar-se em terras do Amazonas. Através do Decreto-lei nº 6.775, de 28 de novembro de 1907, o governo brasileiro autorizou à empresa The Madeira-Mamoré Railway Company Ltda., a funcionar no Brasil. A construção da ferrovia Madeira-Mamoré bateu o recorde mundial de acidentes de trabalho, e teve centenas de homens mortos ou desaparecidos na imensidão da floresta e nas viagens para a região.

Em 4 de setembro de 1907, iniciam-se as obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no Porto Velho dos Militares e é instalada a sede da EFMM. Foi construída no período de 1907 a 1912. Nasce a cidade de Porto Velho, no dia da Independência Americana. A May, Jeckyll & Randolph contratou operários espanhóis dispensados das construções ferroviárias que o grupo realizava em Cuba. No entanto, somente setenta e cinco chegaram a Porto Velho. O restante desistiu no Porto de Belém, em razão das notícias sobre as doenças regionais que ceifavam a vida dos operários e dos constantes ataques dos índios Caripunas aos trechos em obras. Realmente era muito grave a questão de saúde na região. Em apenas três meses de trabalho já existiam inúmeros operários doentes, o que levou à empresa a construir, entre os povoados de Porto Velho e de Santo Antônio, o Hospital da Candelária, que chegou a ter onze médicos. Mas nem eles resistiram. Três morreram e dois ficaram inválidos. É concluída em 1912.

Em 1907, é inaugurado o Hospital da Candelária da Madeira-Mamoré Railway Company instalado numa colina a sete quilômetros de Santo Antônio, com 21 pavilhões de madeira todos telados cobertos com telha de zinco verde, seis enfermarias de 30mx11,50m, 250 leitos hospitalares, sala de cirurgia, dispensário, pomar, criadouro de porcos e aves, cemitério, e a residência dos médicos e enfermeiros. Seu primeiro médico foi o Dr. Shivers que permaneceu por 4 meses, adoentado retornou aos estados unidos. Outros médicos norte-americanos ali labutaram até 1929: Dr. HP Belt, Dr. Lovelace, Poncy, Walsh, Whitaker, Walcott e o último W. **Emerich**.

Entres os anos da construção da EFMM, 1907 a 1912, foram realizadas 145.647 internações e 1552 pacientes foram a óbito.

Em 4 de julho de 1907, dia da Independência dos Estados Unidos, foi fundada a cidade de Porto Velho, pela empresa americana Madeira-Mamoré Railway Company, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, comandada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar. O território da EFMM era concedido aos EUA pelo Brasil.

Em 1907 ocorre a 2ª grande epidemia amazônica de malária no Madeira decorrente das obras da EFMM.

Em 8 de janeiro de 1908, o dia mais chuvoso do ano com lama ocorrem grandes deslizamentos nas obras da EFMM.

Em fevereiro e março de 1908, acontece a pior crise sanitária na região do Mato Grosso, quando o Dr. Armando de Calazans retornou para Cáceres com o contingente de 228 trabalhadores da Comissão quando apenas 27 não caíam doentes de malária. Calazans aconselha a prescrição profilática de 30 centigramas de quinino diariamente para cada trabalhador como profilaxia da malária nos trabalhos da Comissão nos sertões do noroeste.

Viajando através dos rios Paraná e Paraguai até chegar à área de atuação da Comissão, desembarcou no porto da cidade de Tapirapuã no dia 5 de maio e, daí em diante, seguiu cuidando dos doentes da Comissão e dos habitantes que buscavam sua ajuda, indo ao encontro de Cândido Rondon que seguira com a tropa para o Juruena. Apresentou-se a Rondon e verificou que seu estado de saúde inspirava cuidados, pois era portador de malária desde o início da expedição e se automedicava, com quinina. Com a piora progressiva do quadro Dr. Joaquim prescreveu o fim das atividades da expedição em virtude do risco ao Chefe da Comissão. Rondon foi intimado a ceder.

Em 12 de setembro de 1909, o Dr. Joaquim Tanajura sofre ferimento no pé, que inflamou por causa das marchas, provocando febre e dificuldade de andar.

Entre 9 de outubro e 30 de novembro de 1909, o Dr. Tanajura seguiu expedição ao Rio Machado ou Rio Gi-paraná ou Rio Ji-paraná. Rondon continuou rumo a Santo Antônio do Madeira.

Em 1909, relatórios dos médicos da EFMM assinalam que 80% de todo o pessoal de trabalhadores adoeceram pela malária. Os médicos do hospital da Candelária, todos norte-americanos, declararam-se sem condições de combater as doenças regionais, por desconhecerem os tipos de males que afetavam os operários da Madeira-Mamoré. Por isto, solicitam que a empresa contratasse os serviços do médico sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz.

Em novembro de 1909, ocorre um surto anômalo de malária em toda a região do Alto Madeira.

Em dezembro de 1909, o Coronel Cândido Rondon e sua Comissão chegam em Porto Velho, viaja pela ferrovia ainda em obras e adoece com malária. É tratado pelo Dr. Joaquim Tanajura, médico da Comissão. Nova crise sanitária assola a Comissão e forçou a retirada para Manaus. Piora o quadro clínico de Rondon.

Em 4 de janeiro de 1910, morre o Cel. George Earl Church, aos 74 anos, em Londres.

Em 15 de janeiro de 1910, Rondon envia o Dr. Tanajura ao *Jornal do Commercio*, de Manáos, a fim de dar uma entrevista num artigo com o título de Rumo Feliz quando omite as dificuldades enfrentadas por ele ao longo dos meses em que trabalhou na Comissão, ressaltando, apenas, as saudades da família e, superficialmente, o problema com as doenças. Em sua narrativa sobre os sertões de Mato Grosso, podemos vislumbrar uma espécie de Eldorado jamais explorado. Após Rondon e Tanajura retornam ao Rio de Janeiro com escala na Bahia onde o médico trata do futuro marechal na residência de sua família.

Em 16 de junho de 1910, os médicos Oswaldo Cruz e Belisário Penna zarpam do Rio de Janeiro rumo a zona de guerra sanitária de Porto Velho do rio Madeira. Em 09/07 desembarcam em Porto Velho. Em 06/09 assina o relatório de Santo Antônio indicando medidas sanitárias.

Em 9 de julho de 1910, os médicos sanitaristas Dr. Oswaldo Cruz e o Dr. Belisário Augusto de Oliveira Pena visitaram as obras da Madeira-Mamoré Railway Company, em Porto Velho. Reuniu-se com o médico americano Dr. Carl Lovelace, que era Chefe do Serviço de Saúde da Madeira-Mamoré com sede no Hospital da Candelária, sete quilômetros de Santo Antônio. Dr. Oswaldo Cruz permaneceu 28 dias em Porto Velho. Elaborou relatório sobre as péssimas condições sanitárias da cidade de Santo Antônio das Cachoeiras do Rio Madeira.

Em 1 de agosto de 1910, iniciou-se a subida da Comissão rumo a Santo Antônio de Madeira. O Dr. Paulo Fernandes Santos, 1º Tenente da Armada foi nomeado chefe da enfermaria da Comissão em Sant Antônio.

Em 30 de abril de 1912, é concluída e em 1º de agosto, é inaugurada a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Na sua primeira viagem foi puxada pela locomotiva Coronel Church. A conclusão das obras da ferrovia Madeira-Mamoré veio a acelerar o processo de decadência do povoado vizinho, aumentando a importância logística de Porto Velho.

Em 1912, ocorre o início do colapso econômico da Amazônia, com a superação da produção da borracha amazônica pela asiática, causando queda dos preços.

Em 2 de setembro de 1912, ocorre a elevação de Santo Antônio do Madeira à condição de município contando com uma população de 1.800 habitantes. O Dr. Joaquim Tanajura é eleito o primeiro Intendente Municipal de Santo Antônio do Rio Madeira para o triênio de 1912-1915. Dr. Tanajura deixou a Comissão Rondon para exercer o cargo de Primeiro Intendente do município em meio a uma crise sanitária na Secção Sul provocada pela malária e o beribéri. Mudou o local da vila para 500 metros acima e procedeu rigorosa limpeza e saneamento, aterrou e drenou águas paradas, saneando o lugar. Fundou escola pública, tratou a água e o esgoto, distribuiu quinino para a população, colocou telas nas residências, fiscalizou alimentos. Instalou fábrica de tijolos e uma linha de bonde e utilizou

a enfermaria da Secção Norte da Comissão Rondon como hospital para os doentes da vila, reduzindo a utilização do Hospital da Candelária da EFMM.

A expedição científica Roosevelt-Rondon percorre os estados brasileiros de Mato Grosso e Rondônia entre 1913 e 1914, na exploração do rio da dúvida, hoje rio Roosevelt.

Em 2 de outubro de 1914, Porto Velho foi elevado à condição de município pela lei n° 757 sancionada pelo então governador do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa. Santo Antônio possuía 911 habitantes, entre eles 148 crianças. Só Tanajura atuava como médico.

Em 28 de junho de 1914, é declarada a Primeira Guerra Mundial com término em 11 de novembro de 1918.

Em 24 de dezembro de 1914, foi nomeado o primeiro superintendente do nascente município, o major do exército Fernando Guapindaia de Souza Brejense (1915-1916). A cidade, até então comandada pela empresa Madeira-Mamoré Railway Company, começou a receber a organização municipal e seus moradores tiveram que começar a contribuir com os impostos estaduais.

Em 1915, o Dr. Meira de Faria, médico da Comissão Rondon, registra um caso de maculo, uma retite gangrenosa epidêmica, fria e doença que se desenvolve entre indígenas das regiões baixas, úmidas e quentes do norte da América do Sul e talvez também nas ilhas do pacífico sul ou então a forma branda do paludismo cérebro espinhal.

Em 1 de fevereiro de 1915, encerra-se a Comissão Rondon, com a presença do Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, governadores do Amazonas e Mato Grosso, comemorou-se o término da obra e a inauguração da Linha Telegráfica, haja vista a entrada da tecnologia do rádio nas telecomunicações. A primeira transmissão radiofônica do mundo foi realizada em 1906, nos Estados Unidos por Forest experimentalmente para testar a válvula tríodo. No Brasil, inicialmente apenas militares poderiam ter aparelhos de rádio. A lei foi revogada por Francisco Sá, e a primeira transmissão civil foi realizada no dia 6 de abril de 1919, pela PRA 8, Rádio Clube

de Pernambuco. Roquette-Pinto indica o nome de Rondon para aquelas terras do Norte, hoje Rondônia.

Em Porto Velho, no dia 19 de dezembro de 1915 foi deflagrada a Revolta dos Portugueses, descontentes com as perseguições do delegado da cidade, José Joaquim Guerra, que Perseguiu, prendeu e espancou comerciantes portugueses e esses excessos repercutiram em Manaus e no consulado.

Em janeiro de 1916, ocorre o fim do mandato de Tanajura como Intendente voltou a trabalhar na Comissão Rondon, na enfermaria da Secção Norte, fazendo par com o Dr. Pedro Pereira de Aguiar, na secção sul. Tanajura foi nomeado Inspetor Honorário do Serviço de Proteção aos Índios do Alto Madeira. O delegado foi exonerado do cargo dias após.

Em 1916 é fundada a Associação Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho e neste local foi fundada a Comissão Municipal do Partido Republicano Amazonense, presidida por Joaquim Tanajura fundou uma escola municipal e um periódico chamado *Alto Madeira* – jornal independente. Fundou até o Porto Velho Football Club. O Dr. Allen Walcott substituiu o Dr. Lovelace na Direção do Hospital da Candelária e teve boas relações com o intendente Tanajura.

Em 15 de abril de 1917, o Dr. Joaquim Tanajura funda o jornal *Alto Madeira* e é eleito o 2º Prefeito [Intendente] de Porto Velho, foi prefeito em duas gestões 1917 e 1922.

Em fevereiro de 1918 é fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil no Rio de Janeiro, sob iniciativa de Belisário Penna, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública. A Liga congregou diversos intelectuais de variados ramos da sociedade, desde médicos a políticos, militares, advogados, engenheiros e outros, identificando as doenças como o maior entrave ao desenvolvimento social, político e econômico do país.

Em 20 de abril de 1919, o Dr. Joaquim Tanajura funda a Liga Pró-saneamento do Rio Madeira e seus afluentes, filial da Liga Pró-saneamento do Brasil fundada pelo Dr. Belisário Penna.

Em 1919 é criada a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, que foi federalizada em 1950.

Em 1924 ocorre a instalação da Superintendência de Porto Velho, no prédio comprado por Joaquim Augusto Tanajura, Superintendente, do empresário João Soares Braga. Sede administrativa da Prefeitura até 1964. Em 13 de maio, Tanajura inaugurou as redes de água e de energia elétrica.

Em 1926, o Dr. Tanajura conseguiu eleger o seu vice em Porto Velho para o triênio de 1926-1928 e continuou no cargo de deputado estadual do Amazonas e se muda para Manaus sendo considerado como o Defensor do Alto Madeira.

Em 1927, a Lei Municipal nº 33 autoriza a Prefeitura a doar à Prelazia de Porto Velho uma área para a construção do Hospital São José.

Em 20 de abril de 1929, em sessão pública realizada na sede da Associação Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho, foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e seus afluentes tendo como seu primeiro presidente Joaquim Tanajura. Sob o lema “Não esmorecer, para não desmerecer”.

Em 7 de setembro de 1929, é inaugurado o Hospital São José, projetado e construído pelo Padre João Nicoletti, com apoio do Bispo Dom Pedro Massa, da Sociedade Beneficente Portuguesa e da Sociedade São Vicente de Paulo. A Prelazia de Porto Velho inaugura o Hospital São José com 18 leitos. Seu primeiro Diretor foi o Dr. Sebastião Públio Teles Dias e o corpo clínico nesta década era formado pelos médicos Clodomiro Marques, José Collyer, Kronger Perdigão e Rubens Vale da Costa.

Em 24 de outubro de 1929, ocorre a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e o magnata norte-americano Percival Farquhar e suas empresas entram em grave crise financeira.

O Segundo Ciclo da História da Medicina em Rondônia é compreendido didaticamente entre 1930 e 1982 e denominado como *A Implantação dos Serviços Médicos*. Tal ciclo ocorre principalmente pela queda da importância da borracha no cenário internacional e do impacto econômico inter-

nacional provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, que inviabilizou a continuidade e manutenção da operação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, levando ao fechamento do Hospital da Candelária em 24 de agosto de 1930, quando contava com 288 leitos, e a nacionalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, pelo Decreto nº. 20.200 de 10 de julho de 1931, que passaram a ser administradas pelo governo federal brasileiro.

O Real Forte do Príncipe da Beira

O Real Forte do Príncipe da Beira é considerado uma das maiores obras da engenharia militar portuguesa do período colonial, tanto pela sua edificação como pela sua fundamental localização estratégica. O Forte está situado na margem direita do rio Guaporé, no município de Costa Marques, estado de Rondônia, na fronteira com a Bolívia.

O nome Real Forte do Príncipe da Beira, ou simplesmente Forte do Príncipe da Beira como é mais conhecido, originou-se de uma homenagem ao príncipe herdeiro da Coroa Portuguesa, D. José de Bragança, que tinha o título de Príncipe da Beira, título que manteve até a morte de sua mãe, Maria I de Portugal, quando então ascendeu ao trono com o título de Príncipe do Brasil.

A edificação do Real Forte Príncipe da Beira, assim como a de todos os outros fortes situados a oeste da linha do Tratado de Tordesilhas (acordo selado por Espanha e Portugal, em 1494, que fixava critérios de partilha entre os dois países das terras descobertas além-mar por Cristóvão Colombo e outros navegadores), foi erguida com a finalidade de demarcar e defender a nova fronteira acordada pelo Tratado de Madrid de 1750, firmado entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Espanha, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, o que supostamente colocaria um final às disputas entre os dois países.

Os portugueses ergueram vários tipos de fortificações, das mais imponentes e seguras até as mais modestas e frágeis, todas situadas em pontos ou acidentes geográficos que obedeciam a um plano de defesa estratégica da América portuguesa. D. João V (1706-1750), preocupado

com a proximidade dos espanhóis na fronteira oeste desde 1743, determinou ações no sentido de consolidar o domínio português na calha do rio Guaporé, tendo como objetivo a exploração de ouro na região. Para isso criou a capitania do Mato Grosso, nomeando como seu primeiro governador e Capitão-General, D. Antônio Rolim de Moura Tavares. Este fundou a Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé, que passou a ser a sede da Capitania.

Contudo, não só os portugueses visavam à exploração do ouro na região. Os espanhóis também pretendiam explorar essas riquezas, e para marcar presença no local, estabeleceram missões jesuítas ao longo do rio Guaporé e de seus afluentes, gerando uma série de conflitos. Para garantir a soberania portuguesa na região, foi construído, em 1769, o Fortim de Nossa Senhora da Conceição (ou Bragança) cuja fragilidade levou os espanhóis a tentar sua conquista, só não obtendo êxito em virtude de terem sido vítimas de diversas doenças. Posteriormente, esse Forte seria destruído pelas águas da enchente de 1771.

Em 1772, o então governador da Colônia do Mato Grosso, Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, tinha a missão de executar o plano da Coroa Portuguesa de dominar as duas margens do rio Guaporé para manter afastados os espanhóis e assegurar o controle total das minas do Guaporé e Tanquinhos (atual Mateguá, Bolívia), garantindo caminho seguro pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, assegurando assim o monopólio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Para execução desse plano, em 1773, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres viajou descendo o rio Guaporé à procura de um local na sua margem direita para construção de um forte em substituição ao de Nossa Senhora da Conceição. Contou com o auxílio técnico do Ajudante de Infantaria em exercício de Engenheiro, Domingos Sambucetti, para encontrar um local que atendesse os requisitos para construção do novo forte, que viria a ser o Forte Real do Príncipe da Beira, situando-se a cerca de dois quilômetros da fortificação anterior (o da Conceição).

Enfrentando a censura do Primeiro Ministro Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por seu título de nobreza Marquês de Pombal) às empreitadas administrativas e aos altos custos do empreendimento, Luis de Albuquerque acreditava que todos os sacrifícios valeriam a pena diante da importância política da obra. Em 20 de junho de 1776, os alicerces do novo forte receberam a pedra fundamental registrada em ata histórica. Durante as obras de construção do forte, o engenheiro Sambucetti morreu em decorrência da malária, sendo então substituído pelo Capitão de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra.

O forte foi assentado sobre a Serra dos Parecis, paralelo ao rio Guaporé. O grandioso projeto de Sambucetti previa uma fortificação em plano quadrangular, amuralhado em pedra de cantaria com majestoso portão na frente norte e com baluartes nos ângulos consagrados à Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, Santo Antônio de Pádua e São José Avelino, seguindo as normas da arquitetura militar da época, inspirado no sistema elaborado por Vauban, arquiteto militar francês (1633-1707). Sobre o terrapleno, há quatorze grandes edifícios de pedra lavada ou pedra canga e argamassa, que abrigavam os quartéis da guarnição, hospital, capela, armazéns, casa do governador, cisterna, paiol subterrâneo. A porta principal tinha uma ponte levadiça sobre fosso seco e era protegida por revelim (obra exterior de uma fortificação abaluartada, de planta triangular, com a função de proteger uma cortina, ponte etc.).

Depois de consolidada a presença portuguesa na região, o Forte perdeu um pouco da sua função estratégica, mas continuou como testemunho de uma época e uma sentinela naquela parte do Brasil. Com o abandono progressivo, a vegetação tomou conta de suas dependências ameaçando a integridade da edificação. Já no século XX, em 6 de julho de 1913, o Forte foi visitado pelo Almirante José Carlos de Carvalho e outras autoridades que lavraram ata de sua visita, tendo deliberado que o monumento histórico ficaria sob a guarda do Estado de Mato Grosso até que o Governo Federal resolvesse sobre sua administração definitiva, determinando tam-

bém a remoção de peças de artilharia e outros objetos ali ainda existentes, para o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Em 1914, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) também visitou o Forte e ordenou a limpeza da mata que invadia suas dependências. Porém, só em 1930, uma nova expedição do Exército brasileiro voltou a marcar presença no local. Finalmente em 1950, o Forte foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

Durante o Governo do General João Baptista de Figueiredo foi assinado um Termo de Compromisso entre o Ministério da Educação, Cultura, o Ministério do Exército e Governo de Rondônia visando à sua restauração, conservação e utilização. Em 2009, por iniciativa do IPHAN, foram iniciados os trabalhos arqueológicos, no interior do Forte sob a coordenação do arqueólogo Fernando Marques, do Museu Emílio Goeldi, com conclusão prevista para 2012. A intenção é qualificar o Forte para visitação turística.

Fontes consultadas

FORTE Príncipe da Beira (Costa Marques, RO). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Real_Forte_Pr%C3%ADncipe_da_Beira. Acesso em: 18 jul. 2012.

PRÍNCIPE da Beira. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, t. 48, parte 1, 1885.

NUNES, Maria de Souza; ADONIAS, Isa. **Real Forte Príncipe da Beira: um estudo. Cartografia e iconografia de Isa Adonias**. Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

RONDÔNIA. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo. Departamento de Cultura. **Histórico do Real Forte Príncipe da Beira**. Porto Velho, 1983.

Tratado de Petrópolis



Negociadores do Tratado de Petrópolis

Fonte: Mapoteca do Itamaraty.

Em janeiro de 1903, Rio Branco informou ao governo boliviano que o Brasil considerava que a fronteira entre os dois países seguia o paralelo 10° 20' e não a linha oblíqua – ficava claro que havia um território em litígio. Por essa época, brasileiros liderados por Plácido de Castro passaram a dominar toda a região e o presidente boliviano Pando cogitou reprimir a rebelião pela força. Na defesa dos brasileiros, Rio Branco também ameaçou enviar tropas e temeu-se uma guerra, que nenhum dos países queria. Por isso, a partir de julho, as duas partes passaram a negociar na cidade de Petrópolis. Pelo lado brasileiro, Rio Branco, Assis Brasil e Rui Barbosa; pelo lado boliviano, Fernando Guachalla e Cláudio Pinilla. Rui Barbosa acabou por afastar-se da

negociação, cuja feliz conclusão, em 17 de novembro de 1903, passou para a história como o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil consolidou a posse de cerca de duzentos mil quilômetros quadrados, habitados por brasileiros, e cedeu à Bolívia pouco mais de três mil quilômetros quadrados, o triângulo Abunã-Madeira, entre os estados do Acre e de Rondônia, além de pequenos trechos na fronteira com o estado do Mato Grosso, zonas habitadas por bolivianos. Dois milhões de libras esterlinas e a construção da ferrovia Madeira-Mamoré foram compensações financeiras que o Brasil também honrou em relação à permuta de territórios. Para Rio Branco, o ponto crucial da questão estava no fato de o território em litígio estar povoado quase que inteiramente por brasileiros: se desejamos adquirir o Acre mediante compensação é unicamente por ser brasileira sua população.

A malária nas explorações pioneiras da futura Rondônia

A malária, também conhecida como maleita, impaludismo, febre terçã ou quartã, é uma doença infecciosa causada pelos protozoários do gênero *Plasmodium*, em especial no Brasil, as espécies *falciparum* e *vivax*, que vivem dentro da fêmea do mosquito Anopheles, conhecido como muriçoca ou mosquito prego. A transmissão ocorre por meio da picada do mosquito fêmea contaminado. A forma terçã, *P. falciparum*, é a mais grave e fatal. A maior dificuldade encontrada para a colonização e a ocupação dos sertões do Noroeste do Brasil, hoje Rondônia, foi alta incidência de doenças endêmicas, em especial a malária, que gerou o grande martírio dos expedicionários e retardou sua colonização por séculos. O ambiente da Floresta Amazônica é extremamente favorável à malária que atacou praticamente todos os pioneiros e exploradores da região. A malária foi introduzida na Amazônia nos séculos XVII e XIX por meio da colonização pelos negros e brancos e os plasmódios possuem DNA italiano e africano, em surtos epidêmicos cíclicos.

A partir de 1850, com a explosão produtora de borracha foi necessária a introdução de legiões de nordestinos no esforço extrativista nos seringais da floresta amazônica. Dessa migração maciça nasceu a miscigenação de indígenas e nordestinos, dando origem aos amazônidas e a 1ª grande epidemia amazônica de malária. Em 1856, as febres intermitentes endêmicas já assolavam os indígenas e colonos ribeirinhos produzindo inúmeras vítimas fatais. Existe o paradigma de que a causa da doença era a exalação de miasmas pestíferos. Em 1873, o Governo do Amazonas enviou ambulâncias com os médicos Francisco Júlio Xavier, Aprígio de Menezes

e Antônio David de Vasconcelos Canabarro para o controle da malária na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), cujas obras foram abandonadas pela empresa americana *Dorsey & Caldwell*.

Em 1877, eclode o 1º Ciclo da Borracha na Região. Em 1878, o eng. Craig Collins, proprietário da empreiteira americana *P&T Collins*, alega que os homens morriam como moscas nos canteiros de obras devido às endemias de malária e também abandonou o projeto. Em 1885, a Amazônia e todo o planalto central viviam imersos na maleita, a situação da malária era estável, sem notórios surtos epidêmicos. Com o emprego do quinino e a descoberta da transmissão pelo mosquito *Anopheles*, a partir de 1902, possibilitou um efetivo combate ao vetor e um tratamento adequado da malária na Amazônia.

Em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil se comprometeu concluir a EFMM para o escoamento da produção boliviana. Para evitar o trecho encachoeirado do rio Madeira, a estrada ligaria Santo Antônio do rio Madeira a Guajará-Mirim no rio Mamoré. A empresa de Percival Farquhar, *Madeira-Mamoré Railway Company*, construiu a EFMM de Porto Velho à Guajará-Mirim de 1907 a 1912. Mais de uma empresa e várias milhares de trabalhadores participaram da construção da “ferrovia do diabo”. Acabaram vencendo, mas milhares sucumbiram à malária. Foi a 2ª grande epidemia amazônica de malária, de triste memória.

Em 1907, foi instalada sede da EFMM no Porto Velho dos militares, localizado à margem direita do Rio Madeira. No auge da obra, somavam-se aos contingentes de vinte e dois mil homens. O principal problema da obra era de natureza sanitária. Ao surgir as epidemias tropicais e acidentes com alta mortalidade, a empreiteira construiu o Hospital da Candelária, que funcionou de 1907 à 1929, contendo 250 leitos hospitalares. Durante a construção foram registradas 30.430 internações hospitalares, sendo a maioria por malária, em especial a terça maligna e letal [*P. falciparum*]. Durante o inverno e a primavera de 1909 ocorreu um excepcional surto de malária quando sucumbiram milhares de pessoas.

Para tentar controlar a endemia foi contratado, em 1910, o sanitista Oswaldo Cruz que emitiu um relatório sanitário da Vila de Santo Antônio do rio Madeira sendo classificada como insalubre e endêmica com alta mortalidade, cidade sem crianças; possuía dois mil habitantes e que a malária, sem exagero, afetava toda população!. O Relatório foi energicamente contestado pelo Dr. Joaquim Tanajura, militar da Comissão Rondon que defendeu o saneamento e civilização da região do Alto Madeira em jornal de Manaus. Os médicos sanitaristas Carl Lovelace, Joaquim Tanajura, Oswaldo Cruz e Belizário Penna introduziram medidas sanitárias compulsórias tanto nas obras da Ferrovia como na Comissão Rondon, como o exame admissional; a proteção mecânica com mosquiteiros; a luta antilarviana; e a quininação compulsória. Foram gastas duas toneladas de quinine em cinco anos de obra. Apesar de tudo, cinco anos depois, com mais de 6.500 mortes, a EFMM foi inaugurada. Durante a instalação da linha telegráfica de Cuiabá a Porto Velho pela Comissão Rondon, entre 1907 a 1915, a malária também representou um grande obstáculo. Os surtos epidêmicos de malária foram responsáveis por diversas paralisações dos trabalhos. Muitos adoeciam e ficavam incapacitados para o trabalho, quando não, faleciam. Em 1909, foi criado o Serviço Sanitário da Comissão que produziu relevante conhecimento científico clínico epidemiológico para a medicina tropical, saúde ocupacional e na proteção da saúde do trabalhador.

De 1909 a 1927, o Dr. Tanajura, médico baiano militar e Chefe do Serviço de Saúde na Comissão Rondon erradicou-se na região atuando no saneamento e civilização do Alto Madeira. Em 20 de abril de 1919, Belizário Penna fundou, com Tanajura, a Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e seus afluentes uma filial da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Em agosto de 1930 o Hospital da Candelária foi fechado totalizando 145.647 internações realizadas, com 1552 óbitos, e os seus prédios foram demolidos.

Durante a segunda guerra mundial os seringais da Amazônia renasceram e, com eles, a malária. Nova leva de migrantes nordestinos constituiu o exército da borracha. Foi a 3ª grande epidemia amazônica de malária. Morreram mais combatentes nesse front, vítimas da malária, que no front

da guerra mundial. Em 1942, foi criado para controlar a malária, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Nesta época foi sintetizada a quinina, a cloroquina e o diclorodifeniltricloroetano [DDT].

Em 1946, o médico Dr. Ary Tupinambá Pinheiro relatou com entusiasmo a redução da morbimortalidade no Território do Guaporé com o uso de DDT, da realização de lâminas de diagnóstico e da cloroquina no tratamento da malária na EFMM. Em 1947, o Serviço Nacional de Malária (SNM) passou a usar o DDT intradomiciliar em operações de rotina para controle da Malária. A malária abandonou as capitais brasileiras e se refugiou na Amazônia. A euforia foi enorme e em 1955 levou a OMS a criar a campanha mundial de erradicação da malária. Em 1958, instalou-se a Campanha de erradicação da Malária [CEM], que se apoiava na aplicação de DDT intradomiciliar. A estratégia de erradicação da malária preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotada pelo Brasil a partir de 1965, criou a Campanha de Erradicação da Malária (CEM) que era baseada na ação intradomiciliar do DDT e no uso de drogas antimaláricas. Mas a partir dos meados da década de 1960, confirma-se o aparecimento de linhagens de *P. falciparum* resistentes à cloroquina e ao DDT e associado ao aparecimento de numerosos casos de intoxicação grave, mesmo mortais, pelo DDT, levou a resoluções com severas restrições de uso pela OMS. Mas, as características da região Amazônica levaram a estratégia ao insucesso, tornando impossível a erradicação da enfermidade.

Em 1970 foi criada a Superintendência de Campanha de Saúde Pública (SUCAM). Nas décadas de 70 e 80 com a presença de grupos humanos, garimpeiros, madeireiros, agricultores e brancos imigrantes, em especial paranaenses e gaúchos, assentados em Projetos de colonização da Amazônia no Programa de Integração Nacional do Governo Federal, sem imunidade e sem a cultura da malária, e expostos aos vetores, ocorreu a 4ª grande epidemia amazônica de malária. As grandes estradas como a rodovia federal BR 364 e a Transamazônica provocaram ondas migratórias maciças para a região, oriundas das demais regiões do país e de onde a malária fora erradicada havia mais de dez anos. Em meados de 80 foi des-

coberto ouro no rio Madeira, eclodindo a migração e a disseminação da doença no Estado.

Em 1990, com a fusão da FSESP e SUCAM originou-se a Fundação Nacional de Saúde (FNS/FUNASA) órgão do Ministério da Saúde. A partir de 1993, o governo federal mudou a estratégia de erradicação para um controle integrado da malária por meio de: diagnóstico e tratamento dos casos; escolha seletiva de objetivos, estratégias e métodos específicos de controle ajustados às características particulares da transmissão existentes em cada localidade. O DDT foi usado de 1945 até 1997 quando foi finalmente proibido pela FUNASA/MS.

Em 1999, o governo brasileiro criou o Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária (PIACM) e o Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM). Em 2000, todos os servidores da SUCAM foram cedidos para os municípios brasileiros para atuar nas Vigilâncias Sanitárias Municipais, descentralizando as ações de combate à malária. Entre 2008 e 2012, Rondônia reduziu em 58% o número de casos de malária, porém, o controle da malária segue desafiando os órgãos governamentais até hoje.

Referências:

CAMARGO, Erney Plessmann. **Malária, maleita, paludismo**. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000100021.

CASER. Arthur Torres; DE SÁ, Dominichi Miranda. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, maio-ago. 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a10v5n2.pdf. Acesso em: 1º maio 2017. LOIOLA, Carlos Catão Prates; DA SILVA, C. J. Mangabeira; TAUIL, Pedro Luiz. Controle da malária no Brasil: 1965 a 2001. **Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health** 11(4), 2002

FLORES, Araceli Verônica; RIBEIRO, Joselito Nardy; NEVES, Antônio Augusto; DE QUEIROZ, Eliana Lopes Ribeiro. Organoclorados: um problema de saúde pública. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII n. 2 jul./dez. 2004.

ROCHA, Maria de Nazaré Almeida; FERREIRA, Eleonora A. P., SOUZA José Maria de. Aspecto histórico da malária. **Revista Paraense de Medicina** V. 20 (3) julho-setembro 2006.

Santo Antônio do Rio Madeira, a história esquecida¹

Aleks Palitot²

Antes mesmo de ser no século XIX ponto de atracamento dos navios do tipo gaiola, foi também importante missão jesuítica liderada pelo padre João Sampaio por volta do século XVIII.

A história da localidade de Santo Antônio é mais antiga do que a cidade de Porto Velho. O lugar hoje é apenas um bairro anexado a nossa capital de Rondônia, mas, no passado foi importante região de concentração de toda borracha extraída dos Rios Beni, Mamoré, Guaporé e claro o Rio Madeira.

Antes mesmo de ser no século XIX ponto de atracamento dos navios do tipo gaiola, foi também importante missão jesuítica liderada pelo padre João Sampaio por volta do século XVIII. Marechal Rondon foi um dos principais incentivadores para a criação daquele que seria até então um dos mais distantes municípios do Mato Grosso se usarmos como referência a capital Cuiabá.

Remonta a história de Santo Antônio aos primeiros anseios para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, quando ali chegaram os Engenheiros da Public Works Construction Company, seguindo-se com a da P&T. Collins, cuja dramática história foi contada com minudências de detalhes por Kurt Falkenberg, romance-história *As botas do diabo*.

¹ Disponível em: <https://alekspalitot.com.br/santo-Antônio-do-rio-madeira-historia/>.

² Historiador reconhecido pelo MEC pela portaria n° 387/87. Diploma n° 483/2007, Livro 001, Folha 098.



Navio em Santo Antônio do Alto Madeira

Era o município de Santo Antônio do Rio Madeira de uma enorme extensão. Fazia limites com o município de Humaitá no Amazonas nas proximidades ou no igarapé Bate-Estacas e com o de Mato Grosso (Vila Bela), antiga capital da Província e onde nos tempos coloniais teve residência os Capitães Gerais que desbravaram aquela região, Luiz de Cárceres Pereira e Mello, o engenheiro Domingos Sambucetti, construtor do Forte Príncipe da Beira e Ricardo Franco de Almeida Serra que está sepultado, nas proximidades do rio Pacaás Novos da povoação de Esperidião Marques (Guajará Mirim), onde terminavam os limites de Santo Antônio do Rio Madeira.



Santo Antônio, 1915

Os primeiros desembarques de pessoal da empreiteira May Jakyll and Randolph, ocorreram na Vila de Santo Antônio do Rio Madeira, local logo em seguida verificado inadequado para o desembarque e armazenamento do material pesado para a construção da Madeira-Mamoré.

É portanto, Santo Antônio do Rio Madeira o mais antigo município incorporado ao Território, foi palco de muitas alegrias e muitas tragédias ocorridas quando a borracha era chamada de ouro negro e na epopeia da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Duas grandes firmas dominavam os negócios que se realizavam na pequena localidade, nas duas últimas décadas do Século XIX: Suarez Hermanos, que tinha ramificações pela área que constituiu o Território do Acre e Cachuela Esperanza, à margem do Rio Beni, no Departamento de

Pando na parte oriental da Bolívia e Jacob Essabbá, que tinha matriz em Manaus quando capital da Província do Amazonas.



Santo Antônio vista do Rio Madeira

Teve grande movimento quando os negócios ali se realizavam em moeda inglesa – libra – esterlina – intensificando-se com maior volume quando foram iniciados os trabalhos da construção da ferrovia até a implantação do município de Porto Velho. Nos anos de 1906 até 1908 quando Porto Velho ainda não oferecia as mínimas oportunidades de lazer, então era para Santo Antônio que iam os trabalhadores da ferrovia buscar

diversão. Distante menos de 7 quilômetros do local do trabalho, onde eram proibidos bebidas alcoólicas, jogo e prostituição, com esses motivos Santo Antônio naqueles três anos a sua época mais promissora.



Sobrado de Santo Antônio do Rio Madeira

Como atestado dessa faustosa época de vida o município de Santo Antônio, existe um relatório da Delegacia Fiscal do Norte de Mato Grosso referente ao movimento administrativo e financeiro dos anos de 1908 a 1914 do qual extraímos alguns dados. Desse relatório constatamos a existência de uma escola no período denominada Escola Pública do município de Santo Antônio do rio Madeira, inaugurada em março de 1913, com 67 alunos, 36 do sexo masculino e 32 do sexo feminino, dirigida pela professora Constanza Pestana Pires. A mesma escola foi criada ao tempo em

quem era Prefeito daquele município Joaquim Tanajura, renomado médico da região que no passado havia participado da Comissão Rondon.



município de Santo Antônio

Como já disse, Santo Antônio, hoje é apenas um bairro de Porto Velho, onde ainda temos alguns resquícios de sua história representada fisicamente pela Capela de Santo Antônio (1913), o Obelisco do Centenário da Independência do Brasil (1922) e o Sobrado de Santo Antônio (Século XIX). O lugar é na maior parte das vezes lembrado em 13 de junho de cada ano, quando ali se festeja, no entorno da pequena Capela o padroeiro do lugar, situado a margem direita do Rio madeira, próximo ao lugar onde existia uma cachoeira do mesmo nome, Santo Antônio.



Autoridades e comerciantes em Santo Antônio (Fonte: Manoel)



Santo Antônio do Rio Madeira

Nada mais resta da época faustosa que ali se viveu, se não túmulos com inscrições apagadas sobre lápides de mármore esmaecidos.

A decisiva presença médica na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Viriato Moura

Muito já se falou e escreveu a respeito da nossa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Durante as comemorações do centenário de sua inauguração, no dia 1º de agosto de 2012, mais ainda se disse sobre a ferrovia cuja construção foi a maior epopeia do século 20. Não é demais, porém, reiterar o quanto foi decisiva a presença médica nas frentes de trabalho da construção da ferrovia para que o projeto se concretizasse.

Além dos médicos americanos, que atuaram no Hospital da Candelária, merece destaque a atuação dos sanitaristas brasileiros Oswaldo Cruz e Belizário Penna que, em 1910, a convite de Percival Farquhar, proprietário da empresa Madeira-Mamoré Railway Company, construtora da estrada, fizeram o diagnóstico detalhado das condições insalubres da região e propuseram medidas preventivas para saneá-las. Nas conclusões de seu relatório, o mais eminente sanitarista de Manguinhos foi contundente ao afirmar que a procrastinação das medidas seria um crime de lesa-humanidade.

Cabe ressaltar que, certamente, tanto a EFMM quanto a lendária Missão Rondon, contemporânea à construção da ferrovia, não teriam sido possíveis sem a presença de um grupo de médicos que acompanhavam o então Major Cândido Mariano da Silva Rondon em sua investida desbravadora.

Todas as tentativas para a execução da estrada, entre 1872 e 1907, foram frustradas porque as empresas construtoras não deram a atenção

devida às condições insalubres da região, localizada no coração da selva amazônica, na época conhecida como inferno verde.



Enfermo caquético com bandagem no pé esquerdo
parcialmente amputado, ao relento na floresta impiedosa

A floresta tropical, infestada de animais selvagens e peçonhentos, os índios, arredios e ferozes, o alcoolismo disseminado entre os trabalhadores, os violentos confrontos pessoais e outras dificuldades impostas pela natureza, já representavam um grande obstáculo. Entretanto, o mais severo deles fora imposto por doenças como a malária, a que mais matava, a febre amarela, o tifo e a cólera, além de outras diarreias decorrentes da falta de higiene, viroses ainda desconhecidas ou pouco conhecidas, e infecções bacterianas diversas, entre outros males, e aliado a tudo isso, não havia condições técnicas e terapias clínicas – o quinino era o medicamento mais eficaz disponível, uma vez que os antibióticos e as sulfas nem sequer haviam sido descobertos. Por isso, eram as doenças, mais que os outros fatores ambientais e interpessoais, que dizimavam os operários impiedosamente. Estima-se que mais de 10 mil deles (tal número não é unanimidade entre

os historiadores) tenham morrido, o que deu origem à lenda de que cada dormente representa uma morte. Daí porque a estrada recebeu as estigmatizantes denominações de Ferrovia do Diabo, Ferrovia dos Mortos, Ferrovia Fantasma.

Os relatórios abalizados de dois dos primeiros médicos que aqui chegaram para integrar a equipe construtora, os doutores H. P. Belt, em 1907, e, em seguida, Carl Lovelace, em 1908, que dirigiram o Hospital da Candelária, denunciaram as condições inóspitas do lugar. Belt escreveu, em seu documento histórico, que um trabalhador depois de noventa dias na região tornava-se imprestável. (...) É a região mais doentia do mundo – destacou. Os sanitaristas brasileiros Oswaldo Cruz e Belizário Penna, deixaram claro que, se não fossem tomadas as devidas providências preventivas por eles sugeridas, mais uma vez, a ferrovia não seria concluída.



Cemitério da Candelária, localizado atrás do hospital, sepultou corpos e esperanças além da conta

A partir do momento em que essas medidas foram implementadas e que os pedidos dos médicos do hospital à empresa construtora foram

atendidos (medicamentos, equipamentos, pessoal etc.), os índices de morbidade e mortalidade diminuíram consideravelmente. Foram essas mudanças, decorrentes das competentes ações médicas com auxílio de enfermeiras – em especial as preventivas, – que tornaram possível a continuidade da obra. Ante ao elevado índice de mortalidade de seus companheiros, muitos trabalhadores, principalmente durante as tentativas que antecederam à de Farquhar, tentavam fugir, mas, geralmente, acabavam morrendo por outros motivos durante essas investidas desesperadoras.

Não há dúvida, portanto, que a presença médica foi o fator divisor de águas na construção da Madeira-Mamoré. A prova incontestável disso é que a empreitada somente atingiu seu objetivo a partir de 1907, quando uma equipe médica e um hospital passaram a atuar na obra.

A saúde na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Viriato Moura

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM, 1907-1912) ficou conhecida internacionalmente como a “ferrovia do diabo”. A má fama correu o mundo depois de fracassarem as tentativas de se construir a EFMM no meio da Amazônia, levando a morte milhares de trabalhadores, causada sobretudo por doenças tropicais, ataques de índios e acidentes de trabalho. Os estudos de prospecção da ferrovia tiveram início ainda em 1846 com o eng. José Augustin Palácios, seguidos pelos trabalhos do Cap. Lardner Gibbon (1852), General Quintín Quevedo (1861), eng. João Martins da Silva Coutinho (1861) e pela Comissão Keller (1866). A 1ª tentativa de construção da EFMM ocorreu em 1872, quando o americano Cel. George Earl Church contrata a empresa inglesa Public Works Construction Company para a construção da ferrovia. Questionado judicialmente pelos acionistas, Church conseguiu dirigir o contrato a favor da empresa americana Dorsey & Caldwell, que deu início aos trabalhos em 1873 abandonando o local diante de um surto de malária e varíola que dizimou os seus trabalhadores. Já haviam construído o cais, oito quilômetros de linha e explorados outros setenta e sete. A 2ª tentativa da construção ocorre em 1877, quando se inicia no 1º Ciclo da Borracha e o Cel. Church contrata a empresa americana P&T Collins. O eng. Craig Collins declarou que os homens morriam como moscas e também abandonou a obra. Em 1878, Church voltou à iniciativa, firmando novo contrato, mas os trabalhos foram novamente suspensos por conta de uma ação movida pelos antigos acionistas ingleses. A concessão foi cassada pelo Governo. Em 1882,

mesmo contando com terríveis vicissitudes a Comissão Morsing conseguiu explorar mais cento e doze quilômetros do traçado da ferrovia. Em 1884, a Comissão Pinkas concluiu os estudos de prospecção. Em 17 de novembro de 1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis quando o Brasil adquiriu o território do Acre da Bolívia ocupado por seringueiros, pagou 2 milhões de libras esterlinas e assumiu o compromisso de construir uma ferrovia do porto de Santo Antônio do Rio Madeira até Guajará-Mirim no rio Mamoré, para vencer as dezenove cachoeiras e garantir o escoamento da produção boliviana. Em 1905, o eng. Joaquim Catrambi ganhou a concorrência para construir a estrada de ferro e transferiu o contrato para a Madeira-Mamoré Railways Co., empresa criada pelo investidor norte-americano Percival Farquhar que recebeu a concessão da obra. Em 1907, foi instalada sede da EFMM no Porto Velho dos militares, localizado à margem direita do Rio Madeira, seis quilômetros ao norte da divisa dos Estados, em terras do estado do Amazonas. Evitou-se a instalação na Vila de Santo Antônio por ser considerada insalubre e endêmica, com alta morbimortalidade. A EFMM foi construída entre 1907 e 1912 e no auge da obra, somavam-se aos contingentes de vinte e dois mil homens de diversas nacionalidades: barbadianos, antilhanos, espanhóis, poloneses, franceses, gregos, italianos, alemães, hindus, entre outros. O principal problema da obra era de natureza sanitária. O grande número de pessoas trabalhando em condições insalubres em região endêmica dentro da Floresta Amazônica, fez surgir tantos casos de doenças e acidentes com alta mortalidade. Isto provocou enorme repercussão internacional sendo questionado o uso da mão de obra em regiões tão adversas sem assegurar atendimento médico digno para o e o último W. Emer s doentes e acidentados. Os trabalhadores se revoltavam, desertavam ou fugiam diminuindo a produtividade da obra. Assim, para atender aos operários da ferrovia a empreiteira construiu numa colina há sete quilômetros de Santo Antônio, o Hospital da Candelária, que funcionou de 1907 a 1929, com 21 pavilhões de madeira cobertos com telha de zinco, contendo 250 leitos hospitalares, sala de cirurgia, dispensário, cemitério e ilha de isolamento de febre amarela, tuberculose e lepra. Oferecia sete médicos em

postos avançados fluviais e ferroviários e quatro médicos no hospital. O primeiro médico e diretor foi o Dr. Shivers, que foi seguido pelos doutores HP Belt, Lovelace, Poncy, Walsh, Whitaker, Walcott e o último foi W. Emerichi. Carl Lovelace [1876-1944], médico americano com experiência sanitarista tropical na construção do Canal do Panamá e na Guerra hispano-americana, foi o mais expressivo diretor. Durante a construção da ferrovia foram registradas 30.430 internações no Hospital. As principais enfermidades enfrentadas foram: malária, beribéri, maculo, polinevrite palustre, lepra, doença de chagas, disenterias, leishmaniose, mordeduras de cobras, ataques de animais e índios, alcoolismo, insolação e intermação. Os insetos infernizavam a vida dos trabalhadores, que sucumbiam por doenças tropicais e acidentes de trabalho. A malária do tipo terça maligna [*P. falciparum*] que cursava em 70% dos casos era letal. Durante o inverno e a primavera de 1909 ocorreu um excepcional surto de malária, quase a totalidade da população de Santo Antônio do Madeira adquiriu malária, quando sucumbiram milhares de pessoas. Para tentar controlar o avanço da malária foi contratado, em 1910, o sanitarista Oswaldo Cruz. Os médicos sanitaristas Carl Lovelace, Joaquim Tanajura, Oswaldo Cruz e Belizário Penna introduziram medidas sanitárias compulsórias tanto nas obras da Ferrovia como na Comissão Rondon, como o exame admissional; a proteção mecânica com mosquiteiros; a luta antilarviana; e a quininação compulsória. Foram gastas duas toneladas de quinino em cinco anos de obra. O trecho da reta do Abunã foi considerado como um dos locais mais insalubres do mundo tropical no momento de sua construção. Os óbitos eram tantos que as necessidades de se prosseguir os trabalhos e de se sepultar os mortos tinham que ser harmonizadas, quando se escavava a terra para se assentarem os dormentes, depositava-se o corpo do morto, sob os trilhos. Assim surgiu a lenda de que em cada um de seus dormentes existia um cadáver. Apesar de tudo, cinco anos depois, com mais de 6.500 mortes e o equivalente a 28 toneladas de ouro bancado pelo governo brasileiro, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi inaugurada em 30 de abril de 1912. Se por um lado trouxe desenvolvimento econômico por outro não tardou a ficar

obsoleta. Em 1912 a economia da borracha entrou em crise. A Quebra da Bolsa de Nova York em 1929, deixou Farquhar em difícil situação financeira. Em agosto de 1930 o Hospital da Candelária que possuía 288 leitos e registrava 145.647 internações foi desativado. Os prédios foram demolidos. Restou o Cemitério da Candelária, a dois quilômetros do centro de Porto Velho, que possui as sepulturas dos 1.593 trabalhadores de 52 países. Estima-se que desde as primeiras tentativas da construção até a saída dos americanos em 1930 mais de 50.000 pessoas morreram, somando as perdas indígenas, seringueiros, operários e ferroviários. Em junho de 1931 ocorreu a nacionalização da EFMM pelo Governo Federal. Foi desativada, no dia 1º de julho de 1971. Em 2005, foi parcialmente tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

Referências

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; DA FONSECA, Dante Ribeiro. **História regional**: Rondônia. Porto Velho, Rondoniana, 2001. 332p. 2ªEd.

VITAL, André Vasques; HOCHMAN, Gilberto. Da malária e da 'corrupção': medicina e saberes locais no noroeste do Brasil (Comissão Rondon, 1907-1915).

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, n. 1, p. 77-94, jan.-abr. 2013.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho – 100 anos de História**. Instituto de Estudos e Pesquisa Ary Tupinambá Penna Pinheiro. Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Academia de Letras de Rondônia. Ed. Primmor Forms.

MOURA, Viriato. **CREMERO 50 Anos nos Trilhos da Ética**.

Cemitério da Candelária, o cemitério dos heróis esquecidos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Eles ainda estão lá, esquecidos e perdidos há mais de um século, no meio do bosque místico, sagrado e histórico em que se transformou o Cemitério da Candelária, a dois quilômetros do centro de Porto Velho. São os 1.593 trabalhadores que vieram de 52 países para lutar contra a selva amazônica e morreram durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e que ainda estão lá sepultados. Talvez não haja cemitério igual no planeta. É uma espécie de ONU (Organização das Nações Unidas) fúnebre. Lá estão enterrados espanhóis, antilhanos, portugueses, gregos, bolivianos, italianos, venezuelanos, colombianos, chineses, turcos, peruanos, barbadianos, alemães, franceses, ingleses, austríacos, árabes, russos, porto-riquenhos, japoneses e dinamarqueses, que a Madeira-Mamoré Railway Company recrutou no mundo inteiro para trabalharem na construção ferroviária. Eles foram sepultados entre 1907, quando o cemitério foi aberto, anexo ao Complexo Hospitalar da Candelária, criado para tratar de funcionários da ferrovia e em 1912, quando a ferrovia foi inaugurada. Era reservado somente aos operários estrangeiros que morriam durante a construção da grande ferrovia na floresta. Quando a construção da ferrovia acabou, a maioria dos estrangeiros voltou para suas terras de origem e os que morreram foram abandonados pelos compatriotas sobreviventes. Os 1.593 sepultamentos são confirmados por estatísticas necrológicas dos médicos do Complexo Hospitalar da Candelária. Não há registro de que algum deles tenha sido exumado para lugar algum. Heróis de uma das maiores obras da humanidade, nunca foram repatriados após a morte em

terra estranha. Seus nomes foram esquecidos. Seus túmulos começaram a ser violados após a desativação do cemitério em 1920, principalmente nas últimas décadas. Grande parte das lápides, cruzes e tumbas foi destruída por vandalismo ou roubada do cemitério, às vezes eram roubadas sob encomenda, até por gente ilustre de Porto Velho, para utilizar como decoração ou mesmo por misticismo. As lápides que não foram violadas foram engolidas pela floresta que ressurgiu no local. Árvores gigantes se ergueram sobre os túmulos, penetrando-os com grossas raízes, envolvendo, triturando e misturando os ossos com a terra. Hoje em dia, uma ou outra tumba é visível. Uma delas, posterior a 1912, já do tempo em que brasileiros também eram enterrados no cemitério Candelária, é de Carlos Augusto Serzedelo, nascido em julho de 1876 e falecido em agosto de 1917. Os túmulos que sobraram estão escondidos pela floresta, que tomou conta do cemitério abandonado. Das 1.593 cruzes que com certeza existiam, as recuperadas ou que ainda são visíveis não chegam a 50. Enquanto o Candelária funcionou como cemitério apenas para estrangeiros, até 1912, apenas uma exceção foi feita para o sepultamento de uma pessoa que não era estrangeira: uma jovem brasileira chamada Lydia Xavier, segundo o médico, antropólogo e historiador Ary Pinheiro, citada por Yêdda Pinheiro Borzacov em seu livro *Porto Velho, 100 Anos de História*. Mesmo sendo exceção entre os túmulos dos estrangeiros, o túmulo da brasileira Lydia tem inscrição em inglês. Seu discreto enterro visou evitar um escândalo na sociedade de Porto Velho. A jovem era amante de um engenheiro norte-americano e o romance não podia ser revelado. Lydia, após uma briga com o amante, suicidou-se, envenenando-se com um corrosivo. Segundo historiadores, consta que, além dos estrangeiros sepultados até 1912, mais 4 mil pessoas (entre elas, brasileiros) foram enterradas ali nos oito anos seguintes em que continuou funcionando, até sua completa desativação em 1920, e que foram igualmente esquecidas. Sem nomes, sem lápides, em túmulos escondidos pelo mato. A floresta que os matou agora os abriga. É o local de descanso dos que deixaram suas famílias em países distantes, pensando que logo voltariam, mas foram enganados quanto às condições de trabalho e quanto aos peri-

gos mortais que sofreriam, como dizem os historiadores. A maioria morreu não somente de doenças da região, como a malária, mas também de outras moléstias. Além do valor histórico para a cidade de Porto Velho, o Cemitério da Candelária inspira misticismo em muita gente. Moradores das proximidades do cemitério costumam contar, reservadamente, histórias sobrenaturais sobre o bosque místico onde jazem os trabalhadores da ferrovia. Uma dona de casa, que pediu para não ser identificada, moradora a poucos metros da linha férrea, perto do cemitério, conta que em mais de uma noite acordou com um clarão iluminando a rua e ouvindo o ruído de um trem andando nos trilhos. Ela diz que, nessas ocasiões, abre a janela e vê que o clarão é o do farol de um trem da Madeira-Mamoré se aproximando. Nesse momento, diz ela, alguns homens caminham do cemitério da Candelária para perto dos trilhos. Eles se vestem como os antigos trabalhadores da ferrovia, com camisas de mangas compridas abotoadas até o pescoço e junto aos punhos, para evitar picadas de mosquitos. Os homens fazem sinais para o trem parar, mas o trem passa direto e desaparece; e, então, os homens caminham de volta ao cemitério, cabisbaixos, e somem na escuridão. Para essa dona de casa, que diz rezar sempre pelas almas dos mortos da EFMM, eram fantasmas dos operários tentando embarcar no trem com a passagem comprada pela própria vida. O Cemitério da Candelária está localizado ao lado da linha férrea, no KM 2.5, no trajeto em direção à antiga Vila de Santo Antônio.

Hospital da Candelária: a luz no fim do túnel

Alekş Palitot



Médicos e enfermeiras no Hospital da Candelária em Porto Velho

Que a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi uma epopeia na Amazônia todo mundo já sabe. Mas poucos se atentam aos detalhes que fizeram diferença para que a construção da denominada “ferrovia do Diabo” pudesse finalmente ser concluída, com o propósito de assim escoar a produção de borracha e quinino nos vales dos rios Guaporé, Madeira, Beni e Mamoré.

No período em que Percival Farquhar, empresário norte-americano, se envolveu em tal empreitada, foi construída uma das melhores estruturas hospitalares da época no Brasil, com o intuito de minimizar o impacto que

as doenças do mundo amazônico provocavam constantemente na vida dos trabalhadores da ferrovia.



Farmácia do Hospital

Pode-se obter uma ideia da soma do serviço feito no Hospital da Candelária do fato de terem sido admitidas 30.430 pessoas no hospital, durante os quatro anos: de 1º de janeiro de 1908 até 31 de dezembro de 1911. Tendo seis grandes enfermarias (250 camas) e uma sala cirúrgica, com as mais modernas instalações, forneciam o preparativo inicial para a cirurgia, dentro de um raio de muitas centenas de quilômetros. Existiam também laboratórios para exame de sangue e espécies patológicas. Durante estes quatro anos, a nenhuma pessoa, homem, mulher ou criança de qualquer origem, atacada de qualquer moléstia, foi recusada a entrada no hospital. Muitas centenas de não empregados receberam do mesmo hospital tratamento médico e cirúrgico e em nenhum caso foi cobrado qualquer pagamento pelos serviços. Era mantida também uma farmácia, que distribuía livremente todos os remédios necessários para os doentes.

As doenças amazônicas e os trabalhadores

Nesse momento da história, revela-se um dos aspectos mais tristes, embora práticos, da construção da ferrovia, pois a empresa concluiu que, se mantivesse o mesmo sistema de trabalho empregado em outras obras, com funcionários fixos, iria falir completamente como todas as outras empreitadas, pois a maioria dos homens que chegavam cheios de saúde à região era, após 3 ou 4 meses de trabalho, de pessoas praticamente incapacitadas para o trabalho, devido às doenças que assolavam a área.

Assim, foi promovido um verdadeiro rodízio humano naquela região, onde, mensalmente,avas e mais avas de trabalhadores são, e em pleno vigor físico, eram trazidos para substituir os mortos, doentes e incapacitados, sendo estes últimos, então, demitidos. Resolvidos a tocar as obras de forma ininterrupta, através desse expediente, a Companhia estabeleceu representantes em diversos países da Europa, África e América Central, que ofereciam grandes perspectivas de lucros para aqueles que se dispusessem a cumprir um contrato de trabalho em uma região paradisíaca, na floresta tropical brasileira, findo o qual o trabalhador estaria livre para tornar-se agricultor ou participar também da cornucópia de lucros e fortunas que prometia ser a região cortada pela Estrada de Ferro Madeira-Mamuré.

Durante os 6 anos que durou a construção dessa ferrovia, cerca de 22.000 homens dos mais diversos países e regiões do mundo acreditaram nesse sonho e entregaram suas energias para contribuir para a construção dessa ferrovia. Quantos morreram? Quantos ficaram inutilizados e terminaram seus dias mendigando nas cidades do vale Amazônico? Quantos

prosperaram? São perguntas sem respostas, como muitas que até cercam a construção dessa estrada de ferro.



Na média, cerca de 400 a 500 funcionários novos recrutados pela Companhia no mundo inteiro chegavam mensalmente aos canteiros de obras e imediatamente começavam a substituir os doentes e incapacitados, pois, à medida em que as turmas avançavam no levantamento da linha, derubada das matas e construção da via permanente, iam se afastando cada vez mais da Região de Santo Antônio, onde pelo menos já havia um mínimo de estrutura sanitária e embrenhando-se no coração da selva amazônica, enfrentando todo o tipo de doenças e enfermidades nessa região desconhecida, inexplorada e reconhecidamente uma das mais insalubres do planeta, devido aos milhares de pântanos e charcos que servem de viveiro para milhões de mosquitos e insetos transmissores das mais diversas moléstias.



Parte da estrutura do Hospital da Candelária

E assim, o pessoal da ferrovia pagava seu pesado tributo à região, onde a malária grassava entre os trabalhadores, os quais, muitas vezes, ao caírem doentes em locais mais distantes do ponto inicial da ferrovia, acabavam morrendo à míngua, sem quaisquer cuidados. Mesmo os médicos sofriam de doenças e, nessas horas, eram os engenheiros e o pessoal mais graduado escalados para fazer esse atendimento. Foi a construção dessa ferrovia recheada de episódios de heroísmo e dedicação de homens que, reunidos dos mais diversos locais do mundo, deram, sob o comando de um punhado de americanos decididos e corajosos, mostras de um valor e de solidariedade humanos ímpares, a ponto de muitos médicos e engenheiros terem acabado encontrando a morte nesse trabalho de atender aos doentes.

E o que diziam os depoimentos na época? O de sempre: chove diariamente, os mosquitos perturbam dia e noite, não existe um único lugar seco nessa região, o chão é um barro só, o impaludismo e a malária grassam nos acampamentos e os homens morrem muito mais rapidamente do que antes... Um relatório de um dos médicos, Lovelace, diz que 95% da população de Porto Velho estava atacada de malária e que, de acordo com seus estudos, algumas observações impressionantes haviam sido feitas, como,

por exemplo, o fato de que com certeza, após 30 dias de estada em Porto Velho, uma pessoa já teria contraído a malária. Nessa época, a média de permanência de um funcionário na região era por volta de 3 meses; e se era verdade que, mensalmente, chegavam vapores carregados de novos trabalhadores, ansiosos por arriscar a sorte na região, também é verdade que esses mesmos vapores partiam lotados com as mesmas pessoas que haviam chegado 3-4 meses antes, apavorados com a pestilência que imperava na região. Quantas dessas pessoas doentes foram morrer na viagem ou em seus países de origem? Jamais saberemos.

Entretanto, os miseráveis que conseguiam chegar a Manaus ou a Belém, passando a esmolar nessas cidades, foram objeto de muitas reportagens criticando essa situação por parte da imprensa, com repercussão mundial, a ponto de países como a Alemanha, por exemplo, proibirem a viagem de seus cidadãos com destino a essa empreitada.

E assim, entramos pelo ano de 1909, onde, em alguns meses, chegou a haver mais de 2.800 trabalhadores na ferrovia, das nacionalidades mais diversas que se possa imaginar, como chineses, índios norte-americanos, húngaros, belgas, irlandeses, russos, árabes e muitos outros, fazendo-nos perceber que o trabalho de recrutamento de sangue novo se dava em nível mundial. Realmente, como disse o Ministro da Viação e Obras Públicas em trecho de sua apresentação ao Presidente da República, em 1910: “Raras vezes terá sido construída uma estrada nas condições desta...”.

Aos poucos, o engenho e a determinação dos norteamericanos foi transformando Porto Velho em uma cidade de razoável porte, sendo providenciados sistemas de saneamento e tratamento de água, sistemas de telefonia e até iluminação pública com eletricidade. Instalações tais como padarias, fábricas de gelo, cinema, fábricas de biscoito, matadouro e tipografia.

O Hospital da Candelária, sem sombra de dúvida, veio para resolver um problema grave com relação à saúde dos trabalhadores, que antes morriam como moscas, de febre amarela, malária, beribéri e pneumonia. A luz do fim do túnel, a Candelária, era composta por 15 edificações na sua estrutura e por médicos e pesquisadores americanos. Até Oswaldo Cruz, grande

cientista, médico e sanitarista; não poupou elogios em seus relatórios sobre a infraestrutura do Hospital da Candelária, que se tornou uma referência no Brasil com relação a doenças tropicais, que passou a dar um ar de tranquilidade para aqueles que viviam a aventura de desbravar a Amazônia.

A Comissão Rondon e seu serviço sanitário³

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) foi a mais ambiciosa e complexa expedição patrocinada pelo governo de Afonso Pena (1906-1909) na Primeira República Brasileira aos sertões do Noroeste, considerada como parte das missões civilizatórias. Em 1907, após relevantes serviços prestados na construção e na manutenção das linhas telegráficas, o coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) foi encarregado pelo presidente da República de chefiar a Comissão com a missão de estender os fios telegráficos de Cuiabá a Santo Antônio do rio Madeira, no Amazonas, e de incorporá-la ao restante do país. A expedição foi executada ao longo do período de 4/3/1907 a 1/1/1915, sendo posteriormente conhecida como Comissão Rondon.

Esta tinha como escopo expandir a infraestrutura de comunicações; assegurar definitivamente a posse das regiões a noroeste do país; realizar contatos com sociedades indígenas; efetuar levantamentos e inventários científicos por cientistas botânicos, zoológicos, antropológicos, astrônomos, topógrafos, geógrafos e geológicos, para iniciar o processo de ocupação produtiva da região através do estabelecimento de núcleos agropecuários em torno das estações telegráficas, incrementando a economia do país. A partir de Cuiabá, o trabalho era muito mais extenso e arriscado, atravessando

³ Verbete publicado no Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador: Conceitos – Definições – História – Cultura. Mendes, René (Org.) & Jakobi, HR *et al.* Novo Hamburgo/RS: Proteção Publicações, 2018. 1.280 p. [Obra coletiva com 522 autores]. ISBN: 978-85-67121-01-7.

aproximadamente 1.300 quilômetros em região pouco conhecida do norte de Mato Grosso e sul do Amazonas, habitada por povos indígenas não pacificados. Inúmeros foram os problemas que ameaçaram os trabalhos da Comissão na construção da linha telegráfica: chuvas e o calor inclemente, ataques de **índios**, constantes deserções, péssimas condições de trabalho e dificuldades de transporte e de locomoção dos trabalhadores na mata fechada desconhecida e acidentada. Todavia, a maior preocupação dos oficiais da Comissão foi com as doenças endêmicas, quando quase nada fora planejado para combater a alta incidência destas doenças ainda desconhecidas na região tropical. As doenças dificultavam e impediam o progresso da instalação da linha telegráfica e que causavam alta morbimortalidade dos trabalhadores. A necessidade de controlar a malária e outras enfermidades regionais, otimizando o trabalho médico, e de melhorar a infraestrutura sanitária e hospitalar que servia à expedição levou à criação do Serviço Sanitário da Comissão. Assim, os médicos e suas atividades passariam a ser componentes centrais para o sucesso da Comissão. Ampliariam suas atividades e ingerências, sendo concedidos maiores poderes, passando a contar com maior número de homens para atuar no saneamento. O papel dos médicos era cuidar dos doentes e acidentados, mas tiveram muito trabalho durante as expedições, pois, além dos trabalhadores que adoeciam, eles também prestaram atendimentos aos moradores das regiões percorridas, o que oportunizou o contato e conhecimento das principais moléstias que grassavam por lá.

Produziram inéditos e relevantes registros em relatórios clínicos epidemiológicos que descreviam aspectos das doenças tropicais relacionando com o clima e quadro epidemiológico regional. Observavam e descreviam, além dos sintomas e semiologia das enfermidades, as práticas terapêuticas tanto dos indígenas e como dos sertanejos, procurando sua validação científica. Trabalharam como médicos os primeiros tenentes do Exército, Armando Calazans (março/1907 a julho/1908); Manoel Antônio de Andrade (março a dezembro/1907); Joaquim Rabello (julho a dezembro/1908); e Murillo de Souza Campos (maio a novembro/1910 e setembro a dezembro/1911). João Florentino Meira de Faria (1914) e

José Antônio Cajazeira (janeiro/1914 a 1915) eram capitães do Exército; Paulo Fernandes dos Santos (junho/1909 a dezembro/1910) era oficial da Armada, e Joaquim Augusto Tanajura (abril/1909 a 1915), oficial da força policial do Distrito Federal, além dos médicos Fernando Soledade, Esperidião Gabino; Serapião e Alberto Moore.

Dr. Tanajura foi o médico que mais tempo permaneceu na Comissão. Foi político e grande defensor do Alto Madeira, sendo autor do mais detalhado relatório médico sobre as condições médico-sanitárias da Comissão. Os relatórios médicos da Comissão possuíam finalidades múltiplas, que incluíam o mapeamento e a divulgação de ideias sobre as doenças na região, saberes e práticas quanto à prevenção e cura das doenças, a prestação de contas e as recomendações ao Comando, visando pensar estratégias e o planejamento das ações de prevenção contra a perda de mão de obra e proteção da saúde do trabalhador. As principais enfermidades enfrentadas e descritas foram: malária (paludismo ou impaludismo), beribéri, corrupção ou maculo (retite gangrenosa epidêmica), polinevrite palustre, doenças venéreas, lepra, doença de chagas, ancilostomose, disenterias, leishmaniose, mordeduras de cobras, ataques de animais e índios, alcoolismo, insolação e intermação. O Serviço Sanitário aplicou medidas preventivas ocupacionais e sanitárias, como, por exemplo, no combate à malária, o maior problema sanitário da Comissão: o exame admissional de todos os trabalhadores, a proteção mecânica - uso sistemático do mosquiteiro; luta antilarviana - drenagem do terreno, aterro e destruição das larvas; e, a bem da saúde dos trabalhadores, a quininizacão compulsória diária. A Comissão produziu relevantes conhecimentos científicos sobre geografia, antropologia, etnologia, mineralogia, botânica, zoologia e na medicina, tropical e saúde ocupacional.

Todo o material coletado foi enviado para instituições científicas como os Museus Nacional, Paulista e Emílio Goeldi e para o Instituto Oswaldo Cruz. O contato com as sociedades indígenas foi efetivado e, como consequência imediata, foi criado o Serviço de Proteção ao **Índio**. Em primeiro de fevereiro de 1915, em Santo Antônio do Madeira, com a presença

de Rondon e dos governadores dos estados do Amazonas e Mato Grosso, comemorou-se o término da obra e a inauguração da Linha Telegráfica; mas também selou o destino da linha telegráfica e do próprio município, que seriam extintos em breve. O término da obra coincidiu com o nascimento e difusão da radiotelegrafia, tornando a linha tecnologicamente ultrapassada. Foram construídos aproximadamente 2.300 km de linhas telegráficas com um total de 28 estações, foram registrados 122 óbitos de trabalhadores, mas fomentou e fixou os núcleos de povoamento nos estados do Mato Grosso e Amazonas. A partir do traçado da linha telegráfica, foi construída a BR-029, atual BR-364, e a própria formação do Estado de Rondônia.

Referências

CASER, Arthur Torres; DE SÁ, Dominichi Miranda. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, maio-ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a10v5n2.pdf>. Acessado em 1/5/2017.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; DA FONSECA, Dante Ribeiro. **História regional**: Rondônia. Porto Velho, Rondoniana, 2001. 332p. 2ªEd.

VITAL, André Vasques; HOCHMAN, Gilberto. Da malária e da 'corrupção': medicina e saberes locais no noroeste do Brasil (Comissão Rondon, 1907-1915).

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, n. 1, p. 77-94, jan.-abr. 2013.

Região do Madeira: Santo Antônio, em 1911

*Dr. Joaquim Tanajura
Jornal do Commercio de Manáos
5 de junho de 1911*

DO HISTÓRICO

Em maio de 1911, Joaquim Tanajura esteve em Manaus e visitou a redação do *Jornal do Commercio* de Manáos. Já havia concedido entrevistas a esse e outros jornais do Amazonas em 1910 e era muito respeitado por ter atuado na imprensa baiana. Em junho, o periódico manauara publicou, em sua primeira página, “Região do Madeira: Santo Antônio”, artigo escrito por Tanajura (5 jun. 1911), em que ele relata com riqueza de detalhes a situação do povoado. Mais do que isso, o texto é um conjunto de críticas ao que seriam fatores impeditivos do desenvolvimento da cidade e um apelo às autoridades para que algo fosse feito com urgência. Enquanto, no relatório de Oswaldo Cruz, salta aos olhos a crítica aos costumes dos habitantes, principalmente a não observância de preceitos de higiene, no artigo de Tanajura não faltam elogios à solidariedade do povoado diante das doenças e da miséria. As críticas do médico baiano são dirigidas àqueles que, embora cientes das mazelas do povoado, nada faziam. Tanajura denunciava problemas políticos da alta administração dos estados, o que explicaria o abandono da localidade, e invocava o artigo 6º da Constituição de 1891, que previa a intervenção do governo federal para o restabelecimento da ordem.

Cruz faz a seguinte observação em seu relatório em agosto de 1910:

Nada do que se observa no Madeira, mesmo na região das cachoeiras, se pode comparar com o que se passa na vila de Santo Antônio do Madeira e que toca às raias de inverossímil em questão de insalubridade [...] A vila não tem esgotos, nem água canalizada, nem iluminação de qualquer natureza. O lixo e todos os produtos da vida vegetativa são atirados às ruas, se merecem este nome vielas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontram-se colinas de lixo apoiadas às paredes das habitações. Grandes buracos no centro do povoado recebem as águas da chuva e da cheia do rio e transformam-se em pântanos perigosos, donde se levantam aluviões de anofelinas que espalham a morte por todo o povoado. Não há matadouro. O gado é abatido em plena rua, a carabina, e as porções não aproveitadas: cabeça, vísceras, couro, cascos etc. são abandonados no próprio local em que foi a rês sacrificada, jazendo num lago de sangue. Tudo apodrece junto às habitações e o ar fétido que se desprende é indescritível. Sobre os organismos que vivem em tal meio, o impaludismo faz as maiores devastações que se conhece. A população infantil não existe e as poucas crianças que se veem têm vida por tempo curto. Não se conhece, entre os habitantes de Santo Antônio, pessoas nascidas no local: essas morrem todas. Sem o mínimo de exagero, pode-se afirmar que toda a população de Santo Antônio está infectada pelo impaludismo.

DO ARTIGO NA ÍNTEGRA

*Publicado no Jornal do Commercio de Manáos,
Manaus, em 5 de junho de 1911.*

REGIÃO DO MADEIRA

Santo Antônio

A crônica depreciadora, desde muito, vem apresentando este povoado com uma sombria recomendação, que desanima a quantos pensam empregar a sua atividade.

Não só do assunto das palestras como do noticiário da imprensa, esse preconceito aterrador está fazendo uma campanha deveras prejudicial, que, cada vez mais crescente, se corporiza numa condenação impatriótica, para maior infelicidade de uma povoação que requer elementos e auxílios para seu progresso.

A última palavra para referir o juízo de uma autoridade científica pôs o termo, por assim dizer, pela responsabilidade do ilustrado Dr. Oswaldo Cruz, a magna questão de salubridade, dizendo com franqueza o que pensa sobre este povoado, nas páginas de seu relatório apresentado à Empresa Madeira-Mamoré.

Todos o condenam, todos o criticam, baseados em geral nos fatos de observação acurada ou apoiados em notícias fidedignas, que não exageram o que deveras aqui se verifica.

Quem conhece o Santo Antônio refere a sua insalubridade por múltiplas causas, entre as quais ressalta a da falta de higiene num meio restrito, onde os pântanos se multiplicam, a montureira se empilha por toda parte, originando os muitos inconvenientes que se observam como uma ameaça à saúde dos recém-vindos.

As inúmeras faltas verificadas, abrangendo a habitação, a alimentação, o desprezo das medidas de higiene, a ausência de cuidados premonitórios estão aí a atestar que este infeliz povoado parece não figurar entre os da comunhão brasileira, pelo abandono do poder público.

Tudo, nele, por assim dizer, é criticado; as casas de moradia, em geral, são verdadeiras espeluncas, revestidas de cobertura inadequada, amontoadas umas sobre outras, sem estética, sem ordem, sem orientação, moldadas pela livre vontade de quem as constrói.

A água servida à população, captada em pequenos igarapés sujos, não sofre fiscalização alguma.

Os gêneros de primeira necessidade, ruins, em sua maior parte, são expostos ao consumo livremente, de par com as bebidas falsificadas e as frutas mal sazoadas, tudo obtido pela população por preço excessivo.

A via pública é abandonada, as ruas cobertas de mato, e somente devido ao cuidado do particular se nota um ou outro benefício raramente averiguado.

A justiça não se faz efetiva, não há policiamento, não há confiança, numa povoação digna de melhor sorte por sua situação geográfica e pelo largo futuro que nos promete.

O paludismo grassa epidemicamente e, nestes últimos tempos, a varíola vem fazendo sua incursão assenhoreadora.

A par de tudo isto, a emulação do vício concorre ainda mais para infelicitar uma população sofredora, em cujo número se encontram caracteres de destaque, espíritos de iniciativa, corações generosos, que precisam de estímulo para a execução de uma reforma inadiável que se torna imperiosa e urgente, neste pedaço do território brasileiro.

Toda esta população é contribuinte de impostos, paga-os sem protesto e, como uma satisfação a seus tributos, reclama diariamente as providências do poder público em seu benefício, sem que jamais se tornem efetivas.

Ultimamente, tristes espetáculos foram observados na evidência de organismos combalidos pela moléstia, abandonados nas ruas, outros recolhidos a alpendres, sofredores e abatidos, contando com o recurso único de corações generosos que lhe concederam a caridade do alimento.

Os mortos, aqueles que completaram o triste roteiro da existência que lhes marcara o destino, têm merecido a última homenagem do respeito, pelo favor de almas caridosas.

Não raro se tem observado cadáveres insepultos por mais de 24 horas!

Para comover quantos possuam coração, um longo relatório seria insuficiente para referir com todas as particularidades o que se passa neste povoado.

Para a apreciação pública, é bastante esse ligeiro quadro que apresento, com o íntimo sentimento de um brasileiro que assiste o sofrimento de irmãos sem remédio para suavizar as suas dores.

Faço-o com a responsabilidade inteira do meu nome individual, no duplo caráter de cidadão e de médico, sem preocupação ou interesse de suscetibilizar a quem quer que seja, tão pura e sincera é a minha intenção em bem servir à causa pública como um dever de patriotismo e de coração.

Procuro, nestas linhas, descrever a situação deste povoado para conhecimento e orientação dos que nos governam, máxime numa situação em que se encontra abandonado, pelo motivo do pleito que se discute entre os Estados do Mato Grosso e Amazonas, na questão de seus limites, sem que nenhum dos seus governos possa providenciar sobre os melhoramentos de que carece.

Sua situação nestes últimos tempos chegou a ponto de poder ser invocado em seu benefício o auxílio do governo federal previsto no artigo 6º da nossa Constituição, porque temos estado às portas da calamidade pública.

Já é tempo de voltarem vistas para este infeliz povoado. Devemos todos considerar que do seu saneamento resultará um benefício extraordinário e aumento da riqueza pública, pelos recursos de elementos novos que o procurarão, na faina das explorações industriais.

Porto de navegação do Madeira, concedendo trânsito alugado para a Bolívia, de cujas proximidades partem os colossais empreendimentos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da linha telegráfica que vai comunicar-se com o Mato Grosso, repositório, pode-se assim dizer, das riquezas dos rios Abunã, Mamoré, Jacy-Paraná e proximamente de uma parte do Acre, reclama a atenção dos governos que lhe devem prestar os cuidados precisos para os surtos de progresso a que se destina.

Agora mesmo, por um acaso feliz, depondo os olhos no brilhante manifesto do ilustre deputado Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, candidato à futura presidência do Estado de Mato Grosso, encontro algumas linhas dedicadas a este povoado, que merecem ser reeditadas aqui, para mais largo conhecimento público. Assim se exprime o mato-grossense ilustre sobre o Santo Antônio do Madeira:

“A população desta importante região do norte, que contribui com grande parte, senão a maior, das nossas rendas públicas, pela enorme distância que a separa dos demais centros populares do Estado e dificuldade de sua comunicação, ainda sofre a anomalia de viver quase fora do alcance de nossas leis e da ação da justiça e da autoridade, que ali só se manifesta no seu caráter meramente fiscal.

Reduzida, como está, à condição de simples contribuinte do erário, essa gente necessita de escolas aos filhos e de juízes que lhe apliquem as leis do Estado e lhe garantam os direitos e que se lhe facilitem também os meios de se habilitar para o exercício do direito eleitoral, de modo que possam esses mato-grossenses organizar o seu poder municipal e intervir pelos seus representantes, na gestão dos negócios públicos que a todos devem interessar.

Com ser difícil e custoso, não é menos justo nem descabido o seu desejo a uma organização equitativa que os coloque em situação igual à de outros habitantes do Estado e que se lhes concedam certos favores tendentes a facilitar o desenvolvimento dessa auspiciosa e promissora zona.

É o caso de felicitar a população deste povoado, após o conhecimento do juízo franco e sincero do ilustre candidato à presidência do Mato Grosso. E, pensando a responsabilidade do honroso cargo, além da recomendação tradicional do seu nome naquele Estado, é de se esperar que, uma vez investido dessa importante função, o ilustre Dr. Costa Marques possa realizar seu compromisso, expresso no criterioso comentário do seu manifesto, a respeito do Santo Antônio do Madeira.”

Circunstância única, que desanima aos que desejam o progresso deste povoado, é essa mesma arguida pelo ilustre político mato-grossense

de se achar ele distante das vistas do governo, não podendo este, por melhor que seja sua intenção, conhecer *de visu* as suas necessidades, nem ajuizar do merecimento daqueles que aqui mourejam em rude trabalho.

Oxalá possa o futuro presidente do Mato Grosso fazer uma organização digna do promissor município de Santo Antônio, agindo com despreendimento e interesse patriótico, para conceder a este povo infeliz os elementos de que necessita para seu bem-estar e engrandecimento.

Aqui ficam expressos os meus votos sinceros que são os de um brasileiro amante de seu país, sem outra preocupação que a da felicidade de uma população cujo infortúnio está a assistir com o coração confrangido, por uma assídua convivência de cerca de um ano.

Dr. Joaquim Tanajura

DA ANÁLISE⁴

Em junho de 1911, Dr. Joaquim Tanajura envia um artigo chamado Região do Madeira: Santo Antônio para ser publicado no *Jornal do Commercio*, de Manaus. Nesse texto, conta as suas experiências como chefe do serviço de saúde da Comissão e relata a situação de Santo Antônio do Madeira. Além disso, o artigo arrola um conjunto de críticas ao que, segundo ele, seriam fatores que impediam o desenvolvimento da cidade e apela às autoridades para que algo fosse feito com urgência pelo povoado.

Se, no relatório que Tanajura apresentou a Cândido Rondon em 1909, a análise dos costumes dos habitantes é marcada por um conjunto de críticas à falta de observância de preceitos de higiene, neste artigo, o que não falta são elogios à solidariedade coletiva, em meio às doenças e à miséria, atitude que, provavelmente, causou maior impressão ao médico. As crí-

⁴ Vital, André Vasques. **Comissão Rondon**, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”, de Joaquim Augusto Tanajura - uma outra visão do Alto Madeira em 1911. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* 18 (2) Jun 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000200013>

ticas, agora, são direcionadas a todos que apontam as mazelas do povoado mas nada fazem por ele.

O principal alvo de seu ataque é, como se pode ver em seu artigo, o poder público, seja ele o poder dos estados de Mato Grosso e Amazonas, seja ele o poder central. Menciona, também, o relatório de Oswaldo Cruz sobre as condições sanitárias de Porto Velho, onde também faz menção a Santo Antônio e ao abandono da vila. Tanajura continua o artigo apontando os problemas existentes no povoado, dentre eles as moradias inadequadas, a falta de água potável que provocava o consumo das águas contaminadas dos igarapés, os gêneros alimentícios que vinham deteriorados e, mesmo vendidos a preços altos, eram assim mesmo ingeridos e outros. O médico também destaca a marcha da varíola, crescente em diversas partes do Alto Madeira nessa época, como aponta também Lovelace em seu relatório, além de algumas consequências da crise sanitária.

O médico faz questão de ressaltar que suas denúncias foram feitas com base em suas impressões, responsabilizando-se por elas enquanto médico e cidadão patriota. No parágrafo a seguir, ele é mais ofensivo, a ponto de apontar problemas políticos na alta cúpula dos estados, o que demonstra seu conhecimento e engajamento nos problemas políticos locais.

Se, por um lado, as críticas de Joaquim Tanajura foram explosivas, acabaram por se tornar interessantes para o cenário político. Isso porque, ainda no seu manifesto, o médico apoiara a continuidade do PRC no governo de Mato Grosso, através da candidatura de Joaquim Augusto da Costa Marques, que, por sua vez, prometera fazer algo com relação ao povoado de Santo Antônio. E fez isso num jornal do Amazonas, onde o poder ainda estava sendo gerido pelo inimigo político de Hermes da Fonseca, no Norte. Portanto, o artigo não pode ser visto apenas como uma denúncia sobre as condições de abandono no Alto Madeira. Ele foi, também, a porta de entrada de Joaquim Tanajura no jogo político local.

Neste artigo, o médico teve condições de mobilizar a atenção do poder público, não pelas críticas somente, mas pela entrada no jogo político.

Com a publicação do artigo e a entrada de Joaquim Augusto da Costa Marques na presidência de Mato Grosso, algumas mudanças foram sentidas no povoado. A principal delas foi a vacinação contra a varíola e a organização de uma estrutura municipal, com a designação de um juiz para o local, a instalação de uma delegacia e a nomeação de um intendente municipal. Nos primeiros meses de 1912, Joaquim Tanajura deixou a Comissão para exercer o cargo de intendente do município de Santo Antônio do Madeira.

Consideramos que a interação de Joaquim Tanajura com a população local, por ocasião de sua viagem pelo rio Machado em 1909, foi importante para dar início ao processo que o afastaria da Comissão, dois anos depois. Em 1909, essa interação foi marcada pelas informações prestadas pela população, trabalhadores dos barracões da seringa, que ajudaram o médico a reconhecer os ciclos de doença na região. Ao mesmo tempo, os habitantes reconheciam e valorizavam a chegada de um médico na região, a ponto de sua fama chegar a Santo Antônio do Madeira. Entre 1910 e 1911, essa interação se ampliou e o médico, sentindo de perto a situação em que vivia a população do Alto Madeira, percebeu que a obra de construção da linha telegráfica poderia não ser suficiente para atender às necessidades mais imediatas da população. Essa é a segunda dimensão do rito de passagem que promoveu a transformação do médico baiano de membro da Força Policial do Distrito Federal em político e sanitarista do Alto Madeira. A nova relação estabelecida entre Joaquim Tanajura e os habitantes nos anos de 1910-1911 chamou também a atenção das elites, a ponto de as forças políticas locais vislumbrarem, em Joaquim Tanajura, a possibilidade de sanar o vazio de poder no povoado mais insalubre do Mato Grosso.

André Vasques Vital

Dr. Tanajura, o médico que salvou Rondon

Júlio Olivar

Quando da morte do lendário médico Dr. Joaquim Augusto Tanajura, o general Cândido Mariano da Silva Rondon homenageou-o escrevendo o seguinte para o jornal *A Noite*: ‘Foi ele quem salvou a minha vida (...) quando fui acometido de ataque de impaludismo. Não fosse o seu zelo e proficiência, eu teria perecido naquela ocasião’. Sem favor algum, Rondon também afirmara que Tanajura foi grande brasileiro, médico caritativo, benfeitor da humanidade.

As expedições protagonizadas por Marechal Rondon foram fundamentais para o nascimento de uma nova civilização: Rondônia. Várias cidades ao longo da atual BR-364 surgiram no entorno dos postos telegráficos. Das campanhas também resultaram preciosos estudos científicos acerca da fauna, da flora, dos povos indígenas e da cartografia.

Todos conhecem o histórico de Rondon, ou deveriam conhecer, pois estamos falando de um Herói da Pátria. Mas vale destacar que, junto com o patrono de Rondônia, outros personagens fundamentais contribuíram diretamente com a formação do nosso Estado. Entre eles, o médico Joaquim Augusto Tanajura, líder e maior referência na região durante quase três décadas.

Dr. Tanajura, como era conhecido, fez história como médico, político e homem de imprensa, sendo pioneiro, na região, nessas áreas. Destemido, meteu-se em polêmicas – inclusive com o médico sanitarista Oswaldo Cruz – nas lides partidárias.

Na Bahia, seu estado natal, era chamado de Dr. Tanajurinha, pois seu pai era o Tanajura-mor: o velho senador Dr. José de Aquino Tanajura, também médico. Desde cedo, assim como o progenitor, Tanajurinha teve pendor para a medicina e a política. Nascido em Conde, a 190 km da capital baiana, formou-se médico em 1900, aos 22 anos, pela Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, tendo defendido a tese Letalidade Infantil e Suas Causas. O tema sempre lhe foi caro, pois ele já fazia parte, ainda nos tempos de estudante, da Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil. Paralelo às atividades na medicina, escrevia para o jornal *Diário da Bahia*. Dado o prestígio e as relações granjeadas, e com o apoio do pai, foi eleito deputado em 1906.

Quando conheceu Rondon, aos 28 anos, estava no início do mandato de deputado federal e na então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Dr. Tanajura incorporou-se como médico à Força Policial do Distrito Federal, com a patente de primeiro-tenente, quando aceitou o maior desafio de sua vida: agrupar-se à Comissão Rondon. Cinco médicos já tinham tomado parte do grupo e desistido das campanhas marcadas por situações de alto risco, atravessando a pé, em lombo de animais e em canoas improvisadas milhares de quilômetros de florestas e corredeiras.

Era 1909, quando Dr. Tanajura assumiu o posto de chefe de saúde da Comissão Rondon. E nesta função permaneceu até 1912, quando decidiu fixar residência na insalubre cidade de Santo Antônio do Rio Madeira, ponto final das linhas telegráficas implantadas desde Cuiabá (MT) como parte da política de integração nacional.

Santo Antônio ficava no extremo norte do estado do Mato Grosso. O município possuía a maior área territorial do planeta, 364 mil quilômetros quadrados, acima do tamanho atual de todo o estado de Rondônia. Embora com essa grandeza, em 1911, a sede do município contava somente 240 casas e 827 moradores. Era, de fato, uma vila. Porém, absolutamente agitada.

A cidade era chamada no Sudeste de Inferno Verde ou Terra Desconhecida e considerada área de degredo. No início de 1911, recebeu o navio Satélite, trazendo 444 presos políticos do Rio de Janeiro enviados pelo presidente Hermes da Fonseca. Entre eles havia 105 marinheiros, que toma-

ram parte da histórica Revolta da Chibata. Episódio que levou o senador e então presidente da Academia Brasileira de Letras, o baiano Ruy Barbosa, a apelidar Santo Antônio, da tribuna do Senado, de “a antecâmara do inferno”.

O fluxo migratório em Santo Antônio já existia desde o século XVII, com os jesuítas, expulsos da região pelos indígenas. A partir de 1870, havia vários casebres na insipiente vila, onde seria o ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que acabou transferido para Porto Velho. A população começou a criar raízes em Santo Antônio a partir de 1895, por conta da extração e do comércio de látex comandados pelo Rei da Goma, o poderoso e temido boliviano Nicolás Suárez Callaú.

A cidadezinha, mesmo com poucos moradores, tinha uma grande efervescência econômica por conta do comércio fluvial de borracha, peles e drogas do sertão, além dos milhares de operários da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em construção entre 1907 e 1912, cujo marco-zero ficava a 7 km, em Porto Velho, no estado do Amazonas. Fora esse trecho da ferrovia, todo o resto, ou seja, 359 km, passava dentro do município de Santo Antônio, com seu ponto final na estação de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia.

Em toda a zona que compreendia Santo Antônio, eram estimados, pelo governo do Mato Grosso, 18 mil moradores, entre seringueiros, quilombolas e indígenas, fora os trabalhadores temporários. Além da ferrovia, o Forte Príncipe da Beira, rios como o Madeira, Jamari, Ji-Paraná e Guaporé, seringais dos mais movimentados do mundo, compunham sua circunscrição.

Entre idas e vindas ao Rio de Janeiro, Dr. Tanajura já tinha forte ligação com Santo Antônio, mesmo antes de morar na vila. Entretanto, ele estava ausente da região quando da passagem do lendário Dr. Oswaldo Cruz, vindo do Rio de Janeiro a serviço da empresa Madeira-Mamoré Railway Company do norte-americano Percival Farquhar. A visita ocorreu em 1910 e objetivava traçar o plano profilático para conter, principalmente, a malária e a febre-amarela, além da febre tifoide, influenza e varíola que devastavam a região.

O cenário era desalentador. Naquele ano de 1910, morreram 417 trabalhadores vítimas das doenças tropicais, e alguns por exaustão. Durante os cinco anos da obra da ferrovia, foram sepultados no Cemitério da Candelária 1593 corpos de operários.

Em sua histórica viagem, Dr. Oswaldo Cruz esteve acompanhado do também cientista Belisário Augusto de Almeida Pena. Em carta ao amigo, e mais tarde seu biógrafo, Egídio Salles Guerra, Cruz deixou claro que [a região] era um verdadeiro horror, do ponto de vista sanitário. “Creio que no inferno não haja região análoga. Pretendo permanecer aqui uns 20 dias para formar um juízo sobre todas as questões que me interessam.”

Oswaldo Cruz passou a residir, no curto período de 29 dias, no Hospital da Candelária e viajou até o povoado de Generoso Ponce (atual distrito de Jaci Paraná) para concluir seu relatório. Como medida urgente, o médico propôs a quinização compulsória da população.

O gado era abatido em vias públicas à bala de carabina, suas vísceras e cabeças abandonadas em ruas pantanosas. A despeito da malária, Dr. Oswaldo Cruz radicalizou: só tinha a doença quem queria. Segundo ele, as vítimas eram recalcitrantes, teimosas ou surdas, que não querem ouvir os conselhos dos médicos, que são repetidos a todas as pessoas e a todo instante: tomar diariamente a quinina e dormir debaixo de mosquiteiros.

Os apontamentos de Dr. Oswaldo ratificavam as impressões do próprio marechal Rondon sobre Santo Antônio: Povoado de aspecto tão feio, constituída a população de aventureiros, vindos de todas as partes do mundo, cheia de vícios, alcoólatras, parece ter querido erigir um padrão de glória o desprezo pela higiene e asseio.

O teor do relatório do Dr. Oswaldo Cruz, resumido a duas páginas, desagradou ao Dr. Joaquim Tanajura. Talvez por não ter sido citado como um dos mais empenhados no combate às doenças tropicais. Ele tinha a estatura moral e o conhecimento prático, além do científico, para traçar melhor quais seriam os encaminhamentos que a Madeira-Mamoré deveria adotar.

As atribuições formais de Tanajura se resumiam a dar anteparo aos homens que compunham a Comissão Rondon. No entanto, ele acudira a inúmeros seringueiros e as famílias deles, que compunham a grande massa de moradores da região.

Em resposta ao emérito cientista – que afirmara que a única saída para Santo Antônio seria “atear fogo em tudo” –, Dr. Tanajura adotou um discurso baseado em preceitos sociológicos publicado em artigo do *Jornal do Commercio*, de Manaus, intitulado “Região do Madeira: Santo Antônio”. Ele inicia o longo texto dizendo que a crônica, depreciadora, há muito vem apresentando este povoado com uma sombria recomendação, que desanima a quantos pensam empregar a sua atividade (...). E em certo trecho, atribui às debilidades ao fato de que este infeliz povoado parece não figurar entre vos da comunhão brasileira, pelo abandono do poder público.

O caso era tão grave que, em 1911, Porto Velho chegou a isolar a rota de tráfego com Santo Antônio por conta do flagelo da febre amarela e da varíola que matava todos os dias. A situação colocava em suspense o operariado da ferrovia. Foi quando o governador do Mato Grosso, Joaquim Augusto Costa Marques, decidiu pedir ajuda ao Governo Federal para dar um jeito na situação de isolamento daquele povo.

O município havia sido criado, em 1908, ano em que foi emancipado de Vila Bela da Santíssima Trindade. Mas ainda não havia sido instalado, o que ocorreu efetivamente em 1912, quando Dr. Tanajura apeou de vez da Comissão Rondon, filiou-se ao Partido Republicado Conservador Mato-grossense e foi nomeado o intendente-geral (o mesmo que prefeito) de Santo Antônio. Ficou no cargo até o final de 1914.

Competente como gestor e acostumado a desafios, o médico-prefeito desenvolveu ações afirmativas de grande repercussão, tanto nas questões sanitárias que mais o preocupavam, quanto no urbanismo, na educação e na vida social.

Ele exercia um papel de pregador com relação à conscientização da comunidade, fazendo coro ao lema “A vida sem literatura e sem quinino é morte”, *slogan* do jornal *The Porto Velho Marcanigran*. O quinino era

medicamento usual para se combater a malária, distribuído gratuitamente à população do Alto Madeira pela EFMM.

Dr. Tanajura teve a iniciativa de criar uma alternativa modesta ao Hospital da Candelária, sediado em Porto Velho, e que pertencia à Estrada de Ferro M-M. Ele abriu à população em geral a enfermaria da Seção Norte da Comissão Rondon. Atendia junto com outro médico, Francisco Rocha. A medida gerou bons resultados. O movimento do Hospital da Candelária caiu, ao final de 1912, de 120 para 60 pessoas por dia; as mortes, de 419 para 209 ao ano. Já a mortalidade infantil caiu 46%. As principais causas de mortes de crianças eram malária, bronquite e pneumonia.

A população alimentava-se muito mal. Aliás, a caricatura que se fazia da época era de que o álcool servia como a base da alimentação do povo. Ingeria-se água dos rios e igarapés, infectadas pelas fossas das latrinas que ficavam aos fundos dos quintais próximos aos leitos d'água.

O prefeito editou o Código de Postura Municipal de Santo Antônio, prevendo multas e sanções para aqueles que não cuidassem da higiene própria e da comunidade. Visionário e sabedor de que a saúde não existe sem a educação, o médico contrariou a figura de retórica de que Santo Antônio era uma cidade sem crianças. Foi ele quem criou a primeira escola da região, que hoje compreende Rondônia, na qual matriculou 68 alunos. O Grupo Escolar Mário Correia foi dirigido, em períodos diferentes, pelas professoras Constanza Pestana Pires e Maria Bringel Siqueira. No final de 1913, começaram as aulas noturnas para adultos dirigidas por Júlio Nery, escrivão da agência fiscal do Estado.

Ainda em 1913, o prefeito implantou o jornal ufanista *Extremo Norte* para destacar ações dele próprio. No mesmo ano, Tanajura instalou a luz elétrica na vila e, às margens do Rio Mutum-Paraná, projetou o Centro de Atenção Indígena, que não foi concluído.

Mesmo atuando como médico caritativo – como no dizer de Rondon –, Dr. Tanajura continuava atuando também como médico particular, inclusive tendo acionado a justiça para receber honorários de quem podia lhe pagar,

conforme comprovam documentos arquivados no Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia.

E mesmo com os avanços profiláticos verificados na gestão de Tanajura, persistia o êxodo em Santo Antônio, agravado em 1914 por conta da queda da cotação do látex no mercado internacional, em razão da concorrência das colônias asiáticas.

Com o declínio econômico e a queda dos conservadores que lhe davam sustentação junto ao governo mato-grossense, Dr. Tanajura tratou de deixar Santo Antônio do Rio Madeira e transferiu seu domicílio eleitoral para Porto Velho, cidadezinha mais ao sul do Amazonas. Publicou um panfleto com a despedida:

Ao despedir-me desta terra (...), tenho a consciência tranquila de ter cumprido o meu dever; e se as decepções me sobram no serviço público, jamais me levarão ao arrependimento de haver dedicado minha atividade em favor desta terra que, pertencendo ao Mato Grosso, tem o direito de merecer o amor de qualquer brasileiro (...). Não pretendi e não solicitei posições oficiais no Estado (...). Quando aceitei o cargo de prefeito, não me animava nenhum interesse pessoal (...). Aqui me tendes para o trabalho de desbravamento dos nossos sertões e como um propagandista do vosso valor.

Em 1916, Dr. Tanajura foi escolhido o segundo prefeito de Porto Velho, o primeiro, vale sublinhar, eleito pelo voto direto. Tornou-se muito popular, principalmente porque adquiriu o jornal *O município*, o primeiro em língua portuguesa editado em Porto Velho, que ele alterou o nome para *Alto Madeira*. Nas páginas do jornal, Tanajura falava bastante de si. Embora com prestígio na capital do país e com predicados intelectuais indiscutíveis, Dr. Tanajura comportava-se como de fato o era: político paroquial. Segundo seus desafetos, ele adorava uma birita, era pé de valsa e promovia festas com direito a mordomos, mesmo vivendo em uma corrutela.

Nas páginas do jornal, Tanajura era o intrépido e ferino polemista que chamava os adversários políticos de perrengues, gíria da época para designar preguiçosos. Mesmo estando a morar em Porto Velho, ele não perdoava o prefeito Salustiano Alves Correa (mais tarde promotor de justiça que conduziu a audiência pública, em Guajará Mirim, em 1943, quando da criação do Território do Guaporé), ligado ao Partido Republicado do Mato Grosso. Salustiano, ou Seu Salu, sucedeu Tanajura em Santo Antônio e era chamado pelo desafeto de incompetente, simples lavrador, despreparado, e que estava deixando que a cidade voltasse ao horrível aspecto de sujeira anterior. Para se defender do Alto Madeira, Salustiano também abriu um jornal, o *Norte do Matto-Grosso*, que Tanajura tratava como panfleto desqualificado. As brigas eram permanentes e culminaram até em troca de tiros e um assassinato entre militantes conservadores e republicanos, nas eleições municipais de 1918.

O maior inimigo de Dr. Tanajura era o pernambucano Vulpiano Tancredo Machado, promotor de Justiça que tomou posse do cargo em 1912 na comarca de Santo Antônio, no mesmo ano em que o médico assumiu a prefeitura. Vulpiano era militante republicano e estava no centro de todas as confusões contra o médico. Transferido para o Rio de Janeiro, de lá, o ex-promotor concedia entrevistas à imprensa, dizendo que Tanajura era o homem dos altos negócios [mas não citava exemplos de quais seriam os atos reprováveis], com absoluto controle e poder de mando, perseguindo e retalhando os críticos com a ajuda do juiz de direito José Júlio de Freitas Coutinho e do coronel Leopoldo Moraes de Mattos, o todo-poderoso delegado-fiscal.

Entre uma polêmica e outra, o médico seguia morando em Porto Velho. Além de alcaide, também foi deputado estadual pelo Amazonas, eleito em 1917 e 1922. Em 1923, voltou a ser eleito prefeito e foi neste segundo mandato que instalou a prefeitura no histórico prédio da Ladeira Comendador Centeno. À época, como podemos deduzir, era possível ser deputado e prefeito ao mesmo tempo. Em Manaus, era criticado pela imprensa, que o chamava de Mandarin de Porto Velho, pelo seu suposto caráter centralizador.

Manifestação ao Dr. Joaquim Tanajura

Júlio Olivar



Santo Antônio do Rio Madeira - Manifestação ao Dr. Joaquim Tanajura. Em frente a sua residência, após o almoço, reúnem-se manifestantes e manifestados.

Fonte: O Malho Ano XI, nº 521 - Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1912.

Na área de saúde, o prefeito funda a Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e seus afluentes. E não deixou de exercer sua profissão. Atendia em domicílio e na Clínica Médica Dr. Tanajura, que oferecia consultas apenas das 8 às 10 horas, à Rua da Palha (atual Natanael de Albuquerque). No anúncio que fazia no jornal, deixava bem claro que, na clínica, não tratava de política: "Só atendo clientes". Anunciava tratamento moderno pelos *philacogenos* e "*aplicação de injeções*".

Afora a política e a imprensa, nosso ilustre perfilado era ativista da maçonaria e apaixonado por futebol. Em 1919, foi o primeiro presidente eleito do azul e branco Ypiranga Sport Club. O médico vivia entre Manaus e Porto Velho. A cada volta, era saudado com vivas e discursos no porto, como era comum, à época, nas recepções aos homens gradados. Em meados da década de 1920, ele mudou-se em definitivo para a capital amazonense, de onde foi prefeito entre 1929 e 1930, até a posse de Getúlio Vargas na presidência do Brasil, em outubro daquele ano.

Permaneceu por vários anos em Manaus. Por lá, presidiu o Nacional Football Club. Em 1934, tornou-se secretário-geral da Liga das Nações e cumpriu sua última missão junto do General Rondon, a quem acompanhou à região colombiana de Letícia, para dirimir diplomaticamente conflitos fronteiriços entre Peru e Colômbia. Ao final da missão, foi condecorado pelos governos dos dois países.

Em 1940, Dr. Joaquim Augusto Tanajura deixou Manaus, mudando-se para Curitiba. Na capital paranaense passou a atuar como médico da Polícia Militar. Em 19 de junho de 1941, estava viajando para o Rio de Janeiro, sentiu-se mal em São Paulo, capital, sendo internado no Instituto Paulista de Medicina, onde morreu, aos 63 anos. Era casado com Flora Ferreira de Carvalho e deixou duas filhas.

Sua morte teve repercussão na imprensa nacional. O jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, publicou em destaque a notícia de que Dr. Tanajura era trabalhador incansável, dedicado como poucos aos serviços da sua pátria e ao sacerdócio da sua profissão (...), “desde 1909 vem ocupando cargos de rigoroso sacrifício, atravessando os territórios inóspitos do país como um verdadeiro sertanista”.

Somente em 1945 Santo Antônio deixaria de existir enquanto município independente, sendo incorporado a Porto Velho, que, desde 1943, havia sido elevada a capital do território federal do Guaporé. Uma cidade tornou-se extensão da outra. E ninguém mais que Dr. Tanajura foi o elo entre essas duas civilizações que deram origem à fisionomia rondoniense, composta em parte pela região Centro-Oeste e, outra, pelo Amazonas.

Tanajura merecia muito mais reconhecimento e que seu nome fosse dado a vários logradouros, inclusive a sede da Assembleia Legislativa de Rondônia, que os deputados batizaram como Palácio Marechal Rondon. O próprio Rondon, que empresta seu nome ao estado (Rondônia significa Terra de Rondon) ficaria muito feliz ante a homenagem justa àquele que fora médico pioneiro, sertanista e o primeiro deputado eleito pelo povo porto-velhense.



Joaquim Augusto Tanajura **[1878-1941]**

Médico, militar e político. Nasceu na Bahia em 31 de outubro de 1878 e faleceu em São Paulo em 1941. Era chamado de Tanajurinha, pois era filho caçula do senador Dr. Tanajura e Antônia Francisca. Passou sua infância entre o sítio Bom Jardim de São José (Lagoa) e a fazenda Coqueiros, tendo feito seus primeiros estudos em Vila Velha, na escola do professor Dario de Castro Ramos. Terminou seu curso primário em Rio de Contas. Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 8 de dezembro de 1900, com a idade de 22 anos. Defendeu a tese “Letalidade infantil e suas causas”, aprovada com distinção. Foi 1º Tenente da Força Policial do Distrito Federal no Rio de Janeiro. De abril de 1909 até 1912, foi Chefe do Serviço de Saúde da Comissão Rondon. Em 1909, foi considerado o médico mais atarefado do Brasil, durante o inverno e a primavera daquele ano. Participou do Serviço Médico da Comissão Rondon – CLTEMTA, de abril de 1909 até a inauguração da linha telegráfica (Botelho de Magalhães, 1919). Em 5/6/1911, publicou o artigo “Região do Madeira: Santo Antônio”, no *Jornal do Commercio*, de Manaus, contestando o laudo de Oswaldo Cruz sobre a conduta sanitária na cidade de Santo Antônio das Cachoeiras do Madeira. O Dr. Francisco Rocha também atendia naquela cidade. Foi o primeiro intendente municipal de Santo Antônio do Rio Madeira, de 1912 a 1915. Em 15/4/1917, funda o jornal *Alto Madeira*. Foi o segundo prefeito de Porto Velho, atuando

por duas gestões, em 1917 e em 1922. Em outubro de 1914, como prefeito de Porto Velho, construiu a primeira sede própria da prefeitura. Contribuiu junto à saúde pública para diminuir a mortalidade infantil e agiu como um verdadeiro sacerdote na causa da educação ambiental e da luta para combater o impaludismo. Fundou a primeira escola em Santo Antônio, no território onde hoje se situa Rondônia. O primeiro clube esportivo, chamado Ypiranga, o teve como um dos fundadores. Atuou na Maçonaria e foi eleito deputado estadual pelo Amazonas, por duas legislaturas. Ganhou grande destaque como “O defensor do Alto Madeira”.

Em 1923, foi eleito novamente pelo voto popular. Fez brilhante administração, dotando o município de obras de infraestrutura, saneamento, e melhorando o sistema educacional. Foi eleito deputado estadual pelo Amazonas, transferindo-se para Manaus. Posteriormente, foi eleito prefeito de Manaus, dotando a velha cidade obras sociais que ainda hoje são utilizadas pela população. Foi prefeito de Manaus de 1929 a 1930. Projetou-se nacionalmente como secretário geral da comissão mista de limites entre o Brasil, Peru e Colômbia. Por esta atuação, foi condecorado pelo governo da Colômbia com a Ordem da Cruz de Bogotá, no grau de oficial; e com a insígnia e diploma da Ordem del Sol del Peru. Foi um grande orador, escritor e pensador.

Em 1940, deixou com grande pesar o estado do Amazonas e passou a residir em Curitiba, Paraná, onde assumiu o posto de médico da Polícia Militar. Depois de 1 ano, deixa a capital paranaense e viaja para o Rio de Janeiro, vindo a adoecer gravemente na sua passagem pela cidade de São Paulo, onde foi internado no Instituto Paulista de Medicina, falecendo em 19 de junho de 1941. Em Livramento, existe uma rua com seu nome, a rua Dr. Joaquim Augusto Tanajura, no centro da cidade, próxima ao bairro do Tomba. Tanajura é considerado como o Patrono da Medicina de Rondônia.

Referências

http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2012/08/joaquim-augusto-tanajura_28.html

A imagem aqui publicada foi colorida pelo pesquisador Luis Claro, de Porto Velho.

O Navio Satélite e Santo Antônio do Madeira⁵

Entenda a História

O contexto era algo parecido com o clima que vivemos agora. A cidade do Rio de Janeiro vivia ainda um clima de periódicas revoltas populares, dentre as quais, a mais famosa foi a Revolta da Vacina.

O processo denominado ‘Bota Abaixo’, caracterizado pela expulsão em massa da população mais pobre que habitava o que é, hoje, o centro comercial da cidade do Rio de Janeiro, com a demolição de todas as suas habitações – ação governamental que está na raiz do desenfreado processo de favelização atual – se concretiza com a inauguração da ‘Avenida Central’ (hoje, Av. Rio Branco) e inúmeros prédios estilosos, entre os quais, um Teatro Municipal bordado a ouro. O mote propagandístico do ‘Bota Abaixo’ era: “O Rio civiliza-se!”

Em 1910, sob o pretexto da repressão aos marujos da Revolta da Chibata, comandada por João Cândido Felisberto, o ‘Almirante Negro’, o governo aprisiona populares ‘desocupados’, operários e motorneiros de bonde grevistas, capoeiristas, prostitutas etc., qualquer pessoa incômoda ao regime, e, simplesmente, aprisiona um grande grupo delas num navio cargueiro que as levaria para o degredo e a morte nas selvas do Acre.

⁵ Santo, Spirito. **100 anos do Natal da Chibata**. 24 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://spiritosanto.wordpress.com/2010/12/24/100-anos-do-natal-da-chibata/>.

João Cândido e mais 17 companheiros, por força de protestos da embaixada inglesa (João havia feito um curso de especialização em Liverpool e fizera amigos entre a oficialidade da armada de lá), são presos na Ilha das Cobras, onde a maioria foi assassinada, asfixiada por ácido fênico, lançado à cela para simular um acidente. Só João Cândido e um companheiro chamado “Pau da Lira” sobreviveram.

Os presos civis seriam entregues à chamada ‘Missão Rondon’ para cumprirem – sem julgamento algum – trabalhos forçados na selva. Muitos morreram de doenças ou comidos por bichos. No grupo de prisioneiros estavam seis ou sete líderes da Revolta da Chibata, que o comandante recebeu ordens de fuzilar sumariamente em alto mar.

Na peça teatral que escrevi narrando estes fatos horrorosos, típicos do sistema de terrorismo de estado vigente naquela época, há a narração verídica do diário de bordo do famigerado navio mausoléu:

Trecho da peça teatral *Exuchibata*, escrita em 1994, por este vosso criado

...Voz (do capitão)

O navio ‘Satélite’ que, 100 anos atrás, em dezembro, transportou degredados – ‘vagabundos’ e ‘desocupados’ – e marinheiros para as selvas do Acre.

A partida do porto do Rio de Janeiro foi a 25 de dezembro, pelas onze horas da noite. A descarga do navio iniciou por volta da meia noite de 24 e terminou por volta das 22 horas do dia 25 e, ato contínuo, deu-se o embarque do pessoal para os porões que estavam imundos, devido ao carregamento de açúcar bruto... Nestas condições partimos, levando 105 ex-marinheiros, 292 vagabundos, quarenta e quatro mulheres e cinquenta praças do Exército.

No dia 26, adoeceu um dos nossos foguistas. Fiz subir um dos prisioneiros, a fim de substituir o doente. Este denunciou que nos porões se tramava uma revolta, comandada pelo ex-mari-

nheiro Hernani Pereira dos Santos, vulgo Sete. No dia 27. Com os inquéritos, alguns marinheiros foram algemados.

No dia 1 de janeiro, quando entrava o ano de 1911, estávamos já fora da barra e me afastei da costa para serem fuzilados seis homens, o que fizeram às duas horas da manhã, porém, dois, sendo um o Chaminé, se atiraram ao mar, morrendo afogados, visto que estavam com os pés amarrados.

No dia 2 de janeiro, às 23 horas, foram fuzilados mais dois marinheiros. Ao todo, foram mortos 9 bandidos que conduzíamos...

No dia 3 de fevereiro, foram entregues ao Capitão Rondon duzentos homens, conforme ordem do governo. Os restantes teriam que descer com eles, deixando-os pelas margens do rio. Os seringueiros, ao longo do rio, iam pedindo homens e, assim, no mesmo dia, ficamos livres das garras de tão perversos bandidos.

Navio Satélite

Rio de Janeiro, 5 de março de 1911

Diário de bordo do Capitão Carlos Brandão Storry

Desterrados da Amazônia⁶

A Amazônia da década de 1900 poderia muito bem se enquadrar nos desenhos dos antigos mapas de navegação, que ilustravam com monstros tenebrosos as regiões desconhecidas. Era um lugar inóspito, com doenças e perigos pouco conhecidos do resto do país. No entanto, alguns desbravadores estavam por lá, apoiados em mão de obra barata, quase escrava, para explorar a floresta. Os grupos se dividiam entre ricos donos de seringaais e desbravadores ligados ao governo, que queriam promover o desenvolvimento no território com iniciativas como a construção de linhas telegráficas na região, orquestrada pelo coronel Rondon, e a lendária estrada de ferro Madeira-Mamoré. E era para essas obras de grande porte, no meio da selva amazônica, que seguiam muitos dos cidadãos indesejados do novo regime, detidos na Capital da Nação. Os acontecimentos de dezembro de 1910 anteciparam o despejo de mais um lote desses desterrados na região.

Embora não tivesse decretado o Estado de Sítio, o governo havia lotado as prisões cariocas, e livrar-se daquelas pessoas tornou-se uma necessidade para as autoridades. Assim como acontecera antes com os participantes da Revolta da Vacina, em 1904, o destino estava definido. Iriam trabalhar na extração da borracha e nas obras de infraestrutura da Amazônia.

Era noite de 24 de dezembro, quando o navio Satélite partiu secretamente do Rio de Janeiro, levando 441 pessoas. No relatório do comandante do navio constam 105 ex-marinheiros e rebeldes do Batalhão Naval, 44 mulheres e 292 vagabundos, isso, conforme o documento oficial. O nome

⁶ www.projetomemoria.art.br/JoaoCandido/saibamais2.html.

de João Cândido chegou a ser incluído na lista do Satélite mas foi retirado. Se fuzilado e jogado no mar, como foram dez de seus companheiros de revolta, segundo o diário de bordo do Satélite, poderia ter virado um mártir.

Alguns marujos tinham uma cruz na frente do nome. Partiram do Rio mas nunca chegaram à Amazônia, foram fuzilados durante o trajeto de mais de 30 dias. Em alto mar, as contas da Revolta da Chibata foram acertadas. Marinheiros pagaram com suas vidas. Enfurnados no porão da embarcação, os que resistiram concluíram o acerto em solo amazônico, com temperatura de mais de 40 graus, sem recursos nem ajuda médica, sem guias ou orientação para a sobrevivência.

A chegada na Amazônia chocou quem viu de perto a situação dos desterrados. Numa carta ao então senador Rui Barbosa, Booz Belfort de Oliveira, integrante da comissão do coronel Rondon, contou o que viu. O relato foi publicado no livro de Edmar Morel. “[...] os desgraçados foram guindados, como qualquer coisa, menos corpos humanos, e lançados ao barranco do rio. Eram fisionomias esgueldelhadas, mortas de fome, esqueléticas e nuas, como lêmures das antigas senzalas brasileiras. As roupas esfarapadas deixavam ver todo o corpo. As mulheres, então, estavam reduzidas às camisas.”.

De acordo com os relatos de Oliveira, despejados na Amazônia, homens e mulheres do Satélite foram leiloados em lotes, como num leilão de gado. Os seringueiros olhavam e tentavam encontrar na exposição dos corpos quase nus algum sinal de que o dono daquele corpo lhes pudesse ser útil no seringal. Os que sobraram foram entregues à Comissão Rondon. Mesmo acostumados a servir, muitos ex-marinheiros se rebelaram contra as condições de trabalho na floresta. Foram fuzilados na frente de toda a comissão, para que servissem de exemplo. E Oliveira completa, concluindo o destino dos que embarcaram no Satélite: “[...] e, desta maneira, os outros todos foram dizimados, ou pelas balas, ou pela malária. Desapareceram em meio à floresta.”

A Revolta da Chibata [1910]

À noite, em 22 de novembro de 1910, eclodiu, no Rio de Janeiro, a revolta da chibata, devido aos castigos corporais sofridos pelos marujos, que eram punidos com chibatadas como na época da escravidão. Após Marcelino Menezes ter recebido, como castigo, 250 chibatadas, no encouraçado Minas Gerais, a marujada, composta por 90% de negros pobres, rebelou-se. O movimento tramado por marinheiros, como Francisco Dias Martins, o Mão Negra, e os cabos Gregório e Avelino, teve como porta-voz o timoneiro João Cândido.

O Mestre Sala dos Mares era prestigiado pelos colegas, sendo, com frequência, designado para exercer liderança a bordo, inclusive, em suas viagens por países da Europa. Na Marinha, João Cândido devido a seu bom comportamento nunca sofrera castigos físicos. Em 1910, foi enviado à Inglaterra, para conduzir o encouraçado Minas Gerais ao Brasil.

Durante a viagem inaugural do Minas Gerais, João Cândido e companheiros ficam sabendo do movimento em prol da melhoria das condições de trabalho que exerciam os marinheiros britânicos entre 1903 e 1906. Tomaram conhecimento, também, da insurreição dos russos embarcados no encouraçado Potemkin, em 1905, que, em 1925, se tornaria tema de filme.

No calor da luta, quando eclodiu a revolta, três oficiais e o comandante do encouraçado Minas Gerais, João Batista das Neves, foram mortos, trazendo consequências trágicas para os envolvidos. O motim se estendeu a outros navios e seus comandantes foram destituídos. Além do Minas Gerais, os marujos tomaram os navios Bahia, São Paulo, Deodoro, Timbira e Tamoio, hasteando bandeiras vermelhas e um pavilhão: Ordem e Liberdade.

Cerca de 2.300 homens comandaram os navios de guerra, direcionando mais de 80 canhões para o Palácio do Catete (RJ). Além da anistia, os marujos exigiam o fim dos castigos, aumento do soldo e redução da carga horária. Em 25/11/1910, o presidente Hermes da Fonseca (1855-1923) lhes deu anistia, porém, três dias depois, decretou as expulsões da Marinha e prisões. Os marujos foram surpreendidos, após devolverem os navios aos oficiais: haviam sido traídos. Na imprensa, neste ínterim, alguns periódicos começaram a criticar a fragilidade do governo e da Marinha ao concederem a anistia aos revoltosos. Alguns membros da Marinha, inclusive, de alta patente, faziam declarações públicas no mesmo sentido. Os jornais da época registram que a população local teve o reflexo de buscar abrigo fora do centro da cidade e das regiões litorâneas, temendo os canhões dos poderosos navios que estavam apontados para o Palácio do Catete. Embora o receio, uma parte da imprensa manifestou simpatia pelas reivindicações dos marujos.

O Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Musecom), instituição fundada em setembro de 1974, em Porto Alegre, guarda e preserva, em sua hemeroteca, jornais e revistas deste período, nos quais o pesquisador tem a oportunidade de constatar a forma como A Revolta da Chibata (1910) foi divulgada na época. Um exemplo do registro desta história é a revista *Careta*, de 10 de dezembro de 1910, que faz parte do acervo da Instituição. Esta traz uma charge com o título A disciplina do futuro: “Eu to vendo que nom guento ocês sem chibata, onde oficiais de carreira reverenciam a figura de João Cândido no encouraçado Minas Gerais.”. Atualmente, o Musecom, responsável por este valioso acervo, é dirigido pelo arquivista e jornalista Yuri Victorino.

Mortes e dor

Acusados de outro levante, no Quartel da Ilha das Cobras, que, segundo alguns pesquisadores poderia ter sido forjado pelos próprios oficiais da Marinha, o governo recebe plenos poderes do Congresso para agir, sendo a ilha cercada e bombardeada. Cerca de 100 marinheiros são presos e enviados para os porões do navio Satélite, junto a ladrões, prostitutas e

desocupados recolhidos pela polícia. A proposta era de limpar a capital, enviando-os para trabalhos forçados na Comissão Rondon, ou para serem deixados na floresta amazônica. Na lista de nomes, que foi entregue ao comandante do Satélite, alguns eram marcados por uma cruz vermelha. Estes morreriam fuzilados e depois seriam jogados ao mar.

Dezoito líderes foram presos na solitária da Ilha das Cobras. Neste local, João Cândido e outro marujo sobreviveram. Os outros 16 morreram sufocados, devido à evaporação da cal misturada à água para lavar o local. Marques da Rocha, comandante do Batalhão Naval, capitão-de-fragata, por motivos desconhecidos, levou as chaves da cela e foi passar a noite de Natal no Clube Naval, embora morasse na Ilha. Sem as chaves, a guarda da madrugada, mesmo ouvindo os gritos de dor e pavor, não conseguiu abrir a cela. Quando o comandante Marques da Rocha retornou à ilha, às oito horas da manhã, já era tarde demais... O Natal dos companheiros do Mestre-Sala dos Mares fora de sofrimento e morte.

O desfecho

O médico da Marinha deu como causa das mortes insolação, e o comandante Marques da Rocha foi absolvido em Conselho de Guerra, além de ser promovido e recebido em jantar oferecido pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1855-1923).

No ano de 1911, o Mestre-Sala dos Mares foi internado como louco no Hospital dos Alienados sob o choque emocional de presenciar a morte dos companheiros de cela. Ao obter alta, retornou para a prisão da Ilha das Cobras, saindo em 1912. Estigmatizado como rebelde e perigoso à sociedade, foi expulso da Marinha. João Cândido viveu o resto da vida pobre, como estivador e vendedor de peixe, na Praça XV, do Rio de Janeiro.

Em 1917, a sua primeira esposa faleceu e João Cândido começou a trabalhar como pescador para sustentar a família. Casou-se novamente, porém, sua segunda esposa suicidou-se, no ano de 1928. Dez anos após esta tragédia, outra voltaria a ocorrer, mas desta vez com uma de suas filhas. O Mestre-Sala dos Mares se casou três vezes e teve 11 filhos.

João Cândido não tinha por hábito comentar sobre a Revolta da Chibata com seus filhos. De acordo com dona Zelândia e Candinho, seu filho menor, era comum escutá-lo falar do levante na rua ou das homenagens públicas recebidas por ele. A família sabia que o maior sonho acalentado por João Cândido era retornar para a Marinha de Guerra. Infelizmente, este desejo nunca se realizou.

No mês de março de 1964, João Cândido recebeu o convite da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, sob a liderança de José Anselmo dos Santos – agente infiltrado dos órgãos de repressão brasileiros –, para participar do histórico encontro do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro. Este reuniu cerca de duas mil pessoas e, de acordo com historiadores, foi o estopim para o golpe militar de 64. Junto a Leonel Brizola (1922-2004), então deputado federal, João Cândido, naquela ocasião, presenciou discursos inflamados. Alguns discursos acerca da melhoria na alimentação dos barcos e revisão dos regulamentos da Marinha eram velhos na memória do marinheiro. Outras questões, de cunho político, contra o governo, causavam-lhe desconfiança. Ao encerrar o palavrório, o velho marinheiro disse a frase que entraria para a história dos movimentos sindicais e seria lembrada por vezes: “Revolta de marinheiro só dá certo no mar.”

João Cândido faleceu, aos 89 anos, em 6/12/1969, vítima de câncer, no Hospital Getúlio Vargas, sendo sepultado no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro. O Mestre-Sala dos Mares nos deixou uma herança de coragem e dignidade. Incrível é o fato que, em seu velório, ocorrido em pleno regime militar, foi vigiado por viaturas na área do cemitério.

Em 1959, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul concedeu uma pensão de dois salários para o marinheiro gaúcho. A pensão foi o único dinheiro que João Cândido recebeu dos cofres públicos, após a revolta de 1910, para sustentar a sua família.

O jornalista Edmar Morel (1912-1989) demonstrou sua importância para o país. Sustentado por entrevistas, com João Cândido e outros companheiros da revolta, matérias impressas nos jornais à época, documentos

oficiais da Marinha e o diário do navio *Satélite*, o jornalista fez uma releitura da história apagada da memória da nação. Foi um trabalho pioneiro e João Cândido, ainda em vida, teve a satisfação de ver publicado o livro *A Revolta da Chibata* (1959). Esta obra esteve muitas vezes nas listas dos livros mais vendidos, ao lado dos volumes do grande Jorge Amado (1912-2001). O jornalista Edmar Morel (1979, p. 182) registrou o depoimento que se segue, dado por João Cândido acerca da morte dos companheiros na prisão da Ilha das Cobras:

“Depois da retirada dos cadáveres, comecei a ouvir gemidos dos meus companheiros mortos, quando não via os infelizes, em agonia, gritando desesperadamente, rolando pelo chão de barro úmido e envoltos em verdadeiras nuvens de cal. A cena dantesca jamais saiu dos meus olhos.”.

Dona Ritta e o navio *Satélite*⁷

Busco na memória uma antiga carta de família que eu sabia existir guardada em algum lugar. Reviro a papelada e lá está ela, conservada dentro do envelope em que foi postada no dia 3 de janeiro de 1911.

Nela, Ritta Vieira da Cunha, riograndense, moradora no Rio de Janeiro, escreve a seu irmão José, desejando que o novo ano fosse de completa felicidade para toda a distante família.

Diz, ainda, que ela e a filha estavam passando por um fim de ano de angústia, por conta de uma viagem que o genro, oficial do exército, tivera de fazer:

Hoje, estamos com o fim de ano aborrecido por ter, às oito horas, seguido Mattos para o novo destino – Santo Antônio do Madeira – para continuar os trabalhos da linha telegráfica e levar os malditos marinheiros revoltosos. Deus o faça feliz.

⁷ **A carta de Dona Ritta e a viagem do navio *Satélite*.** Disponível em: <http://suldaamerica.blogspot.com/2005/12/dona-ritta-e-o-navio-satlite.html>. Publicado por Franklin em 4 de dezembro de 2005.

Rondon disse-lhe que não o abandonasse, que andava doente e precisava dos seus serviços, e lá foi como sempre o soldado turuna.

Sempre me perguntei como teria sido esta viagem que tinha como destino a distante Santo Antônio do Madeira, ainda por cima conduzindo marinheiros revoltosos. Ao encontrar mais informação sobre a época vi que Mattos, o genro de Dona Ritta, fez parte de um dos mais polêmicos episódios de sua época – a viagem do navio Satélite.

Em novembro de 1910, ocorreu no Rio de Janeiro um motim em navios da esquadra de guerra, devido aos duros castigos corporais que eram aplicados aos marinheiros. Foi o episódio que ficou conhecido como a Revolta da Chibata, liderada por João Cândido, o Almirante Negro. Apesar da anistia concedida oficialmente aos revoltosos, acontecimentos posteriores resultaram na morte e na prisão de muitos, e no degredo de 105 marinheiros na Amazônia.

Em 25 de dezembro de 1910, com uma guarda de 50 soldados e três oficiais do exército, foram embarcados no navio cargueiro Satélite os 105 marinheiros, acompanhados de 298 criminosos comuns e de 44 prostitutas, totalizando 447 degredados. Destes, 200 estavam destinados a trabalhar com Rondon nas linhas telegráficas e o restante, na construção da ferrovia Madeira - Mamoré.

Alguns prisioneiros, que já antes da partida estavam marcados para morrer, foram fuzilados no transcurso da viagem. Foi só na chegada a Manaus que os prisioneiros souberam que seu destino era a mal afamada região do Rio Madeira, onde, dizia-se, os homens morriam como moscas. Revoltaram-se, em vão, os prisioneiros e o navio seguiu para seu destino final.

A chegada a Porto Velho foi no dia 4 de fevereiro de 1911, após um total de 41 dias de viagem, período em que ficaram a ferros, amontoados nos porões do Satélite. A presença das prostitutas no navio não foi bem aceita pela empresa construtora da ferrovia, que armou seus funcionários e atacou o navio para evitar o desembarque. Fugindo das balas, zarpou,

então, o *Satélite*, com destino a Santo Antônio do Madeira, para entregar os 200 homens destinados à Comissão Rondon; os restantes, que não conseguiram desembarcar em Porto Velho, seriam abandonados aos grupos na imensidão da selva amazônica.

Os seringalistas da região, com pouca mão de obra disponível, pediram, então, que lhes fossem entregues esses degredados, o que foi efetivado. As prostitutas, rechaçadas em Porto Velho, foram bem aceitas e permaneceram em Santo Antônio do Madeira, onde a rara presença feminina era sempre bem recebida. Sem a carga infame e sem os militares destinados ao serviço na linha telegráfica, retornou no mesmo dia a embarcação para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 4 de março para enfrentar um furacão político dirigido por Rui Barbosa.

Esta foi a viagem que tornou aborrecido o fim de ano de Dona Ritta.

Rondon: além da linha telegráfica – A Revolta da Chibata

Emanuel Pontes Pinto

A C L E R. Domingo, 19 de agosto de 2012

Os serviços nas diversas áreas de trabalho da Seção Norte da Comissão Rondon foram paralisados, nessa fase, porque os seus oficiais, soldados e trabalhadores avulsos retornaram ao arraial Henrique Dias, para aguardar o desembarque, no porto da vila de Santo Antônio, de uma embarcação conduzindo um grande número de ex-marinheiros deportados do Rio de Janeiro e engajados naquela guarnição militar.

No dia 5 de março de 1911, o navio cargueiro Satélite aportou no trapiche daquele povoado, conduzindo cerca de 200 marujos degredados para aqueles confins, por terem participado da insurreição conhecida como A Revolta da Chibata, ocorrida na Capital Federal, em 23 de novembro do ano anterior.

Os amotinados protestavam contra o castigo de 50 chibatadas impostas pelo comandante do encouraçado São Paulo, capitão de mar-e-guerra Batista das Neves, em um marinheiro negro, acusado de tentativa de homicídio.

O levante foi inspirado pelo marinheiro de primeira classe Francisco Dias Martins, mas o comando da rebelião passou a ser exercido pelo cabo-timoneiro João Cândido, que, apoiado pela guarnição subalterna da belonave, matou o seu comandante Batista das Neves e os capitães-tenentes Sales de Carvalho e Mário Alves de Souza; e os insurretos do encouraçado Minas Gerais assassinaram os capitães de corveta Lahmayer e José Cláudio

da Silva Junior, conseguindo, depois, a adesão das tripulações inferiores da maioria dos navios da esquadra ancorados na baía da Guanabara.

Ao amanhecer do dia seguinte (24), os habitantes do Rio de Janeiro foram despertados pelos estrondos dos tiros de canhões dos navios São Paulo, Minas Gerais e Bahia e, em seguida, o comandante em chefe, cabo João Cândido, enviou um ultimato ao presidente Hermes da Fonseca, nos seguintes termos: “Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos, presidente da república e ministro da marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidade e navios que não se revoltarem”.

Ao ter conhecimento do fato, a Câmara dos Deputados aceitou o pedido e designou o deputado José Carlos de Carvalho (oficial de marinha), para representá-la junto aos revoltosos, que, na sua primeira manifestação, citou que as costas do marinheiro chicoteado [...] se assemelhavam a uma tainha lanhada para ser salgada. Às pressas, os políticos votaram uma anistia condicional. Os amotinados seriam perdoados quando se submetessem às autoridades constituídas. Porém, o governo não acolheu estas condições e determinou a prisão dos responsáveis pela revolta.

O descumprimento da anistia e dos demais termos do acordo entre os governantes e sublevados, com a prisão de João Cândido, fez ressurgir outro motim no coraçao Rio Grande do Sul, com a morte do capitão-tenente Carneiro da Cunha. Um batalhão naval da ilha das Cobras também se levantou em armas, mas o governo conseguiu reprimir novas ações e prendeu os revoltosos.

O presidente Hermes da Fonseca decretou estado de sítio por trinta dias, no Distrito Federal e na cidade do Rio de Janeiro, aprovado pela Câmara dos Deputados, ainda com o sibilar sobre os [...] telhados da Cadeia Velha dos projéteis de artilharia contra a ilha das Cobras, que cruzavam com os tiros dos revoltosos.

Sufocada a intentona, alguns ex-marinheiros foram recolhidos às masmorras da ilha das Cobras e outros deportados para a vila de Santo Antônio do Rio Madeira, nos limites entre os estados do Amazonas e Mato Grosso, onde a Comissão Rondon havia instalado a Seção Norte da Linha

Telegráfica. O navio Satélite, do Loide Brasileiro, foi requisitado para transportar os insurretos, numa viagem sinistra comparada à travessia do Oceano Atlântico pelos tumbeiros que vinham da África carregados de escravos.

As delegacias de polícia do Rio de Janeiro, aproveitando aquela rara oportunidade, retiraram de suas prisões os magotes de mendigos, vagabundos, desordeiros, prostitutas e ladrões, incluindo-os no rol de [...] indivíduos que a eles (aos revoltosos) já se achavam ligados por naturais e perversos instintos, para ficarem a disposição das autoridades policiais de Santo Antônio.

Oito insurretos foram fuzilados durante a viagem. O nono, agri-lhoado, atirou-se ao mar, morrendo por afogamento e pelos tiros que lhe foram desferidos do navio pela guarnição militar.

Os discursos de Rui Barbosa e de Barbosa Lima, os protestos de Teixeira Mendes - representando o Apostolado Positivista - e a delação do auditor da Marinha, João Pessoa Cavalcante de Albuquerque apontaram, depois, o capitão-de-fragata Marques da Rocha como responsável pela morte de dezesseis revoltosos recolhidos às solitárias da ilha das Cobras, cujos cadáveres foram encontrados a 26 de dezembro, vindo a falecer outros dois, em seguida:

[...] atestando o médico do corpo como *causa mortis* para os dezesseis, a insolação, e para os dois últimos, o beribéri, agravado pelo castigo em célula e atribuindo a acidente à falta de cubagem das prisões e a passagem e renovação do ar, deu origem à elevação da temperatura e trouxe como consequência a morte dos reclusos, organicamente menos resistentes.

A formal denúncia indicou, depois, que as vítimas tinham sido sufocadas a cal e martirizadas a ácido fênico, para serem enterradas às escondidas num cemitério da cidade.

O tenente Lobato Filho, então comandante da Seção Norte, recebera de Rondon a comunicação da chegada dos rebelados a Santo Antônio, enfa-

tizando serem todos eles robustos, resistentes e que, para permanecerem prestando serviços à Comissão, deveriam ser tratados com generosidade.

Somente os ex-marinheiros ficaram engajados à Comissão Rondon e não se tem notícia do destino dos demais desterrados. Embora tenha sido grande o empenho para atender aquela recomendação, foi impossível estabelecer com eles bom relacionamento, pois se mantiveram arredios e até iniciaram um motim, tentando assaltar o depósito de armamentos e munições, o que custou à vida do seu chefe.

As deserções e falecimentos fizeram desaparecer do acampamento a maioria deles. Em meados de março, ao amortecer a reação que ofereciam esses homens permanentemente rebeldes, alguns, ainda, ali estavam e foram de grande utilidade nos trabalhos do contingente, pois se revelaram pessoas hábeis, trabalhadoras e disciplinadas.

Não se entende, porém, ao analisar esse fato, as circunstâncias do desaparecimento do acampamento Henrique Dias de tanta gente em tão poucos dias. Se os ex-marujos revoltosos sobreviveram durante meses aos sofrimentos nos porões do Satélite, parecem equivocadas as explicações de como tantos deles morreram ali, num período de uma quinzena ou menos. Mesmo sendo aquela área insalubre, onde a malária, diarreia, polineurite, avitaminose eram enfermidades de difícil tratamento, a justificativa suscita dúvidas pela referência do breve tempo decorrido para o sumiço ou morte da maioria dos desterrados.

Cessada a agitação causada pelo engajamento à Comissão Rondon dos ex-marujos, as atividades da Seção Norte recomeçaram com a abertura do picadão e do assentamento da linha telegráfica entre Santo Antônio e os rios Candeias e Jamari.⁸

1927: Pela Lei Municipal 33, a Prefeitura foi autorizada a doar a Prelazia de Porto Velho uma área para a construção do Hospital São José.

⁸ Disponível em: www.gentedeopiniao.com.br/colunista/a-c-l-e-r/rondon-alem-da-linha-telegrafica-revolta-da-chibata.



Vista do Hospital São José em Porto Velho, 1932.

Tendo a capacidade de 60 leitos, incluindo o pavilhão da maternidade, o asilo de mendicidade e o pavilhão das doenças contagiosas. Demonstrando a eficiência deste instituto de caridade, apontamos os seguintes algarismos tirados do relatório geral: Durante o ano de 1932, foram internados 580 doentes com 14.450 diárias.

II

PRELAZIA DE PORTO VELHO

O impetuoso rio Madeira, de nascente ainda disputada, atravessa no seu curso de 500 leguas os Estados de Matto Grosso e Pará, de sul a nordeste, tomando aquella denominação desde a confluência do Guaporé, muito mais de 320 leguas antes da sua embocadura, 12 acima da qual deita um braço para leste, com o nome de Urariá ou Furo do Tupinambarana, que, depois de atravessar diversos lagos e de receber alguns rios mais ou menos consideraveis, lança-se caudaloso no Amazonas, 50 leguas abaixo da sua foz principal, nas immedições da bocca do Jamundá, tendo muito antes desembocado por duas fauces de 1.100 braças de largura.

Abaixo de suas cachoeiras a sua navegação é trabalhosa e difficil por causa das gigantescas madeiras (e d'ahi lhe veio o nome), das arvores seculares e ilhas fluctuantes, que arrebatam na sua corrente magnifica; são numerosos os tributarios do Madeira; em suas margens arenosas mostra a vasante tartarugas enormes; ahi a prodiga natureza dá á farta o cacáu, a castanha, salsaparilha, cravo, capauba, resinas preciosas, madeiras de construcções e marcenaria, sem rivaes no mundo, além de numerosos outros productos.

Foi-lhe dado o nome de Madeira por Francisco de Mello Palheta, quando em 1725 subiu o Mamoré, pela grande quantidade de toros ou madeiras, que, descendo aguas abaixo, formam ilhas, que os naturaes chamam Canarana.

Ha quem presuma ser o Madeira conhecido desde 1660; porém a expedição mais antiga de que ha noticia exacta é o do capitão-mór João de Barros Guerra, que nelle entrou em 1716 até a foz do Mihassy para bater os Turás, que atacaram os pacificos Mundurucús. Tendo o capitão fallecido em viagem, substituiu-o Diogo Pinto da Gama, que venceu os Turás, aprisionando alguns e levando-os para Serpa, antiga Abacazis.

Em 1775, por ordem do governador do Pará, general João da Maia Gama, partiu a segunda expedição chefiada por Francisco de Mello Palheta, que indo até a foz do Mamoré chegou á aldeia da Exaltação da Santa Cruz dos Corujas, situada na margem occidental do Mamoré, entre os rios Iruiname e Maniqui. Em 1742 um individuo de nome Manoel de Lima desceu de Matto Grosso, á mercê da corrente, sem saber aonde iria parar.

Em 1760 o capitão-general (governador de Matto Grosso, que já em 1752 vistára o Baixo Guaporé), fundou uma fortaleza, que denominou de Nossa Senhora da Conceição, a qual em 1776, estando arruinada, foi substituida pelo forte do Principe da Beira.

De 1780 a 1790 foi o Madeira explorado scientificamente por uma commissão de engenheiros, que levantou a carta de limites entre o Brasil e as possessões hespanholas.

Médicos Militares no Noroeste do Brasil

William Haverly Martins

Introdução

É indiscutível o papel do exército na evolução político/administrativa que culminou na criação do Estado de Rondônia e na solidificação das fronteiras internacionais, nestas terras do oeste avançado brasileiro. No entanto, devido à insalubridade da região amazônica, é imprescindível destacarmos o papel do médico na conquista geopolítica, que possibilitou a fixação do homem ao território.

Este despretensioso mas significativo artigo enumera alguns médicos militares que se destacaram na conquista do Oeste brasileiro e consequente surgimento de mais uma estrela federativa na bandeira brasileira.

A relevância do Marechal Rondon, o Herói da Pátria, para esta região, dispensa comentários, mas é bom que se lembre de que foi ele o primeiro a trazer médicos militares em sua comitiva, como forma de garantir o sucesso da empreitada. Inclusive foi ele que trouxe o médico militar Joaquim Augusto Tanajura, que acabaria se transformando num político de grande valia para a região.

Com a Revolução de 1964, os governantes passaram a enxergar de forma diferenciada a Amazônia brasileira, evidenciando o slogan – “Integrar para não entregar.”. Neste contexto, o papel do 5º BEC foi de suma importância na abertura de estradas e conservação das já existentes. No entanto, como já havia acontecido com a construção da EFMM e com o hospital da

Candelária, foi fundamental a participação dos médicos militares e a instalação do Hospital de Guarnição na preservação da saúde dos soldados e civis construtores, para que houvesse a manutenção e o posterior asfaltamento das rodovias BR-364, BR-425 e BR-319, obras regionais importantes para a realização dos projetos agropecuários desenvolvimentistas.

Rondon e os médicos militares

É consenso que os primeiros médicos militares a desbravarem os sertões do noroeste brasileiro faziam parte da CLETMTAM (Comissão das Linhas Estratégicas e Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas), mais tarde batizada de Comissão Rondon. Para cumprir a sua nobre missão, o major Cândido Mariano da Silva Rondon se cercou de profissionais de diversas áreas, inclusive e principalmente médicos, quase todos subordinados ao Ministério da Guerra.

O trabalho não foi realizado de uma única empreitada; durante os sete anos de duração da Comissão Rondon (1907 a 1915), foram feitas várias incursões ao território que pertencia ao Amazonas e ao Mato Grosso, com o intuito de mapear e de registrar as riquezas minerais da região, além de promover um estudo detalhado sobre diversos aspectos da vida das tribos regionais, como a estrutura das famílias, alimentação, indumentária, habitação, trabalho, formas de opressão, doenças e práticas de cura.

Assim como a construção da EFMM (1907-1912) só foi possível com a ajuda dos médicos americanos e com a construção do Hospital da Candelária, também Marechal Rondon só conseguiu instalar linhas telegráficas por cerca de 4.500 km, construindo 55 estações, numa região endêmica e de difícil acesso, devido ao incansável trabalho dos médicos militares que o acompanharam em toda a trajetória. Além disso, os relatórios da Comissão Rondon dão conta do reconhecimento geográfico de cerca de 5.650 km lineares, percorridos somente nas três expedições exploratórias nos anos de 1907, 1908 e 1909. Também são citados: a construção de estradas, pontes e outras obras de infraestrutura; a elaboração de mapas, a paci-

ficação de silvícolas e a observações de seus traços culturais; a produção de relatórios científicos sobre a fauna e a flora e levantamentos mineralógicos, geológicos e climatológicos.

Cada profissional que participava da CLTMTAM, ao término do percurso preestabelecido, era obrigado a produzir um relatório, em que explicitava as dificuldades, descobertas, conquistas e sugestões oriundas da sua experiência. Foi esta prática que permitiu aos historiadores conhecer o trabalho dos médicos na Comissão Rondon. O próprio Rondon escreveu vários relatórios e, em um desses, fez referência à necessidade de incorporar os territórios explorados ao resto do Brasil; segundo ele, era preciso quebrar o encanto dos sertões, devassá-los para torná-los acessíveis à atividade humana.

A insalubridade atravessada pela linha telegráfica justificava a atividade médica como instrumento de avanço da civilização. As mesmas dificuldades inerentes à vida na selva, que dava ares de epopeia a construção da linha, servia de empecilho para o desenvolvimento da região.

Era fundamental para um projeto, empenhado em povoar e desenvolver o noroeste, que a região fosse considerada salubre e atraente. E isso não era uma tarefa fácil, dependia da atuação e do depoimento dos médicos, visto que a Amazônia era alardeada como inferno verde e as inúmeras dificuldades da construção da EFMM contribuíam para consolidar esta imagem. A má fama da selva amazônica foi parar nos próprios relatórios elaborados por médicos integrantes da Comissão Rondon, dando conta dos problemas e das doenças inerentes à região, reconhecendo a insalubridade do vale do Rio Amazonas, mas também dizendo da possibilidade de se reverter esta situação, omitindo muitas vezes os reais perigos da malária, do beribéri etc.

O capitão-médico João Florentino Meira de Faria, em determinado trecho de seu relatório, é bastante esclarecedor:

(...) Mas quem, entre nós, levado por um desejo de viver uma vida forte ao grande sol e ao grande verde de nossa terra se alista entre os auxiliares do Coronel Rondon é alvo das expressões de simpatia a mais triste. Ninguém sabe, por desinteresse, das condições reais de vida, de salubridade em que nos encontramos nos sertões de Mato Grosso e Amazonas, mas ninguém se furta a um largo gesto de pena ou de admiração! Não se sabe ao certo que perigo concreto, real, ameaça ao que parte: de insalubridade manifesta, a não ser algumas expedições militares organizadas da maneira a mais defeituosa, como a própria administração veio a reconhecer, nenhum atestado franco se tem tido; de silvícola, como ameaça a quem viaja nos sertões do Brasil, não se poderia seriamente falar. O que resta como explicação é o medo vago, impreciso, que hoje se tem de abandonar a costa, a cidade, em busca do sertão. E este medo tem sua repercussão sobre aquele que parte: nós não somos nascidos em uma escola de caráter, formadora de homens! Vendo os demais temerem, o entusiasmo do que vai se arrefece, ele começa a partilhar as prevenções e os receios do meio; e, se um sentimento de pudor e amor próprio o mantém decidido a partir, ele parte abalado em seu otimismo, ele parte em condições que o predispõem ao máximo para adoecer. Seria, porém, exagerar, seria cair em um vício oposto de julgamento o acreditar seja aquele o fator exclusivo de moléstias na bacia do Amazonas. É preciso reconhecer: o vale do Amazonas não é uma região salubre... Nem região alguma do mundo o foi antes que o esforço do homem domasse a natureza e normalizasse a vida: as províncias de França, hoje o mais belo reino depois do céu, não o eram, ao tempo da conquista romana... (...)

Trabalharam na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, como médicos, os primeiros tenentes do Exército:

- **Armando Calazans** (março de 1907 a julho de 1908);
- **Manoel Antônio de Andrade** (março de 1907 a dezembro de 1910);
- **Joaquim Rabello** (julho a dezembro de 1908);
- **Murillo Campos** (maio a novembro de 1910 e setembro a dezembro de 1911);

Os capitães do Exército:

- **João Florentino Meira de Faria** (por volta de 1912-1914);
- **José Antônio Cajazeira** (janeiro de 1914 até a inauguração da linha, em 1º de janeiro de 1915);
- **Paulo Fernandes dos Santos** (junho de 1909 a dezembro de 1910) era oficial da Armada; e
- **Joaquim Augusto Tanajura** (abril de 1909 até a inauguração da linha), oficial da força policial do Distrito Federal.

Dos médicos que fizeram parte da CLTEMTA, seis tiveram seus relatórios publicados pela comissão. Foram eles: Armando Calazans; Manoel Antônio de Andrade; Joaquim Rabello; Joaquim Tanajura (todos sem data); José Antônio Cajazeira (1914); e João Florentino Meira de Faria (1916). Murillo Campos publicou um texto sobre o noroeste de Mato Grosso, resultante de sua participação na comissão, na revista *Archivos Brasileiros de Medicina*. Estes relatórios não possuem uma padronização; foram elaborados de acordo com o critério de seus próprios autores e, portanto, não formam um todo coeso, mas um conjunto heterogêneo de textos. Até 1910, havia uma preocupação meramente estatística.

Os relatórios elaborados por Joaquim Tanajura, José Antônio Cajazeira, João Florentino Meira de Faria e Murillo Campos eram mais completos, foram além das narrativas de ocorrências médicas e das estatísticas

de doenças e acidentes entre os expedicionários. Traziam análises com uma espécie de diagnóstico nosológico das regiões percorridas. Estes relatórios incluíam o exame do clima e da geografia das regiões; a observação dos hábitos e das condições de trabalho de indígenas, seringueiros e trabalhadores da comissão, e a enumeração de medidas que, se postas em prática, reduziriam a incidência de doenças tanto entre os membros da CLTEMTA quanto entre os demais habitantes dos sertões do Noroeste.

Com o fim da Comissão Rondon, alguns médicos se estabeleceram na região de Santo Antônio do Rio Madeira e de Porto Velho, entre eles, como já dito, notabilizou-se como político o médico Joaquim Augusto Tanajura, mais tarde prefeito de Santo Antônio e de Porto Velho.

Embora o Exército Brasileiro tenha marcado presença na região que, mais tarde, seria demarcada como Território Federal do Guaporé, desde a década de 1930, os médicos militares só voltariam a ter destaque com a chegada do batalhão do 5ºBEC (Batalhão de Engenharia e Construção), que atuaria na abertura de estradas federais, um novo enfrentamento com a insalubridade da selva.

Porto Velho capital do T. F. de Rondônia

A cidade de Porto Velho nasceu no pátio do complexo industrial da EFMM e nas cercanias de uma cerca divisória, que delimitava a área pertencente a empresa construtora, capitaneada por Percival Farquhar, detentor dos direitos de exploração comercial da ferrovia. Os historiadores costumam dizer que havia duas cidades: *Porto Velho of Madeira River*, administrada pela Madeira-Mamoré Railway Company, e Porto Velho, cidade emancipada em 1914 e administrada pelo governo amazonense. A cerca divisória só desapareceu em 1931, quando a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi nacionalizada e passou a ser administrada pelo governo brasileiro.

Durante um longo período, os militares da região eram atendidos por médicos civis do Hospital da Candelária e do Hospital São José. Em Guajará-Mirim, devido à escassez de médicos brasileiros, os militares eram

atendidos por médicos civis estrangeiros que trabalhavam na cidade boliviana de Guayaramerín.

Mesmo com a criação do T. F. do Guaporé, em 1943, e com a escolha de Porto Velho para ser a capital do novo território, essa situação permaneceu por muitos anos: as cidades eram pequenas, o efetivo militar funcionava com poucos soldados e a maioria dos casos médicos limitava-se às doenças já bastante conhecidas pela população, o que não justificava a criação de um departamento médico militar para atender aos membros das unidades militares do Exército Brasileiro na região. Isto só ocorrerá com o advento da Revolução de 1964 e com a nova mentalidade ocupacional para o Noroeste do Brasil.

O decreto de criação do 5º BEC, assinado pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, deu o pontapé inicial na criação de mais um batalhão de construção que seria sediado em Porto Velho. O 5º BEC, criado em 1965, chegou à cidade em 1966. Em decorrência deste fato histórico, mais tarde seria criado o Hospital de Guarnição de Porto Velho, com atendimento médico de excelência, que permanece até os dias atuais.

Retrospectiva do Hospital de Guarnição de Porto Velho

Sentinela da Saúde na Amazônia Ocidental



Fachada do hospital

Como foi dito, a origem do Hospital de Guarnição de Porto Velho está ligada à presença do 5º Batalhão de Engenharia de Construção no T. F. de Rondônia, depois, no limiar da década de 1980, alçado à condição de estado da federação, pelas mãos briosas do coronel/governador Jorge Teixeira de Oliveira.

Trecho de um discurso histórico

“Temos plena consciência do nosso papel nesse imenso país: nossos antepassados legaram-nos os seus magníficos exemplos; nossos contemporâneos não esmoreceram; e nossos filhos nos contemplam, confiantes.

Sabemos que há algo muito importante a ser feito; algo sólido e que influirá profundamente no futuro da Amazônia e do Brasil; mas será alguma coisa que, uma vez concluída, nos dará, a cada um, no fim da vida, o direito de dizer, com o mais justo, o mais puro e o mais tranquilo orgulho: **EU NÃO VIVI EM VÃO!**”

Ten. Cel. Eng. Carlos Aloysio Weber, comandante do 5º BEC

Após a instalação do 5º BEC, a Seção de Saúde do batalhão passou a funcionar no prédio onde atualmente está instalada a sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, tendo como primeiro chefe o então Capitão Médico Getúlio Alves de Barros.

O Hospital de Guarnição de Porto Velho passou a ocupar as atuais instalações por volta do ano de 1977, ficando conhecido, naquela época, como Enfermaria do 5º BEC e, posteriormente, Hospital do 5º BEC.

Naquela oportunidade, o então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) realizou uma inspeção nas instalações e serviços, atestando o merecido conceito máximo no apoio de saúde prestado à Família Militar, aos dependentes e civis da cidade de Porto Velho, reclassificando-o da 4ª à 1ª Categoria. Com isso, tornou-se o único hospital de 1ª Classe do território de Rondônia e terceiro de toda a Amazônia Ocidental.

A atual denominação de Hospital de Guarnição de Porto Velho foi dada através da Portaria Ministerial nº 1.047, de 26 de setembro de 1986, ficando subordinado, à época, ao Comando Militar do Oeste/9ª Região Militar. Atualmente, integra a 12ª Região Militar e subordina-se, tecnicamente, à Diretoria de Saúde (DSAU).

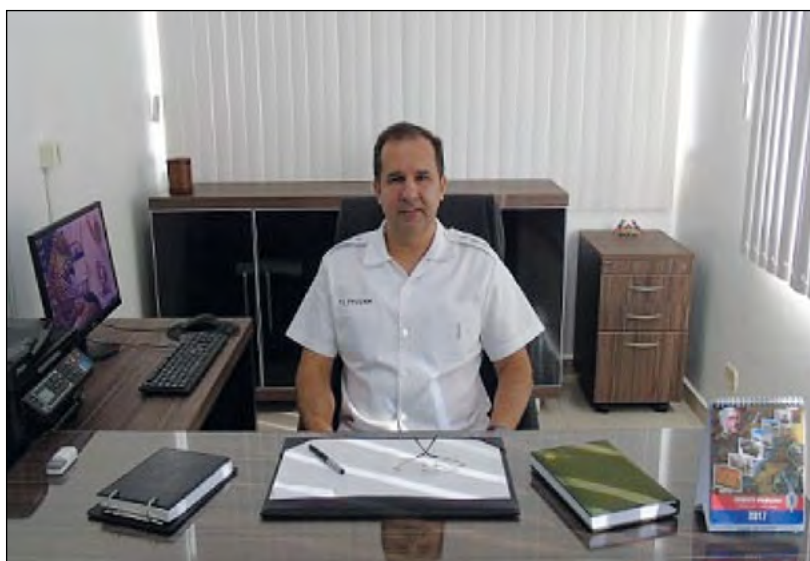


Inspeção do Comandante da 12ª Região Militar

Apesar de todas as modificações e adaptações realizadas, o Hospital de Guarnição de Porto Velho mantém, ainda hoje, grande parte de sua estrutura arquitetônica original, no estilo multipavilhonal.



Com o passar dos anos, inúmeras melhorias foram realizadas nesta organização militar de saúde, as quais ensejaram readequações físicas e estruturais das instalações, substituições e aquisições de equipamentos médico-hospitalares mais tecnológicos e modernos, que possibilitaram acompanhar cada dia mais o progresso da ciência médica e, assim, atender com eficiência aos anseios da Família Militar.



Atual diretor: Ten. Cel. QEMA Ricieri Leandro Bazzan



Josemar Câmara Feitosa

Entre os médicos militares que atuaram em Porto Velho, destaca-se o médico Josemar Câmara Feitosa, único a chegar ao posto de General de Divisão: nascido em São Luís do Maranhão, aos 9 dias de novembro de 1953, ingressou no Serviço de Saúde do Exército (ESSEX), em 10 de março de 1980. Foi declarado 1º Tenente Médico, em 26 de setembro de 1980. O General Feitosa serviu em Porto Velho na Formação Sanitária do 5º BEC nos idos de 1981. Antes de ingressar na reserva, foi Diretor de Saúde do Exército, em 2014-2015.

Galeria dos Ex-diretores do Hospital de Guarnição



Ten. Cel. **Qema Rodrigo
Brum Toledo**
[23/1/2015 a 25/1/2017]



Cel. Med. **Carlos Eduardo
Montarroyos Silvestre**
[18/12/2012 a 23/1/2015]



Ten. Cel. Med. **Antônio Ferreira
da Silva Filho**
[19/1/2001 a 26/1/2006]

Fragmentos da História da Medicina em Rondônia



**Cel. Med. Caetano Aluizio
Cassiano**
[24/1/1998 a 18/1/2001]



**Cel. Med. Erilande Bayo
de Barros**
[17/1/1996 a 23/1/1998]



Cel. Med. José Edacyr Simm
[1/4/2011 a 18/12/2012]



**Ten. Cel. Med. Luiz Antônio
de Azevedo Accioly**
[6/10/2008 a 1/4/2011]



**Ten. Cel. Med. Helvio Luiz
do Amaral**
[26/1/2006 a 5/10/2008]



**Cel. Med. Henrique Souto
Montenegro**
[21/1/1994 a 16/1/1996]



**Ten. Cel. Med. José Haroldo
de Paulo**
[31/1/1992 a 20/1/1994]



**Ten. Cel. Med. Antônio
Fernando da Cunha Veiga**
[23/10/1986 a 30/1/1992]

Conclusão

Os médicos militares na Amazônia encaravam e encaram o atendimento médico-hospitalar como uma missão. No caso específico do Hospital de Guarnição de Porto Velho, o atendimento se estendeu às guarnições de Guajará-Mirim, Humaitá, e às sediadas no estado do Acre, além de apoiar militares e dependentes da Marinha, Aeronáutica e parte da comunidade civil, por convênio com o SUS. Médicos civis e estudantes do curso de Medicina também prestam serviços no Hospital de Guarnição.

Os Soldados da Saúde, fiéis servos da Medicina, não medem esforços para a preservação da higidez do homem.

Presença médica no cenário político-cultural e educacional de Rondônia

Yêdda Pinheiro Borzacov

O exercício profissional da medicina não incompatibiliza o médico a se dedicar a outros afazeres externos. Aqui mesmo em Rondônia, encontramos vários médicos que não se limitaram ou não se limitam apenas às práticas da clínica e da cirurgia. Alguns se revelaram escritores e poetas notáveis; outros, artistas plásticos e músicos; uns, no magistério, empenharam-se em transmitir seus conhecimentos para as jovens gerações, incentivando-as, seja no âmbito do ensino ou da pesquisa, procurando despertar nos alunos o interesse por algo mais que a obtenção de um diploma. Tivemos até um médico que se destacou como naturalista. Na política partidária, outra importante área, a atuação do médico tem sido uma constante. Desde o início do século XX, temos a presença médica no cenário político, com a nomeação de Joaquim Augusto Tanajura, médico-chefe do Serviço de Saúde da Comissão Rondon e Inspetor Honorário dos Índios na região, para a Intendência Municipal de Porto Velho. Tanajura fundou o jornal *Alto Madeira*, sendo seu primeiro diretor, também se tornando presidente do Clube Internacional.

Quando Porto Velho passou ao *status* de capital do Território Federal do Guaporé, em 1943, mais tarde Rondônia, médicos de larga vivência e influência política local estiveram presentes na Prefeitura Municipal de Porto Velho: Renato Clímaco Borralho de Medeiros, um dos líderes do Partido Social Progressista, 1955-1956 (1ª gestão) e 1956-1957 (2ª gestão), eleito, em 1962, deputado federal; o médico-sanitarista Hamilton Raulino Gondim foi Prefeito em Guajará-Mirim, no ano de 1952, e em Porto Velho

de 1963-1964; Leônidas Rachid Jaudy, chegando a Rondônia em 1960, foi responsável pelo Posto Médico em Vilhena, instalado para atendimento do pessoal engajado na construção da BR-29, hoje BR-364, e foi Prefeito Interino de Porto Velho de abril a maio de 1975, sendo eleito deputado federal em 1982; e, em 1990, como vice-governador da chapa de Valdir Raupp, não sendo bem sucedido nas eleições. O médico pediatra Jacob de Freitas Atallah, homem culto, orador nato e baluarte de muitas lutas políticas, foi prefeito de Porto Velho no período de 1972-1974 e deputado constituinte do Estado de Rondônia, no período de 1983-1986.

O município de Guajará-Mirim teve, além de Hamilton Raulino Gondim, outros médicos como prefeitos: Ernesto Laudelino de Almeida, 1945-1946; George Muniz de Aragão e Almeida, 1947-1950; e Cláudio Alencar Fialho, 1962-1964. Dentre outras atividades exercidas, Cláudio Alencar Fialho destacou-se como inspetor do Colégio Rocha Leal, hoje, Escola do Ensino Fundamental e Médio Rocha Leal, e como presidente da Liga de Desporto de Guajará-Mirim.

Nas décadas de 40, 50 e 60 do século XX, os médicos Oswaldo Piana e João Fernandes de Souza participaram ativamente da política partidária, o primeiro como membro fundador da UDN local e o segundo como membro fundador do PSP, partidos opositores a Aluísio Pinheiro Ferreira.

Criado o Estado em 1980, houve a primeira eleição estadual, em 1982, e muitos médicos foram eleitos. Foram eles: para o Senado Federal, Claudionor Couto Roriz, tendo como 2º suplente o médico cardiologista, José Augusto de Oliveira; o pediatra mais conhecido e conceituado de Porto Velho, José Adelino da Silva, ficou como 2º suplente do senador Odacir Soares Rodrigues. Ressalto que, quando o Governador Jerônimo Santana nomeou, pelo Decreto nº 4.224, de 27 de junho de 1989, uma Comissão Especial de Estudos para mudança da capital do Estado, composta pelos seguintes membros: Tadeu Fernandes - Presidente, Isidore Stédile, Assis Gurgacz, Caio Marcelo Mano Gálio e Francisco de Assis de Araújo, e essa Comissão em relatório Mudança da Capital, p. 33, enfatizou: Muda-se a capital: Aprimora-se a máquina administrativa (sic), o médico José Adelino

da Silva, como um guerreiro determinado e destemido, comandou o protesto na galeria da Assembleia Legislativa de Rondônia, contra o projeto de lei enviado pelo governador Jerônimo Santana. Lotadas a galeria e os corredores da Casa das Leis, no dia marcado para a votação do projeto, houve até colégio que suspendeu as aulas, como o Anglo, propiciando assim, aos estudantes, uma verdadeira aula de amor e civismo pela cidade de Porto Velho. O médico José Adelino, junto com o povo, aos gritos e todo suado, discursava:

Atenção minha gente! Aventureiros estão tentando destruir Porto Velho, cidade que por sua origem, história, tradição e situação geográfica privilegiada é e deve continuar como capital. Não vamos permitir que esse projeto indecoroso seja aprovado.

Palmas, vivas e gritos de “muito bem!” ecoavam fortemente na galeria e nos corredores repletos de comerciantes, estudantes e senhoras do bairro Caiary. O projeto, com o apoio de deputados à época comprometidos com Porto Velho, como Amizael Gomes da Silva, Heitor Costa, Osmar Vilhena e Oswaldo Piana Filho, não chegou nem a ser votado.

Para a elaboração da primeira Constituição do Estado, em 1982, a classe médica esteve representada pelos médicos José Ronaldo Aragão, anos depois Senador da República; Jacob de Freitas Atallah e Oswaldo Piana Filho, este eleito Presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 1981-1982 e Governador de Rondônia no período de 1990-1994.

Em outras disputas eleitorais, foram eleitos vereadores pelo município de Porto Velho os médicos Sidrônio Timóteo, Mauro Nazif, João Dimas da Silva, Loura Neto e Aparício Carvalho. Exerceu Aparício Carvalho os mandatos de deputado federal em 1993-1994 e de vice-governador, no período de 1995 a 1998. Em 1993, Mauro Nazif renunciou ao mandato de vereador para assumir o de deputado estadual e, em 2006, elegeu-se deputado federal. Mauro Nazif foi eleito prefeito do município

de Porto Velho com uma votação expressiva e administrou a capital rondoniense entre 2013 e 2016. Em Ji-Paraná, o médico oftalmologista Renato Veloso ganhou, em 1982, uma cadeira na Câmara Municipal, sendo eleito deputado estadual em 1990 e reeleito nas três eleições seguintes.

Para prefeito do município de Presidente Médici, em 1982, foi eleito o médico José Cunha da Silva Jr. e, em 1990, eleito deputado estadual; o vice-prefeito do município de Colorado D'Oeste, médico João Batista, foi eleito deputado estadual em 1983 e reeleito para mais dois outros mandatos; Confúcio Moura, após ser deputado federal, em 1998 disputou e venceu a eleição, em 2004, para a prefeitura de Ariquemes e, em 2010, eleito governador de Rondônia.

Relevante e destacada foi a atuação dos médicos que lecionaram na Escola Normal Carmela Dutra, o primeiro estabelecimento público de ensino secundário do Território Federal do Guaporé. Lembro-me dos professores que ministravam aulas gratuitamente: Ary Tupinambá Penna Pinheiro, Anatomia e Matemática; Osmar Oliveira, História Geral e do Brasil; Antônio Pereira Lima, Ciências Físicas e Naturais; José Cerqueira Cotrim, Biologia. O médico-anestesiologista Ernesto Laudelino de Almeida foi Diretor da Divisão de Educação (cargo hoje equivalente a Secretário), dedicando-se, inclusive, ao esporte, sendo eleito, em 1949, Presidente do Conselho Regional de Desportos e, em 1950, eleito Vice-Presidente do Ypiranga Esporte Clube. O médico Jacob de Freitas Atallah exerceu, no início do Governo Jorge Teixeira, em 1979, o cargo de Secretário de Educação e Cultura, ocasião em que foram criados os Departamentos de Cultura e o de Esportes; o médico psiquiatra, Aparício Carvalho, criou a FIMCA - Faculdades Integradas Aparício Carvalho, oferecendo hoje os cursos de Medicina, Farmácia, Medicina Veterinária, Administração com habilitação em Agronegócios, Ciências Biológicas, Educação Física e Turismo Ambiental.

Abrijo e celeiro de homens de letras, a imprensa escrita ofereceu aos médicos oportunidade de se revelarem e divulgaram o seu talento; e, nas décadas de 40 e 50 do século XX, o médico Joaquim Paula Gonçalves era atuante colaborador do jornal *Alto Madeira*. O jornal *O Guaporé*,

desde a sua fundação, na década de 1950, estampava os trabalhos de Ary Tupinambá Penna Pinheiro; e o jornal *Alto Madeira* mantinha, na década de 1970, páginas intituladas “Porque hoje é sábado” e “Presença universitária”, coordenada pelo Grupo Universitário de Rondônia, liderado pelo então estudante de medicina da Universidade Federal do Pará, Viriato Moura. No período de 12 de abril de 1987 a 21 de março de 1988, o médico ortopedista Viriato Moura editou, no Estadão do Norte, aos domingos, O Estadão Literário. Heinz Roland Jakobi foi um dos editores da página Acadêmico Maçônico, publicada no jornal *Alto Madeira* e é ocupante da cadeira n° 14 da Academia de Letras de Rondônia, tendo como patrono Ricardo Franco de Almeida Serra e, como membro fundador, Paulo Nunes Leal.

A participação na literatura, nas artes plásticas e na música dos médicos de Rondônia é parcimoniosa quanto ao número de seus representantes; entretanto, significativa quanto à qualidade de suas produções. Dentre os literatos, destacam-se: Ary Tupinambá Penna Pinheiro, primeiro Presidente do Conselho Estadual de Cultura, autor das mais belas páginas escritas sobre Rondônia. Foi esse médico o membro fundador da Academia de Letras de Rondônia, cadeira n° 1, tendo como patrono o sertanista Francisco Meirelles, e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Viriato Moura, ex-presidente da Academia de Letras de Rondônia, cadeira n° 19, tendo como patrono, o jornalista Carlos Mendonça, possui uma produção literária excelente e se dedica inclusive ao desenho e a pintura, ilustrando os seus próprios livros. Aparício Carvalho foi Presidente da Academia de Letras de Rondônia, ocupante da cadeira n° 21, que tem como patrono Oswaldo Cruz. Outros médicos literatos: Milton Moreira, autor dos livros de crônicas Fulanos e Sicranos e de poesia Gênese de Poemas Inversos. O médico Hélio Struthos Arouca possui inúmeros trabalhos publicados na imprensa local, sendo coautor de Antologias Poéticas, e é membro da Academia Maçônica de Letras de Rondônia. O médico radiologista Samuel Castiel é coautor do livro de poesias Letras Médicas e se destaca como violonista e saxofonista, além de intérprete da MPB.

Em 1942, os médicos Rubens da Silveira Britto e Renato Clímaco Borralho de Medeiros, médicos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, participaram ativamente da fundação do Aeroclube de Porto Velho, sendo eleitos, respectivamente, secretário e subsecretário da 1ª diretoria da instituição. Renato Clímaco de Borralho Medeiros exerceu a presidência da Federação de Desportos do Guaporé, fundada em 29 de outubro de 1944.

É oportuno reconhecer o trabalho científico-histórico-cultural realizado pelo médico Ary Tupinambá Penna Pinheiro, contratado em 1937 pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Integrou, como médico chefe, a Comissão Dequech, em 1941, expedição organizada pelo Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, destinada às operações em busca das jazidas auríferas de Urucumacua, no vale do Guaporé, iniciando, à época, a coleta de cerâmica indígena e tendo, posteriormente, doado essa sua coleção particular ao Museu do Território de Rondônia, criminosamente desativado por governos incultos e alheios à cultura **amazônida**. Como naturalista, dedicou-se à zoologia e à botânica.

A etnologia e a arqueologia também foram alvos de seus estudos, e os trabalhos que escreveu sobre esses assuntos lhe deram grande prestígio no seio cultural nacional, tornando-o sócio de algumas instituições científicas como o Museu Histórico do Rio de Janeiro e da Sociedade de Ecologia e Preservação da Fauna e da Flora Amazônica. A contribuição de Ary Pinheiro, embora mais restrita e de objetivos mais limitados, se comparada às de cientistas inteiramente dedicados às Ciências Naturais, nem por isto é menos significativa e importante. Homem tomado do mais nobre espírito científico, abriu mão de qualquer utilização política de sua importância no cenário social para se dedicar à pesquisa da rica fauna e flora que a Amazônia tem a oferecer ao mundo. Esta afirmação se cobre de redobrado orgulho, pois se trata não de um pesquisador europeu ou oriundo de outra parte do planeta, mas de um homem da própria Amazônia, já que Ary Pinheiro nasceu em Bragança, no Estado do Pará.

Há necessidade da realização de estudos aprofundados sobre a presença médica no cenário político, cultural e educacional de Rondônia,

visando documentar e revelar as experiências do homem médico em vários segmentos das manifestações humanas, evidenciando-se, assim, que muitos deles foram dotados de uma diversificada aptidão e atuação profissional, política, educacional e cultural, reconhecidas e aplaudidas pela sociedade rondoniense.

Fonte: 1/12/2012 - [23:19] – Opinião Fonte: Yêdda Pinheiro Borzacov

Unidades Públicas de Saúde do passado de Porto Velho (1929-1982)

Viriato Moura

Hospital São José



Parte da fachada original do Hospital São José



Bloco do Hospital São José, onde funcionava o Centro Cirúrgico da unidade

O Hospital São José, localizado à Rua Irmã Capelli, no centro de Porto Velho, foi considerado o nosocômio referência da cidade desde sua inauguração, no dia 7 de setembro de 1929, então de propriedade da Prelazia de Porto Velho, sob o comando de Monsenhor Pedro Massa. Em sua segunda fase, a partir de 1943, o hospital foi adquirido pelo governo do Território do Guaporé e teve como seu primeiro diretor o Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro, cirurgião de nomeada.

O Dr. Hamilton Gondim, em relatório feito em 1967, assim descreveu a estrutura do São José: 100 leitos, 5 médicos, sendo 3 clínicos, 2 cirurgiões; 1 enfermeira, 24 auxiliares de enfermagem. Quanto a equipamentos médicos, havia poucos. Além da estrutura básica de um centro cirúrgico nos termos limitados da época, consta um aparelho de raios-X, operado por técnico. Somente na década de 1970 o governo contratou radiologista.

Quando ainda pertencia à congregação salesiana, o hospital era administrado pelas freiras, que o mantinham impecavelmente limpo e bem

arrumado. Depois que passou para o governo, o aspecto organizacional daquela unidade de saúde perdeu qualidade.

No velho hospital, havia uma figura curiosa – atemorizante para as crianças: o serviçal de nome Gilberto, que atuava como porteiro daquela unidade de saúde. Era conhecido como Morcego, apelido que recebeu face sua semelhança com o mamífero hematófago voador. Negro, de baixa estatura, era dado a voar irritado atrás de crianças que tentavam entrar naquela casa de saúde. Morcego as detestava pela galhofa que faziam dele. Elas, por sua vez, tinham medo dele. Porém, mesmo assim, não perdiam oportunidade de chamá-lo por esse epíteto. Transtornado com isso, ele sempre retrucava com muitos palavrões. Outra característica daquele servidor, a despeito de não ter sido bem aquinhoado fisicamente, era ser um incorrigível admirador das belezas de então, em particular de suas belas pernas, que acintosamente fitava. Certa ocasião, uma das jovens, incomodada com o olhar voluptuoso de Morcego para sua torneada anatomia, deu-lhe certo tapa na cara.

A rotina médica do hospital começava ao amanhecer. Por volta das 7 horas, os doutores começavam a chegar. A maioria tomava lá mesmo o café da manhã. Uma mesa com toalha alva e farta motivava uma conversa descontraída no início do expediente. Era comum ver por lá os médicos de então: Hamilton Raulino Gondim, Ary Tupinambá Penna Pinheiro, Jacob de Freitas Atallah, Leônidas Rachid Jaudy, Carlos Alberto Brasil Fernandes, Rafael Vaz e Silva, Noel Bispo dos Santos, Murilo Oliveira, entre outros mais ocasionais. Após o animado papo, todos se dirigiam aos seus setores. A propósito desse encontro matinal, Dr. Noel era um dos que habitualmente tomavam o café da manhã no hospital. Certa feita, ao observar a assiduidade do jovem médico – ainda solteiro, à época – à mesa do café, o Dr. Ary, diretor do hospital, disse-lhe: “Meu caboclo, isso aqui não é hotel!”. Desapontado, Noel respondeu-lhe que trabalhava muito, que atendia a todos os pedidos das freiras e que merecia, sim, tomar aquele desjejum. Ary achou por bem concordar.

O Hospital São José funcionou até 12 de janeiro de 1983, quando foi inaugurado o Hospital de Base Ary Pinheiro, construído no governo de Jorge Teixeira. O velho e cansado de guerra Hospital São José e a Maternidade Darcy Vargas davam lugar àquela imponente estrutura de 400 leitos e avançada tecnologia. Nascia assim um novo tempo para a medicina de Rondônia.

Maternidade Darcy Vargas e Posto de Puericultura Ludma Trotta



Fachada da Maternidade, onde se pode ler o nome de Laudimnia Trotta, esposa do governador Frederico Trotta, responsável pela construção da obra.



Posto de Puericultura Drª Ludma Trotta, no dia da sua inauguração

No final dos anos 1940, o governo do Território Federal do Guaporé preencheu uma lacuna na assistência obstétrica e pediátrica em Porto Velho. Construiu uma maternidade, inicialmente denominada Laudímia Trotta (fase de construção); e, depois de sua inauguração, passou a se chamar Maternidade Darcy Vargas, para dar assistência às gestantes e, ao seu lado direito, o Posto de Puericultura Drª Ludma Trotta, filha de Trotta, para atender às crianças recém-nascidas, na Rua Carlos Gomes, esquina com Rui Barbosa. A inauguração do posto ocorreu em 29 de outubro de 1948, e a da maternidade, em 1951. Segundo a historiadora Yêdda Pinheiro Borzacov, Ludma Trotta era médica.

A verba para a construção dessas unidades, no valor de 300 mil cruzeiros, foi conseguida pelo governador do então Território, Joaquim Vicente Rondon. A construção se iniciou no governo Frederico Trotta e terminou no governo de Joaquim de Araújo Lima, que o sucedeu.

Um detalhe curioso a respeito do nome da primeira maternidade de Porto Velho: durante a construção, o governador Frederico Trotta deu

à unidade o nome de sua esposa, Laudímia Trotta. A inauguração somente ocorreu no governo seguinte, de Joaquim de Araújo Lima, que, para homenagear a esposa de Getúlio Vargas, então presidente da República, trocou o nome para Darcy Vargas, a esposa de Vargas. Segundo declaração pessoal da historiadora Yêdda Pinheiro Borzacov, o médico Ary Pinheiro escreveu, no final da década de 1940, um artigo para o jornal *O Guaporé*, onde criticava o governador Frederico Trotta por ter o hábito de colocar o nome de seus familiares em todas as obras de seu governo.

A maternidade dispunha de sala cirúrgica, berçário, sala de esterilização e enfermarias com 50 leitos para obstetrícia. A equipe era constituída por 3 médicos, 2 enfermeiras, 1 parteira, 12 auxiliares de enfermagem. Os primeiros médicos que atuaram na unidade foram os doutores Lourenço Antônio Pereira Lima e Maurício Bustani.

Ao longo de pouco mais de quatro décadas, essas unidades prestaram relevantes serviços à comunidade local; todavia, o descaso de sucessivos governos as tornou obsoletas e sem condições de prestar serviços médico-hospitalares e de puericultura de qualidade. Nos seus últimos anos de funcionamento, as deficiências eram tantas, a ponto de existirem goteiras na sala cirúrgica, o que impossibilitava a execução das cirurgias.

As duas unidades foram desativadas no dia 12 de janeiro de 1983, data da inauguração do Hospital de Base Ary Pinheiro. Destaque-se que a inauguração oficial do hospital ocorreu às 15 horas desse dia, porém, durante a manhã, quando da transferência das pacientes da Maternidade para o HB, a equipe médica, sob a chefia do Dr. José Hiran da Silva Gallo, foi instada a realizar o primeiro parto. Às 10h15, nasceu o filho de Maria Marques da Silva e Manoel Pereira da Costa. Começava um novo tempo para a obstetrícia de Rondônia.

Atualmente, onde eram as duas unidades de saúde funciona a Secretaria Municipal da Fazenda, na Av. Carlos Gomes, 181, Centro.

Abrigo Santa Clara

Unidade de saúde para tratar tuberculosos do sexo masculino, inaugurada nos anos 1960. Dispunha de 30 leitos e de um médico que atendia também em outros locais. Suas instalações eram muito precárias.

Sanatório Colônia Dr. Jaime Aben-Athar



Jayne Aben-Athar

Unidade destinada ao tratamento de hansenianos. Segundo o relatório redigido em 1967 pelo Dr. Hamilton Gondim, diretor de Saúde do então território de Rondônia, o sanatório tinha, em média, 120 enfermos internados, mas com capacidade para 250. Porém havia apenas 70 leitos. Os demais doentes dormiam em redes. Eram atendidos por 1 médico, José Cerqueira Cotrim, e 1 auxiliar de enfermagem. A unidade era chamada de Leprosário porque, naquela época, a doença era mais conhecida como lepra. Esse nome, considerado muito estigmatizante para os portadores da doença, foi mudado para hanseníase, devido ao seu agente causador, o Bacilo de Hansen (*Mycobacterium leprae*), denominação dada em home-

nagem ao médico norueguês Gerhard Armauer Hansen, que descobriu o agente etiológico da doença em 1873. A unidade recebeu, com justiça, o nome do médico paraense Jayme Aben-Athar, figura exponencial da medicina brasileira, por sua dedicação à pesquisa e ao tratamento da hanseníase.

Íntegra da Lei N. 539, que autorizou a abertura e a construção do Leprosário Aben-Athar:

Senado Federal

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

LEI N. 539 – DE 15 DE DEZEMBRO DE 1948

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para a construção de Leprosário e de um Preventório filhos de lázaros em Porto Velho, no Território de Guaporé.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas na conformidade da seguinte discriminação:

Construção de um Leprosário, em Porto Velho, no Território Federal do Guaporé 1.500.000,00

Construção de um Preventório destinado ao internamento de filhos de lázaros, em Porto Velho, no Território Federal do Guaporé

..... 500.000,00

Total 2.000.000,00

Parágrafo único. Poderá o Ministério da Educação e Saúde cometer a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra a construção do Preventório a que se refere o presente artigo.

Art. 2º *A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.*

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1948; 127º da Independência e 60º da República.

Eurico G. Dutra

Clemente Mariani Corrêa e Castro

Pronto-Socorro Orlando Marques

A unidade de emergência instalada em frente ao Hospital São José foi inaugurada em 1975, na gestão do secretário de Saúde do território de Rondônia, Jacob de Freitas Atallah. Antes, naquele local, funcionava a Secretaria de Saúde.

Até então, os casos de emergência eram atendidos em pequenas salas situadas do lado direito em relação à fachada do São José.

O novo pronto-socorro recebeu o nome do Dr. Orlando Marques. A decisão de assim denominá-lo foi do Dr. Jacob, numa homenagem póstuma a esse seu colega que morrera pouco tempo antes, em um acidente aéreo no Vale do Guaporé.

Essa unidade disponibilizava salas mais amplas para atendimento e enfermarias. Para a época, as condições de assistência emergencial melhoraram.

Nova fase da assistência médico-hospitalar

Com o advento do Hospital de Base Ary Pinheiro, em 12 de janeiro de 1983, a assistência médico-hospitalar em Rondônia iniciou uma nova fase em direção à eficiência. À medida que o HB ia inaugurando seus ser-

viços especializados, as unidades afins iam sendo desativadas. Em março daquele ano, o novo hospital passou a funcionar plenamente, ao mesmo tempo em que todos os citados foram desativados.



Heinz Roland Jakobi

Professor, médico, pesquisador, escritor, jornalista. Natural de Curitiba, Paraná, casado com Silvia Cristina, pai de Sibelle, Michele, Rebeca e Catarina, avô de Eduardo, é formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná e Processamento de Dados pela FATEC/RO, pós-doutorado junto ao Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo [ICB/USP]. Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília. Mestre em Biologia Experimental pela Universidade Federal de Rondônia [UNIR]. Ex-professor da Faculdade de Medicina do Centro Universitário São Lucas. Ex-professor de Medicina da UNIR e da Faculdades Integradas Aparício Carvalho [FIMCA]. Médico ginecologista e obstetra, médico do trabalho, perito judicial decano do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Ex-diretor técnico e clínico do Hospital de Base Ary Tupinambá Pinheiro, Presidente-fundador da Associação de Ginecologia e Obstetrícia de Rondônia [ASSOGIRO], da Associação Médico-Espírita de Rondônia [AME-RO], fundador

e secretário da Academia de Medicina de Rondônia. Fundador e membro efetivo da Academia Rondoniense de Letras, Ciências e Artes [ARL]. Membro efetivo Academia Maçônica de Letras de Rondônia. Ex-tesoureiro e conselheiro junto ao Conselho Regional de Medicina de Rondônia. Secretário e fundador da Associação Profissional dos Médicos de Rondônia [atual Sindicato Médico]. Ex-presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho – Seccional de Rondônia.

Livros publicados: como autor: *Telemedicina: uma nova perspectiva para a saúde de Rondônia*, 2007; *Como gerenciar uma loja maçônica*, 5. ed. A Trolha, 2000-17; *Graus simbólicos: compêndio maçônico*. Vols. 1, 2 e 3, Ed. A Trolha, 2007; *101 Personagens da história da medicina*, Temática Editora, Porto Velho-RO, 2019; co-autor: *Coletânea em saúde do trabalhador*, Temática Editora, Porto Velho-RO, 2017; co-autor e tradutor: *Erlebnis Wassergeburt*, capítulo “O parto na água no Brasil”, no idioma alemão, Ed. Manole, São Paulo, 2000. *Parto humanizado*, Hugo Sabatini (org.), livro digital em espanhol, capítulo “Parto na água no Brasil”, 2006; jornalista e colunista: coluna “Medicina e Saúde”, do jornal *Estadão do Norte*, 1986-88; coluna “O mosaico”, cadeia de União e Medicina do jornal *Diário da Amazônia*, 1996-2007; programa “Rondônia em revista”, da TV Rondônia, 1997-2000; prêmios: “Destaque Jurídico”, pela Associação Rondoniense de Imprensa, 2005; “Brasil de Medicina”, em São Paulo, 2007. Grão-Mestre Adjunto da Grande Loja Maçônica de Rondônia, 2003-2007.

Ao observar que inexistia uma bibliografia única e específica sobre a medicina regional deste rincão conhecido como Noroeste do Brasil, empenhei-me, junto aos alunos da disciplina de Introdução à Medicina, da Faculdade São Lucas, em aprofundar tópicos da história da medicina.

Fizemos voos panorâmicos no passado da medicina, no Brasil, nas regiões que foram sendo alcançadas à noroeste e fomos, aos poucos, chegando nas fronteiras das terras do Amazonas com o Mato Grosso, na altura da Cachoeira de Santo Antônio, onde nasceria a nossa capital, Porto Velho e, depois, o novo estado, Rondônia, “no azul da União”, muitas décadas depois.

A linha do tempo e a descrição das lentas conquistas da “arte de curar” estão enfeixados nesta obra que apresenta épocas, personalidades, instituições e, acima de tudo, sagas em torno da busca de salvar vidas por meio da medicina e outras ciências e práticas complementares.

Após mais de uma década de estudos em torno dos fragmentos históricos médicos resolvemos reuni-los de forma sistematizada e cronológica neste livro. Servirá, certamente, como fonte de pesquisa para o leitor interessado, colegas médicos, professores e, em especial, para as novas gerações de médicos que nos sucederão.

Arregimentamos alguns dos mais virtuosos pesquisadores, historiadores e médicos que vivenciaram fatos históricos para colaborar na construção desta obra literária e de referência para a história de parte expressiva da medicina regional da Amazônia Ocidental.

Boa leitura!

Heinz Roland Jakobi

ISBN 978-65-85808-30-9

